

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de 2018 reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO 1 - Aprovação da Ata da sessão anterior; -----

PONTO 2 - Informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara; -----

PONTO 3 - Aprovação definitiva do projeto de alteração do Regulamento do Programa Municipal de atribuição de bolsas de estudo para o ensino superior. Informação nº 101/SE Nº 58 – 2018; -----

PONTO 4 - Extinção da Ecocitras – Associação de Municípios das cidades de Trás - os – Montes. Proposta n.º 64/GAP/2018; -----

PONTO 5 - Relatório de execução orçamental - 1º trimestre 2018. EHATB. Para conhecimento; -----

PONTO 6 - Relatório de execução orçamental - 1º semestre 2018. GEMC, em S.A. Para conhecimento; -----

PONTO 7 - Auditor externo/emissão de relatório semestral sobre a situação Económica e Financeira do Município. Informação nº49/DGF/2018; -----

PONTO 8 - Autorização para a Contratação de EMLP, ao abrigo do artº 51, nº 1, da Lei 73/2013, de 3 de setembro, para aplicação em projetos de investimento, no montante de 2.150.741,35 euros, correspondente à contrapartida nacional de investimento municipal /Relatório final de análise das propostas. Informação/Proposta nº 52/DGF/2018; -----

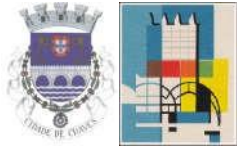
PONTO 9 - Projeto de Interesse Municipal – PIM. Contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Beneficiária: Solar Investment Imobiliária, lda. Informação/Proposta nº 37/GNE/2018; -----

PONTO 10 - Celebração de contratos de comodato entre o Município de Chaves e a Junta de Freguesia de Eiras, São Julião de Montenegro e Cela. Proposta nº. 62/GAP/18; -----

PONTO 11 - Execução do plano de pormenor da Fonte do Leite, 2ª Proposta de alteração do programa de execução e plano de financiamento – Informação nº 38/SPMOT/2018 da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território da Sra. Arq.ª Ana Isabel Augusto datada de 10.09.2018; -----

PONTO 12 - Fornecimento de refeições escolares, com confeção local e refeições transportadas, para os alunos das escolas do 1º ciclo e crianças dos jardins-de-infância da rede pública do Município de Chaves. Concurso Público nº4/SC/2018; -----

PONTO 13 - Proposta para condicionamento do acesso automóvel, delimitação de um lugar de estacionamento de uso privativo e criação de um lugar de estacionamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

destinado a cargas e descargas – Informação n.º 162/DPM/2018 – Travessa Cândido dos Reis, Freguesia de Santa Maria Maior – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Guilherme Tomaz datada de 21.06.2018; -----

PONTO 14 - Marcação de local de cargas e descargas – Processo n.º 391/18 – Helena Conceição Paiva Vaz – Av. General Ribeiro de Carvalho, Freguesia de Santa Maria Maior – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Bruno Rua datada de 27.05.2018; -----

PONTO 15 - Sinalização de rua sem saída – Processo Nº 402/18 – Junta de Freguesia de Santa Cruz Trindade e Sanjurge – Rua Quevedo Pizarro, Santa Cruz/Trindade – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Bruno Rua datada de 29.06.2018; -----

PONTO 16 - Ordenamento de sinalização de trânsito – Processo n.º 338/18 – União de Freguesias de Oucidres e Bobadela – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Bruno Rua, datada de 14.06.2018; -----

PONTO 17 - Colocação de espelho parabólico e sinal de stop – Processo N.º 322/18 – cruzamento da Rua dos Codessais e Estrada Real, União de Freguesias de Madalena e Samaiões – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Bruno Rua datada de 22.05.2018; -----

PONTO 18 - Alteração de sinalização rodoviária – Processo N.º 194/18 – Rua João José Delgado, Ruas a e b à Avenida irmãos Rui e Garcia Lopes e Travessa de João José Delgado, Freguesia de Santa Maria Maior – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Bruno Rua datada de 26.03.2018; -----

PONTO 19 - Colocação de passadeiras – Processo N.º 290/18 – Rua General Ferreira Montalvão, União de Freguesias de Santa Cruz, Trindade e Sanjurge – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Bruno Rua datada de 09.05.2018; -----

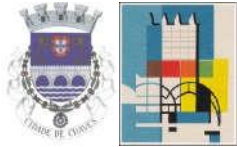
PONTO 20 - Colocação de passadeiras e sinalização vertical – Processo N.º 221/18 – Rua Heróis de Mucaba, União de Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Bruno Rua datada de 04.04.2018; -----

PONTO 21 - Colocação de sinalização rodoviária e redutores de velocidade – Processo N.º 289/18 – Pereira de Veiga, Sesmil e Vila Nova de Veiga - Freguesia de São Pedro de Agostém – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Guilherme Tomaz, datada de 22.05.2018; -----

Presidiu esta sessão o senhor Presidente da Assembleia Municipal de Chaves, Dr. Altamiro da Ressurreição Claro. -----

Dos setenta e nove membros que constituem a Assembleia Municipal de Chaves, estiveram presentes, nesta sessão, os seguintes: -----

Grupo Municipal do PS: Anselmo José Martins, Maria Aline Silva Ferreira Caetano, António Manuel Pires de Almeida, Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Fernando Luiz Lopes Moreira, Fátima Liliana Fontes Correia, Gisela Maria Esteves



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

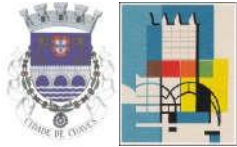
Espirito Santo, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Eduardo Júlio Alves Brás, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Manuel Guerra Afonso, Domingos de Moura Alves, Maria Adalgisa P. F. Silva Babo, José Francisco de Resendes Carreiro, Cristina Maria Inocêncio Imaginário, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Carlos Alberto Soares Alves Luiz Mário Alves Carneiro, António Jorge Sousa Pinto Barros, Clara Maria Pinto Dias Lopes.-----

Grupo Municipal do PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Maria Inês Pereira Dias, Ana Maria Rodrigues Coelho, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, José Ferreira Moura, Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, António José dos Santos, Francisco José Teixeira Lopes Silva Preto, Carlos Afonso de Moura Teixeira, Milena Sofia Vieira de Melo, Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira, Pedro Miguel Vieira Miranda, Ana Maria Guedes Chaves Fernandes, André Fontoura Faria, Adelino Júlio Ramada Parada. -----

Grupo Municipal da CDU: Paula Maria Morais Esteves, Manuel Justino Matos Cunha. -

Grupo Municipal do CDS/PP: Gonçalo André Nascimento Alves. -----

Presidentes de Junta de Freguesia: Junta da Freguesia de Águas Frias, Rogério Amaro Alves de Oliveira; Junta da Freguesia de Anelhe, Arlindo Santos Costa; Junta da Freguesia de Bustelo, José Fernandes M. Serralheiro; Junta da Freguesia de Calvão e Soutelinho da Raia, António Manuel Rua Reis; Junta da Freguesia de Cimo de Vila da Castanheira, Lígia Maria Chaves Silva; Junta da Freguesia de Curalha, Alfredo Augusto Dias Gaspar; Junta da Freguesia das Eiras, São Julião de Montenegro e Cela, Fernando Alberto Barreira de Moura; Junta da Freguesia de Ervededo, Ilídio Jorge Chaves Correia; Junta da Freguesia de Faiões, Octávio Rodrigues Bastos; Junta da Freguesia de Lama de Arcos, João Ramos Duro; Junta da Freguesia de Loivos e Póvoa de Agrações, Cecília Maria Silva A. Alves; Junta da Freguesia da Madalena e Samaiões, João Manuel Almeida Pinto; Junta da Freguesia de Mairós, Adriano Vieira Rodrigues; Junta da Freguesia de Moreiras, António José Alves Lopes; Junta da Freguesia de Nogueira da Montanha, António Lopes; Junta da Freguesia de Oura, António Eusébio Vieira Cardoso; Junta da Freguesia de Outeiro Seco, Carlos Alberto Batista Xavier; Junta da Freguesia de Paradela de Monforte, Gilberto Santos de Jesus; Junta da Freguesia do Planalto de Monforte (Oucidres e Bobadela) - Luís Saraiva Garcia; Junta da Freguesia de Redondelo, Nelson Fernandes Costa; Junta da Freguesia de Sanfins da Castanheira, Rui Alberto Trinta Pintor; Junta da Freguesia de Santa Cruz, Trindade e Sanjurge - José António de Oliveira Carreira; Junta da Freguesia de Santa Leocádia, João Manuel Teixeira Pereira Borges; em representação do Presidente de Junta da Freguesia de Santa Maria Maior, Júlio Romeu Santos Jesus; Junta da Freguesia de Santo António de Monforte, Alcino do Nascimento Santos; Junta da Freguesia de Santo Estevão, Maria José Sena Barros; Junta da Freguesia de São Pedro de Agostém, Pedro Manuel Pereira Barroco; Junta da Freguesia de São Vicente da Raia, Mário José dos Anjos; Junta da Freguesia de Soutelo e Seara Velha, João Rua Banha; Junta da Freguesia de Travancas e Roriz, Filipe Maldonado Pinto; Junta da Freguesia de Tronco, Eduardo dos Santos Carneiro; Junta da Freguesia de Vale de Anta, Jorge José Pereira de Carvalho; Junta da Freguesia de Vidago, Arcossó, Selhariz, Vilarinho Paraneiras - Rui Manuel Branco Rodrigues; Junta da Freguesia de Vila Verde da Raia, Pedro Miguel Rodrigues; Junta da Freguesia de Vilar de Nantes, Luís António Gonçalves Costa; Junta da Freguesia de Vilarelho da Raia, António Carvalhal dos Reis; Junta da Freguesia de Vilas Boas, Paulo Nuno de Jesus Pereira; Junta da Freguesia de Vila do Tâmega, Ramiro Figueiredo dos Santos; Junta da Freguesia de Vilela Seca, Maria Natália Guerra. Registaram-se os seguintes pedidos de substituição de membros da Assembleia Municipal: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA N°04/AM/2018

Rui Miguel Alves Sousa Pinheiro, do PS; Luís Manuel Areias Fontes, do PS; Ernesto Salado Areias, do PS; Maria Manuela Santos Rainho, do PS; Maria José Gonçalves Alves, do PSD; Cláudia Patrícia Quitério Bento, do PSD; João Miranda Rua, do PSD; Nuno André Monteiro Coelho Chaves, do PS; Sandra Cristina Fernandes Fonseca, do PS; Francisco José Gonçalves de Oliveira, do PSD. -----

Registou-se o seguinte pedido de renúncia de membro da Assembleia Municipal: Alexandre Manuel Afonso Queirós Medeiros, do PSD. -----

Faltou a esta sessão o deputado municipal Carlos Alberto Pinto Branco, do PSD. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

No uso da palavra, o senhor **Presidente da Mesa** informou todos os representantes das bancadas municipais e membros da Assembleia Municipal, do expediente que deu entrada no Gabinete de Apoio a esta Assembleia: -----

Convites: -----

Agrupamento de Escolas Dr. Júlio Martins - Convite para assistir à peça de Teatro Escolar “Tudo Boa Companhia” -----

Município de Chaves - Dia da Cidade e do Município. -----

Município de Chaves - Cerimónia de assinatura – Contrato de Cedência. -----

Associação Nacional de Assembleias Municipais - Adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais. -----

Município de Chaves - Sessão de esclarecimento sobre o Museu das Termas Romanas

Município de Chaves - Assinatura de Protocolo de Cooperação – Corporações de Bombeiros. -----

Município de Chaves - Apresentação Pública do Projeto – “Conectividade entre as Lagoas e o Rio Tâmega e Requalificação das Margens”. -----

Município de Chaves - Convite à participação na discussão pública do projeto da lei de bases da habitação. -----

Município de Chaves - Exposição 9ª Bienal Internacional de Gravura do Douro. -----

Município de Chaves - Inauguração Exposição Fotografa! 2018. -----

Município de Chaves - Abertura “Festa dos povos em *Aquae Flaviae*”. -----

Representantes dos trabalhadores Seg. e Saúde no Trabalho, da Câmara Municipal de Chaves - Eleição dos representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde no trabalho. -----

Município de Chaves - Inauguração da Exposição Itinerante – Joshua Benoliel, repórter parlamentar, 1906-1924. -----

Município de Chaves - Entrega de prémios do Raid Fotográfico – Fotografa! 2018. ----

ACISAT - Tomada de posse dos novos órgãos sociais da ACISAT – Triénio 2018/2020.

CCD-CMC - Realização da 1ª Edição dos Jogos sem Fronteiras (Inter-Divisões do Município de Chaves). -----

Município de Chaves - Acordo de princípio de regularização de dívidas. -----

Outro expediente: -----

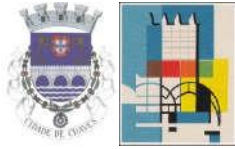
Município de Chaves - Mesa de voto em votação no concurso 7 maravilhas à mesa. --

EHATB - EHATB, EIM, SA – Relatórios de Execução Orçamental 1º trimestre 2018. --

Ministério da Administração Interna - Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovado pela Lei nº. 50/2018, de 16 de agosto. -----

SIGMAI - Secretária-geral - Alterações à Lei do Recenseamento Eleitoral – Lei nº47/2018, de 13 de agosto. -----

O senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, “Agradeceu ao senhor deputado municipal Alexandre Manuel Afonso Queirós Medeiros, pela colaboração enquanto líder



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

parlamentar do PSD, durante o tempo que esteve nesta Assembleia, pela disponibilidade e bom entendimento que sempre existiu, e desejou-lhe muito sucesso na sua vida profissional, ligada à magistratura”.-----
Ainda no Período de Antes da Ordem do Dia, foram apresentados e votados os seguintes documentos: -----

Recomendação “Recolha Selectiva de Resíduos”, apresentada previamente pelo Grupo Municipal do CDS/PP, e distribuída nos termos regulamentares. -----
O senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, leu a parte final da recomendação: -----

O Grupo Municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal de Chaves que recomende à Câmara Municipal: -----

1. *Alargamento da rede de ecopontos a todas as freguesias do concelho de Chaves;* -----
2. *Reforço de ações de sensibilização e fiscalização como forma de combate à deposição ilegal de resíduos;* -----
3. *Apresentação de uma proposta de implementação de um modelo PAYT adequado à realidade económica, social e ambiental do concelho de Chaves, em parceria com a empresa de RSU, a Agência Portuguesa do Ambiente e a ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas* -----

Colocada à votação para discussão, a mesma foi admitida por unanimidade. ----

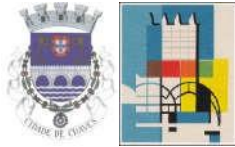
Intervenções: -----

Gonçalo André Nascimento Alves, do CDS. Cumprimentou, na pessoa do senhor Presidente da Assembleia Municipal, todos os presentes com votos de que tivessem passado boas férias. Referiu que se trata de uma recomendação baseada em informação académica existente em “estudos de caso” que, só por si, deverá ser suficiente para todos terem noção do que se está a propor. Os modelos PAYT, são hoje uma referência para a evolução da gestão dos resíduos urbanos, tanto em Portugal como na União Europeia. Esta recomendação pretende colocar Chaves na linha da frente de uma gestão ética e responsável, permitindo a implementação de um sistema mais justo, mais equitativo do que o modelo vigente, sem descurar a sustentabilidade económica e ambiental. Concluiu, referindo esperar que os membros desta Assembleia percebam a importância que esta recomendação tem, e possam votá-la favoravelmente. -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, do PS. Cumprimentou todos os presentes e, pronunciando-se sobre os termos da recomendação, teceu as seguintes considerações: -----

- A recomendação baseia-se em estudos algo tendenciosos, favoráveis à introdução de determinado sistema “pay-as-you-thorw” (PAYT). Trata-se de uma recomendação do Parlamento ao Governo, aprovada em 2013, exclusivamente pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP, à data, na Assembleia da Republica. -----

- O modelo já foi testado em alguns municípios como o da Maia, por exemplo, sob a forma de projeto-piloto. Mas do ponto de vista do Partido Socialista não se afigura uma boa opção estratégica, quer do ponto de vista económico, quer ambiental, para o concelho de Chaves. Alguma análise que já pode fazer-se é que o sistema sai mais caro para a maioria dos cidadãos e pode ter um efeito perverso, que é “aqueles que pretendem furtar - se ao pagamento em função daquilo que consomem, atiram para reciclagem produtos que não é suposto serem reciclados e, portanto, vão inquinando o sistema de reciclagem, isto porque apenas é cobrado o lixo não reciclável”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA N°04/AM/2018

- Os dois primeiros pontos da recomendação não suscitam grandes questões, mas é importante termos a noção de quantas freguesias do concelho não dispõem de ecoponto, análise que deveria acompanhar a recomendação. Quanto a ações de sensibilização e fiscalização, estamos a evoluir favoravelmente, pois temos um Presidente da Câmara que ainda neste Verão demonstrou a sua preocupação sobre esta matéria, participando numa ação de sensibilização levada a efeito por uma instituição do Concelho. E esta trajetória coloca-nos em melhor caminho do que aquele que anteriormente vínhamos percorrendo. -----

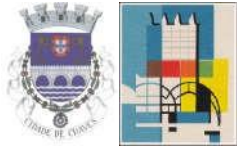
Concluiu, referindo que o Partido Socialista votará favoravelmente os pontos um e dois. Relativamente ao ponto três, não só por algum fracasso que já começa a ser evidente no estudo de projetos-piloto já implementados, como pela exorbitância dos custos de implementação dos mesmos, convém que sejam devidamente ponderadas questões como, por exemplo, se a preocupação é exclusivamente ambiental ou existe outro tipo de preocupações. Lembrando o caso das portagens, referiu que o princípio do utilizador pagador não se tem revelado o mais justo, para o concelho de Chaves. -----

Gonçalo André Nascimento Alves, do CDS. Pediu a palavra para “fazer a defesa da honra” referindo não existir ninguém que conheça, no seio do CDS, ligado ao sistema de recolha de resíduos urbanos. A proposta apresentada foi feita em determinado âmbito e teve a inspiração de sítios onde viveu. Ao contrário do que foi afirmado, a proposta tem um propósito claro em relação aos seus objetivos e, portanto, não aceita essa crítica. -----

O senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, tendo em atenção que o PS estaria disponível para votar favoravelmente a recomendação, desde que fosse retirado o ponto três, perguntou se o CDS aceitava retirar o último ponto da referida recomendação. -----

Gonçalo André Nascimento Alves, do CDS. Referindo-se à participação do senhor Presidente da Câmara numa ação de sensibilização ambiental, afirmou que para si se tratou de uma ação de propaganda, já que posteriormente não foram apresentadas quaisquer medidas. Com a apresentação desta proposta o CDS faz a sua parte, sobre a matéria em questão, mas, se para ser aprovada, é necessário retirar o terceiro ponto, não põe obstáculo porque, mais importante que ter lixeiras a céu aberto, é existir efetivamente sensibilização e fiscalização. -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, do PS. Começou por lamentar que o senhor deputado Gonçalo André não tenha entendido a sua intervenção, porque não foi levantada qualquer suspeição relativamente à sua pessoa, quando muito relativamente ao seu partido. Muito menos o fez em termos pessoais, porque naturalmente não é em termos pessoais que nos devemos dirigir aqui neste fórum, mas sim exclusivamente em termos políticos. Aquilo que afirmou foi que achava ou desconfiava do extraordinário empenho do CDS/PP, em termos nacionais neste sítio, neste tema, e na insistência para a introdução deste princípio, quando não se vê o mesmo Partido tomar a dianteira e preocupado com questões que são genuinamente ambientais. Não foram referidas apenas questões ideológicas, que são reais, entre o PS e o CDS/PP; também foram levantadas outras questões, para além destas, nomeadamente o fornecimento de números, relativamente à aplicação do princípio no concelho da Maia, como poderiam ter sido os de Guimarães. Ora, o ponto 3 da recomendação refere a “implementação de um modelo PAYT adequado à realidade



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

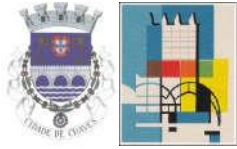
Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

económica, social e ambiental do Concelho de Chaves”, mas seria conveniente que a fundamentação da proposta fosse baseada também em números, que possibilitassem uma análise quanto à sua aplicação, no concelho de Chaves. -----
Concluindo referiu que, uma vez que o senhor deputado retira o ponto três, e sendo esse o único ponto problemático, a recomendação merecerá a aprovação do Partido Socialista. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder a algumas questões, suscitadas durante o debate desta proposta. -----
Cumprimentou o senhor Presidente da Mesa, os Secretários, Vereadora e Vereadores presentes, todos os membros da Assembleia Municipal, seja na qualidade de membros eleitos, seja por inerência do exercício de funções, de presidentes de Junta, público presente, trabalhadores afetos a esta sessão e, também, a algum representante da comunicação social que se encontre presente. -----

Começou por referir que, “sendo a política, de facto, uma arte de discutir os grandes ideais e de definir claramente as grandes opções, muitas vezes também é a arte de falar sobre o nada e de arranjar questões e questiúnculas onde elas não existem e parece-me que o senhor deputado, membro desta Assembleia pelo CDS, tem sido um bocadinho hábil nesta matéria. Traz sempre aqui, enfim, uns papéis que mais não são do que pequenas provas de vida, mas não percebo que isso possa ser feito de forma sistemática. De qualquer das formas, a minha intervenção limita-se ao seguinte: a minha participação na campanha, durante uma manhã inteira, não foi para a fotografia, foram três horas de trabalho que se fosse seguida por si, e tivesse a adesão de mais eleitos, certamente, teríamos retirado mais lixo deste concelho. Deixo aqui um particular agradecimento e uma nota de reconhecimento pelo trabalho louvável que a Associação *Inspira* fez neste concelho, quer da sensibilização ambiental, quer do trabalho efetivo traduzido na recolha de toneladas de lixo do território concelhio. Nós estamos habituados a que estas iniciativas não passem do papel, de meros propósitos, essas sim, meras iniciativas de propaganda, porque não têm efeito prático, mas este não, foi bem diferente. Temos que passar das palavras aos atos, e isso significa o quê? Significa que se nós tivéssemos uma consciência cívica, cidadã, mais ativa, mais intensa, porventura muitos dos resíduos sólidos urbanos, mas também resíduos resultantes da construção civil, e de outras naturezas, espalhados pelo território do concelho há anos, alguns há décadas, poderiam ter sido recolhidos em maior escala. Portanto, temos que ter uma política proactiva, enquanto efetivamente não existem outros instrumentos, outras capacidades, para fazer aquilo que é necessário fazer: maior sensibilização, maior pedagogia e ao mesmo tempo mais fiscalização, mas também maior capacidade operacional dos serviços municipais para fazerem uma recolha mais aquedada, o que já estamos a fazer e lhe darei nota a seguir, sem qualquer problema. E, depois, se esta ação das entidades públicas, designadamente municipais, fosse acompanhada por essa resposta cidadã, e um membro de um partido político não deixa de ser cidadão, os resultados seriam mais facilmente alcançados. Eu, por ser Presidente da Câmara não deixei de ser cidadão e, por isso, não me sinto limitado, nem inibido de participar em ações de sensibilização ambiental ou ações em prol da comunidade, que eu entenda que são relevantes. E esta é relevante porque um grupo de jovens dedicou parte do seu tempo de férias a fazer uma coisa que é essencial, andar pelo território a recolher lixo depositado irresponsavelmente por outros cidadãos, na floresta. Por isso, a Câmara Municipal, disponibilizou recursos, carrinhas, e outro tipo de equipamento, e não participou apenas o Presidente da Câmara, mas também a Vereadora Eng^a Paula Chaves, o chefe de Gabinete e outras pessoas. Portanto, como perceberá, não foi uma

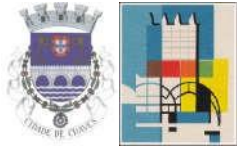


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

ação de propaganda, e farei tantas ações desta natureza quantas a minha consciência cívica o exigir. Ação de propaganda é o que o senhor está a fazer aqui”. -----
Seguidamente referiu-se à intervenção da deputada Brigitte por ter falado no projeto piloto desenvolvido na Maia e informou que a Câmara de Chaves, no âmbito de um convite feito pela Resinorte, também participou numa ação em Guimarães, representada por uma equipa liderada pelo Vereador Vítor Santos. Pretendiam conhecer o projeto no sentido de perceberem se o mesmo tinha as virtudes, económicas e sociais que lhe são atribuídas. Com uma abrangência limitada apenas à cidade de Guimarães, perceberam que a sua implementação demora três a quatro anos, tem uma estrutura técnica de quatro técnicos superiores e de uma equipa dedicada de recolha. Tratando-se de um projeto que custa muitos milhares de euros, naturalmente terá algumas vantagens, mas implica uma condição essencial, que é a existência de uma elevada consciência ambiental, por parte dos utilizadores, dimensão que precisamos ainda de trabalhar. Esta sensibilização já se começou a fazer e vai continuar a fazer-se através dos *média*, com ações de sensibilização e pedagogia dirigidas às comunidades escolares, em articulação com a concessionária do tratamento dos resíduos que é a Resinorte e, também, com a empresa que faz a recolha do lixo, ao mesmo tempo, que temos de ser mais exigentes no que diz respeito ao cumprimento das suas obrigações contratuais. Esta empresa faz o serviço de recolha do lixo vai para seis anos, sem que exista alguém responsável pela monitorização e acompanhamento do cumprimento do contrato, de modo a avaliar a relação qualidade/preço. Precisamos naturalmente de cidadãos mais conscientes, mais responsáveis e, também, de serviços municipais mais diligentes e mais presentes, quer na dimensão pedagógica, quer na dimensão da fiscalização. Precisamos, ainda e cada vez mais, de prestadores de serviços competentes e responsáveis para sermos um concelho com outro tipo de consciência ambiental e com outro tipo de capacidade de tratamento destas questões, porque são muitas e, como já se percebeu, algumas têm vindo a ser realizadas com a colaboração de associações, que desenvolvem campanhas de sensibilização e que fazem também recolha de lixo, numa ação mais consistente e mais assertiva relativamente à empresa que faz recolha do lixo do município. Área em que os próprios serviços municipais têm de demonstrar outro tipo de capacidade e de disponibilidade para darem uma resposta mais pronta a muitas das situações de desconformidade que vão acontecendo. Concluiu referindo que está a ser pensada uma estratégia com algumas ações dirigidas a três ou quatro setores ou grupos populacionais, que têm relevância no que diz respeito à produção de resíduos sólidos urbanos, em particular uma das que tem a ver com o subproduto alimentar que sai dos restaurantes, de modo a dar-lhe um adequado tratamento, uma vez que tem apresentado consequências negativas, quer em termos visuais, quer em termos de odor e, sobretudo, em termos de conspurcação dos próprios contentores porque, mesmo que sejam higienizados, e devem sê-lo mais do que o que têm sido, a verdade é que se não houver nenhum cuidado naquilo que é o acondicionamento do lixo, passado um dia estão exatamente iguais. Portanto, há um trabalho a fazer e, por isso, a recomendação vem no sentido daquilo que nós estamos a fazer, de melhorar, mas é preciso mais capacidade técnica, mais recursos humanos e sobretudo mais capacidade financeira. Será, naturalmente, uma ação de médio prazo, porque terá que aguardar a acomodação de mais recursos para que, efetivamente, possamos ter um serviço mais eficaz, prestado pelos serviços municipais, ao nível do que deve ser a higiene e limpeza urbanas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA N°04/AM/2018

O senhor Presidente da Assembleia, **Altamiro da Ressurreição Claro**, depois de esclarecer devidamente que seria retirado o ponto n.º 3 da recomendação, colocou a mesma à votação. -----

A recomendação foi aprovada por unanimidade. -----

Recomendação “Plástico Descartável”, apresentada previamente pelo Grupo Municipal do CDS/PP, e distribuída nos termos regulamentares. -----

O senhor Presidente da Mesa, **Altamiro da Ressurreição Claro**, leu a parte final da recomendação: -----

“Assim o Grupo Municipal do CDS/PP propõe à Assembleia Municipal de Chaves que recomende à Câmara Municipal de Chaves: -----

- 1. A criação e implementação de um plano de ação para a progressiva interdição do uso de plásticos descartáveis – sacos, garrafas, pratos, copos, palhinhas, talheres, entre outros – nos serviços municipais, nas suas entidades participadas, nos espaços comerciais por si concessionados, nos eventos sociais, culturais e desportivos que promove ou apoia; -----*
- 2. A promoção de novas iniciativas de sensibilização à população sobre os danos causados pelo plástico descartável e de incentivo à utilização de produtos alternativos eco sustentáveis.” -----*

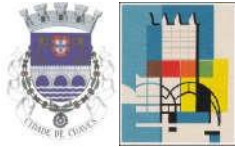
A recomendação foi colocada à votação para discussão, e foi admitida por unanimidade. -----

Não houve intervenções. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para fazer alguns esclarecimentos sobre o assunto: -----

Começou por referir que, quanto aos princípios subjacentes à propositura desta recomendação, globalmente todos estaremos de acordo quanto à importância que tem o ambiente e algumas medidas que podem ser decisivas para uma redução muito significativa de tudo o que tem a ver com produtos ambientalmente agressivos e nocivos, no caso concreto do plástico, pois todos sabemos dos impactos negativos que têm no meio ambiente, sobretudo, no meio aquático, mas também enfim sabemos que a sua destruição é um processo muito longo. Mesmo tendo em conta que recomendações desta natureza, já existem de forma global, que o Ministério do Ambiente tem criado algumas recomendações e orientações nesta matéria, não vem mal nenhum ao mundo, que venha mais uma recomendação, mais um contributo. Ressalvou o facto positivo de não ser fixado o calendário para a sua implementação, o que naturalmente permite dispor do tempo necessário para fazer a análise do impacto que uma medida desta natureza possa ter, nomeadamente nas dificuldades e constrangimentos, sobretudo porque a proposta pode ter alguma incidência nos eventos promovidos ou apoiados pelo município, sendo que se trata de coisas distintas. Se forem promovidos pelo Município, as regras serão definidas pelos Serviços, mas quanto a atividades apoiadas, o espaço de decisão é naturalmente menor. De qualquer forma, na prática diária, temos muito a fazer nesta área, enquanto cidadãos, mas enfim as entidades públicas, as entidades municipais, devem naturalmente ter essa consciência e devem, também, ser elas os primeiros a ter isso em consideração, para que possam eventualmente ir criando essa consciência generalizada. -----

Concluiu, dizendo que se trata de uma proposta que deve ser acolhida e vai competir aos serviços municipais que promovem e acompanham a organização de eventos, tê-la em conta, na medida das possibilidades. Naturalmente que terão isto em consideração, numa primeira fase como sugestão e estímulo e depois, mais tarde, poder-se-á



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

considerar como um elemento com relevância na decisão, não enquanto critério de adjudicação, por razões de legalidade, mas considerado como um aspeto a ter em consideração e valorização. -----

Após ter sido colocada à votação, foi aprovada por unanimidade. -----

Dentro do período Antes da Ordem do Dia, verificaram-se ainda as seguintes intervenções, pelos membros da Assembleia: -----

Eduardo Júlio Alves Brás, do PS. Começou por saudar a Mesa da Assembleia, Câmara Municipal, Deputados e Presidentes de Juntas de Freguesia. Seguidamente referiu estar de novo aqui “para, como sempre, defender os interesses do município de Chaves, principalmente os interesses dos seus munícipes, nomeadamente aqueles que me são mais próximos. Neste sentido, venho fazer algumas perguntas ao senhor Presidente da Câmara, numa crítica que eu considero pela positiva”: -----

- Ponto da situação quanto ao Balneário Pedagógico, por ser uma infra-estrutura muito importante para a vila de Vidago e para o Concelho. Embora actualmente esteja a funcionar com água termal, falta implementar algumas valências, tais com as inalações e a injeção de água, eficazes no combate a doenças crónicas. Quanto ao atendimento, existem algumas críticas por parte dos aquistas, nomeadamente a falta de pessoal e uma menor preparação para a função. -----

- Orçamento Participativo, que Vidago ganhou para dois projectos: construção da ciclovia entre os Bombeiros Voluntários de Vidago e o Balneário Pedagógico; e a requalificação da Rua da Ermida. Passados alguns anos nada se sabe quanto á sua execução. -----

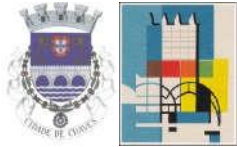
- Escola Agrícola Alves Teixeira, propriedade do Estado, herança deixada em testamento pelo benemérito Bonifácio Alves Teixeira, para servir os agricultores de Vidago e do Concelho, que há muito tempo deixou de funcionar. -----

- Quinta da Freixeda, adquirida para aí ser construída a Unidade de Saúde Familiar; um Centro de Trabalho Protegido para Deficientes; uma piscina municipal, que neste momento não é prioritária, já que a lacuna foi preenchida pela iniciativa privada; e o novo complexo desportivo, incluindo um Centro de Estágio tão necessário no nosso Concelho. Até ao momento só a Unidade de Saúde Familiar está a funcionar. De resto está tudo ao abandono, constituindo inclusive um perigo em caso de incêndio. -----

Qual o destino que se vai a este espaço? -----

- Finalmente a instalação do Museu "João Viera". As obras de requalificação da antiga casa de Bonifácio Alves Teixeira, para acolher o referido museu, já estão concluídas há muito tempo. Qual o ponto da situação? -----

Ana Maria Rodrigues Coelho, do PSD. Após cumprimentar todos os membros da Assembleia, começou por fazer uma análise ao balanço social relativo a 2017, dado a conhecer na sessão de abril do presente ano, afirmando que os seus números nos revelam “uma realidade preocupante que, na prática, todos os dias observamos e vemos refletida na vida diária dos nossos concidadãos, tais como: queixas reiteradas dos munícipes sobre o estado de conservação das estruturas públicas; tratamento dos espaços verdes; limpeza dos arruamentos e contentores; contínuas interrupções no abastecimento público de água e demoras na reparação da rede. O município tem um quadro de pessoal pouco jovem e o problema é particularmente preocupante no que respeita aos assistentes operacionais que suportam, na sua maioria, o funcionamento de Divisões críticas, assentes essencialmente no trabalho dos assistentes operacionais, que são a Divisão de Águas e Resíduos e a Divisão de Recursos Operacionais. Além



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

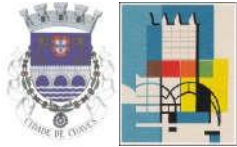
do número exíguo de assistentes operacionais, a sua idade, mais de 50 e 55 anos, leva a um elevado número de dias de falta por motivos de doença, como comprovam os dados do balanço social”. Reconheceu que esta realidade não é nova, vem do executivo anterior, as pessoas foram contratadas e têm uma vida de trabalho a cumprir, com esforço dos trabalhadores para assegurarem o serviço da melhor forma, não estando aqui, sequer em causa o profissionalismo e a qualidade do trabalho que desenvolvem, com todo o esforço. Face a esta realidade, e reconhecendo que é difícil invertê-la no curto prazo, devido às limitações da contratação a que os municípios estão sujeitos, perguntou ao senhor Presidente como é que o Município pretende enfrentar este problema, cujo agravamento se tem sentido nos últimos tempos. Constata-se, no balanço social, que em 2017 saíram 11 colaboradores do quadro do município, dos quais 6 eram assistentes operacionais. É intenção do Município, no curto prazo, recrutar pessoas para substituir estes assistentes? Existe margem para transformar estas 11 vagas, todas na área operacional, ou tal não é possível? Concluiu dizendo que a sua intervenção visa essencialmente questionar o senhor Presidente da Câmara sobre as orientações estratégicas, em matéria de recursos humanos, que o Executivo tem para a resolução deste assunto, no médio e longo prazo, porque a curto prazo não haverá forma de ser resolvido, de modo a garantir o serviço público nestas áreas mais sensíveis e salvaguardar a qualidade com que o mesmo é prestado. -----

Manuel Justino Matos Cunha, da CDU. Cumprimentou o senhor Presidente da Assembleia e, na sua pessoa, todos os presentes. Começou com um comentário à intervenção da deputada Ana Coelho, dizendo que “os governos do PSD e do CDS, e do PS criam uma teia de legislação que empurra para estas situações, mas depois falamos como se nós não fizéssemos parte desses mesmos partidos. Acontece o mesmo noutras áreas como nos professores, onde existem sérias dificuldades, mas vamos adiando o tempo de reforma, vamos empurrando profissionais porque achamos que aos sessenta, aos sessenta e um, e aos sessenta e dois anos, têm que fazer as mesmas funções que ao vinte, ou aos trinta anos”. Seguidamente colocou algumas questões ao senhor Presidente da Câmara: -----

- Ponto de situação sobre o encerramento da empresa têxtil de Valdanta, e de que apoios a Autarquia dispõe para esta fase de luta das trabalhadoras. -----

- Projeto de recuperação da represa da Galinheira, assunto tratado em anteriores Assembleias. Estamos em fins de setembro, o tempo vai seco, mas já tivemos cheias aqui em Chaves e não foi assim há tanto tempo, no mês de novembro. Podemos vir a ter aqui uma situação crítica, devido a restrições orçamentais. -----

- Questão do Hospital. Muita coisa aconteceu no Centro Hospitalar e no Hospital de Chaves, desde a última Assembleia Municipal de junho até hoje. A pretexto da passagem das quarenta, para as trinta e cinco horas, dos contratos individuais de trabalho, houve o completo desrespeito pelas estruturas de gestão intermédia do Hospital, com grande agitação, tendo levado ao encerramento de camas, na prática uma ala do hospital de Chaves ficou fechada. Fecharam camas na medicina, na cirurgia e em toda a ala da cirurgia 3. Depois, com algum silêncio da Autarquia, procederam à reabertura das camas da medicina e da cirurgia, mas quanto à ala inteira que foi fechada nada se diz, situação potenciadora de algum caos, e ainda não chegámos ao inverno. Enfim tudo vai evoluindo no sentido da decadência do Hospital, neste momento o Conselho de Administração não tem condições éticas para continuar, tal é o mal-estar entre os seus membros, a maledicência, a incompetência, e só não vê e não ouve quem não quiser. Sabemos que não é a Câmara que manda no Centro Hospitalar nem na saúde, mas estávamos à espera de uma posição mais firme, por parte da Autarquia,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

sobre uma situação de degradação contínua. Não se pense que são soluções de gestão privada do Hospital de Chaves que vão resolver os problemas da saúde, porque esse é o primeiro passo para a desresponsabilização do Estado e o PSD está fragilizado nesta matéria, porque as suas propostas vão no sentido da gestão privada das unidades hospitalares. Deixo aqui estes alertas, porque a situação continua a degradar-se, as obras do bloco operatório continuam a ser adiadas, já passaram 5 anos desde que foram anunciadas. Não há, no Hospital de Chaves, nenhum centro de decisão, ninguém manda, todas as decisões são tomadas fora e não há outra estrutura na cidade que empregue tanta gente. -----

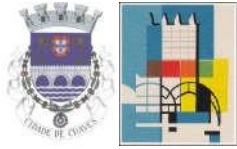
Rogério Alberto Amorim Reis Moura, do PS. Após cumprimentar todos os presentes, referiu-se a dois assuntos: -----

- Contrato promessa de regularização de dívida, assinado pela Câmara Municipal com as Águas do Norte, no passado dia 19 de setembro. Dívida relativa a consumo de água e tratamento de esgotos que não foi paga nem registada, entre 2010 e 2016, pelo executivo PSD, de então. Esta dívida implicava custos financeiros elevadíssimos, com taxas de juro na casa dos 10%. No final de 2017 o atual executivo registou essa dívida e através de um decreto de execução orçamental que saiu em abril deste ano, permitiu uma redução de 30% nos juros de mora, num valor a rondar os trezentos e cinquenta mil euros. No contrato agora formalizado, a Empresa Águas do Norte reconheceu créditos a que a Autarquia teria direito, permitindo assim a renegociação da dívida, com uma diminuição de dois milhões de euros no valor total a pagar, durante vinte e cinco anos. Concluiu, referindo “sempre ouvi dizer que mais vale um mau acordo que uma boa demanda”. Neste caso estamos a falar de um excelente acordo sem nenhuma demanda”, assim se estabilizando uma relação contratual que, ao mesmo tempo, permitirá no futuro e a breve prazo um investimento no abastecimento de água às populações e na melhoria de alguma ineficiência que existe nas redes. Para além disso vai permitir que em simultâneo a Autarquia tenha mais liquidez para outros investimentos que a breve prazo terá que fazer, uma vez que a dívida que outros decidiram não pagar nem registar, passou de seis milhões e meio de euros para quatro milhões e meio de euros. -----

- Concurso das sete maravilhas à Mesa. Felicitou o senhor Presidente da Câmara e todo o Executivo, em nome da bancada do PS, pelo excelente trabalho realizado neste processo que foi um êxito, provavelmente feito com pouco investimento, pouco habitual, e que dificilmente teria tão grande retorno, a nível do País. -----

Carlos Afonso Moura Teixeira, do PSD. Pediu a palavra invocando o direito de resposta. Cumprimentou na pessoa do senhor Presidente da Mesa, todo o Executivo e colegas Deputados municipais. “Relativamente a esta intervenção, pedi a defesa de honra pelo seguinte: é dito e vamos discutir isso mais à frente, no ponto relativo à auditoria externa e suas conclusões, que o valor global das faturas devolvidas e não reconhecidas àquela entidade - ATMAD ou Águas de Portugal, ascende em 30 de junho de 2018, a 1,9 milhões de euros. Se esta situação aqui referida tornou possível um acordo, foi porque durante anos o PPD/PSD, se bateu pelo não reconhecimento de todas as faturas que nos foram enviadas. Se assim não tivesse sido e as tivéssemos pago na íntegra, este valor que agora foi possível negociar, teria sido pago por todos nós”. -----

Francisco António Taveira Ferreira, do PSD. Cumprimentou o senhor Presidente da Mesa e, na sua pessoa, todos os presentes. Fez uma intervenção sobre o Município de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

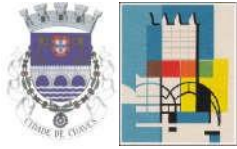
Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

Chaves, abordando importantes aspetos da sua História, das suas Gentes e dos seus recursos endógenos. “Historicamente conhecido por *Aquae Flaviae* e localizado na região Norte de Portugal, é um município termal e Chaves, a sua sede, é conhecida por uma cidade histórica, termal e florida. E estes três conceitos definem as Terras de Chaves: muita história, uma base de saúde onde imperam as termas como saúde pela água, como um fenómeno natural; florida porque temos o cuidado de a tratar bem e de a manter limpa. É servida por um rio, o Tâmega, que continua tranquilo no seu leito. Às vezes vai por fora, faz enchentes, mas nós continuamos a tentar, para que corra entre as margens. Chaves fica numa rota que os Romanos definiram como uma importante via de Braga a Astorga. É uma terra com muitos recursos naturais e com gentes lutadoras e trabalhadoras, origem de muita gente ilustre. Aqui vive-se ou pode viver-se com qualidade. Não existe poluição atmosférica significativa, os recursos seriam suficientes para alimentar o povo que aqui vive, se houvesse maior dedicação e investimento na agricultura. A água que é servida nas torneiras, é classificada como uma das melhores do País; a segurança é boa do ponto de vista físico e do trabalho, assim como em termos de recursos naturais que vão manter-se no tempo. As preocupações com a saúde, a educação, os estímulos pelas artes e pelo belo, estão presentes nas pessoas que aqui residem. Somos um povo com uma autoestima elevada, com confiança no futuro e, apesar das discussões que temos entre nós, respeitamo-nos uns aos outros. Temos culto pela arte, quer estejamos a falar da escrita, da pintura ou de outras áreas; apreciamos a criatividade e procuramos soluções para os graves problemas com que nos debatemos que, nos tempos que correm, são principalmente dois: um chama-se fixação populacional e o outro baixa de natalidade. E venho abordar este problema na Assembleia Municipal, porque tudo o que eu disse até agora, tem muito a ver com a política. Venho aqui dizer que há necessidade de manter a pressão política do poder local sobre o poder central, em todas as áreas, especialmente nas áreas e necessidades que atrás enumerei, quer sejam básicas, intermédias ou superiores. Não esquecer que temos que lutar pela manutenção do ambiente, com respeito pelos recursos naturais que é preciso proteger; temos que manter seguramente ativa uma luta pelos meios para proteção dos cuidados de saúde e educação; e insistir na descentralização, exigindo respeito pelos recursos, pelos meios que temos em funcionamento, por esta população e por este território. Não tenho dúvida, e esse é o desafio que aqui deixo, que se abrandarmos a luta política em relação ao poder central, vamos ter um agravamento do diferencial de poder, de meios e de recursos que são colocados à disposição das zonas urbanas periféricas. Então na saúde isto é claríssimo, se não fosse o poder político a fazer pressão, já tínhamos o Hospital de Chaves, absolutamente encerrado”. -----

Gonçalo André Nascimento Alves, do CDS. Disse que queria demonstrar toda a sua solidariedade para com as funcionárias da fábrica têxtil de Vale de Anta e, nesse contexto, perguntou ao senhor Presidente, qual era o ponto de situação pois, numa situação análoga, a Câmara de Famalicão fez um plano de contingência com o IEFP, com programas de requalificação profissional, linhas de apoio aos trabalhadores e ajuda de inserção no mercado de trabalho, através de constituição de uma bolsa de disponibilidade imediata. Concluiu, dizendo que gostava de saber se existe tal plano, aqui em Chaves, e se está a ser elaborado em colaboração com o IEFP? -----

O senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

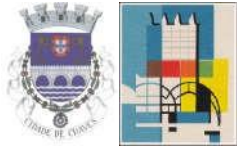


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

Após renovar os cumprimentos a todos os presentes, começou por responder às questões colocadas pelo membro desta Assembleia, Eduardo Brás, referindo que “algumas das questões colocadas, que têm a ver com Vidago e com aquilo que foram no passado, um conjunto de propostas e de promessas políticas, desconhece quem as propôs, nomeadamente a construção de um centro de estágios e de uma piscina”. O compromisso do seu Executivo com o Concelho, e com Vidago em particular, está sinalizado nos vinte e cinco compromissos que apresentou à população e foi com base neles que a vontade popular foi sufragada e saiu vitoriosa das últimas eleições. “Para a implementação de alguns dos investimentos aqui identificados, seriam precisos muitos milhões de euros, enfim, grosso modo dez, quinze, vinte milhões de euros, no curto prazo, provavelmente significaria a disponibilidade financeira do município integral, nos próximos quatro ou cinco anos, só para Vidago. Teremos naturalmente em consideração a relevância turística que Vidago assume, as suas especificidades, aquilo que é o seu passado, o seu conhecimento e, também, de alguma forma aquilo que é o capital que foi acumulado ao longo dos anos. Portanto terá da nossa parte uma atenção particular, assim como outros territórios, nessa lógica de promoção do turismo a nível concelhio. Quanto ao balneário pedagógico de Vidago eu quase que me dispensava de fazer considerações, porque na última Assembleia Municipal fiz uma descrição exaustiva, pormenorizada, do que foi feito relativamente a este equipamento e foi dito claramente que se trata de um investimento realizado num edifício que não é municipal, é propriedade da antiga REFER, agora designada infraestruturas de Portugal, que ainda é preciso pagar. Quanto à utilização da água, não é para práticas termais, mas sim para efeitos científicos e pedagógicos, porque de outra forma, a UNICER hoje SUPER BOCK GROUP, não tinha sequer assinado um protocolo de favor que assinou. Portanto, trata-se de um balneário que não tem água própria, o que é uma condicionante. Já falámos várias vezes acerca da solução, que passará por uma de três vias: manter a solução contratual, que tem muitas fragilidades e tive a oportunidade de ler esse documento nesta Assembleia, bem como numa sessão de esclarecimento que fiz em Vidago, tive o cuidado de o partilhar com todos os presentes. A solução alternativa seria naturalmente poder levar a água até ao balneário, através de uma conduta, a partir da empresa de “Águas Campilho”. Para isso terão de verificar-se dois pressupostos prévios, que são a capacidade financeira para levar até lá essa infraestrutura e, também, ter autorização da entidade que supervisiona nesta matéria, que é a Direção Geral de Energia e Geologia. A hipótese que estamos a estudar é a possibilidade de conseguirmos uma captação própria, para abastecer o balneário, sendo certo que se trata de um processo moroso, difícil e complexo, sem garantias de que haja sucesso. Mas é isso que devemos fazer e, portanto, significa que não podemos escamotear ou esquecer estes condicionalismos, estes contextos, estas contingências, que são absolutamente relevantes. É verdade que o balneário pedagógico e de desenvolvimento de práticas termais de Vidago abriu no início de agosto, já abriu tarde, e continuaram a existir problemas relacionados com a qualidade da água, pese embora o investimento que ainda continua a ser feito pela *Super Bock*. Trata-se de um problema recorrente e complexo de resolver mas, de qualquer das formas, devo dizer também que em três meses já se faturou 70% de todo o ano anterior e, portanto, significa que existe de forma comedida, naturalmente, alguma expectativa de crescimento dos valores. Depois dizer que os serviços que estão a ser disponibilizados são os mesmos que habitualmente eram disponibilizados no balneário antigo. Quando se fala das inalações, naquele balneário, nunca foram feitas, não existe tradição e não há evidência que a água tenha essas propriedades. É importante que nós ofereçamos mais serviços, mas que sejam de qualidade e que tenham efetividade. Quanto às injeções da água que foram aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA N°04/AM/2018

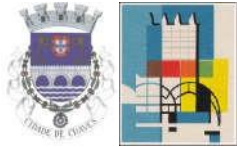
faladas, já há muito tempo que foram abandonadas, hoje ninguém as utiliza e, portanto, a prática médica tem muitas dúvidas sobre essa solução. Já quanto às funcionárias que lá estiveram, trata-se de trabalhadoras com experiência e manteve-se a presença diária de uma fisioterapeuta. É natural que existam aspetos a melhorar, em algumas dimensões, sobretudo na questão relacional de atendimento. Sabemos que muitas vezes, o que distingue e valoriza a prestação dos serviços é, também, a forma como se faz o atendimento, como se interage com os clientes, processo que nós queremos e vamos melhorar, mas sem esconder nada, sem deixar de dizer aquilo que possa vir a acontecer. Foi isso que fizemos na última Assembleia Municipal, que dissemos na sessão pública que fizemos em Vidago, que contou com a presença do diretor clínico, com a minha presença, com o senhor presidente da Junta, e é o que estou a dizer aqui e agora. Trata-se de um grande desafio, mas de um desafio realista, com esperança e com confiança. -----

Sobre a escola agrícola José Alves Teixeira, desconheço qual é a situação pois como perceberão, o exercício deste mandato tem apenas 11 meses, período que torna impossível conhecer, abordar e colocar em funcionamento todos os *dossiers* que estão pendentes. De qualquer das formas sei que se trata de uma escola que é propriedade do Ministério das Finanças e gerida pela Direção Regional de Trás-os-Montes. A Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte tem lá um centro de formação tecnológica e, portanto, é a esta entidade que deve ser pedida a responsabilidade e o ponto de situação. Será aquilo que nós vamos fazer e agradeço naturalmente esse recordatório, porque vamos procurar saber efetivamente qual é a atividade que esta escola agrícola tem, que investigação está a ser feita, que práticas lá estão a ser desenvolvidas, para que haja evidência desse trabalho e, em função disso, traremos depois a esta Assembleia toda a informação. Tomaremos, naturalmente, posição sobre o assunto, sendo certo que a Câmara Municipal não tem, por natureza, capacidade para assumir todas as instalações, nem para colocá-las em funcionamento. Neste sentido, é preciso definir muito bem, a função, a relevância ambiental, social, económica, ou turística dos equipamentos, para depois percebermos se efetivamente temos as capacidades, os recursos e os meios, sobretudo quando se trata de uma atividade relevante. -----

Quanto à Quinta da Freixeda, tem vindo a ser gerida pela *Vidagus Termas*. Sabemos que existem alguns projetos para aquele espaço, mas terão que ser mobilizados recursos, que não poderão ser exclusivamente municipais, porque esses recursos não existem, aliás porque a seguir vamos ter oportunidade de discutir um empréstimo e perceberão a motivação do mesmo. -----

O processo da Casa-Museu João Vieira, está delegado também na *Vidagus Termas*. Foi assinado o contrato programa já este ano, e foram transferidos recursos humanos. Existe o compromisso, por parte do curador, que simultaneamente é herdeiro de João Vieira e se comprometeu a fazer a curadoria da exposição, que dará o pontapé de saída para a inauguração da Casa Museu. -----

Esperamos que ainda durante este ano este processo se possa concretizar e que efetivamente o acervo identificado como sendo integrante da doação que foi deixada, possa ser transportado para a Casa-Museu, que está reabilitada e pronta acolher esse acervo, mas também a receber essa exposição. De acordo com informação do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vidago, que é simultaneamente o Presidente da Vidago Termas, o senhor João Vieira teria estado cá ontem, presumo que para dar início a esses trabalhos. Mas se não for assim, cá viremos dar nota disso de modo que, até final do ano, possamos preparar a exposição para acontecer durante o próximo ano. Existe ainda a necessidade de financiar alguns trabalhos, em algumas das componentes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

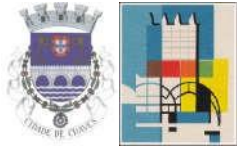
Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

que são fundamentais para que a Casa-Museu possa funcionar, mas presumo que durante o próximo ano estaremos finalmente em condições de inaugurar esta casa e permitir aos Vidaguenses, aos turistas, a todos, conhecer a Obra de João Vieira, tornando-se em mais um fator de atração turística para o concelho, em particular para Vidago. Essa é a nossa expectativa, aquilo que desejamos e que naturalmente esperamos possa vir a acontecer. -----

Foi explicado nesta Assembleia, na comissão que acompanha o orçamento participativo e, também aos cidadãos através da comunicação social que, por nossa iniciativa, se procedeu à suspensão do orçamento participativo na componente de investimento. E porque? Porque muitos dos projetos, ou quase todos, que tinham sido sinalizados e saíram vencedores no orçamento participativo, estão ainda por executar e o nosso compromisso foi de que os iríamos executar, na cadência de um por cada ano. Este ano provavelmente não vamos conseguir concretizar integralmente, mas ficará o compromisso de que se não o fizermos este ano, o faremos no próximo. De qualquer das formas dois dos projetos, que respeitam a Vidago, poderão situar-se acima dos 600 ou 700 mil euros. A nossa intenção é poder abrir o concurso, sobretudo a ciclovia, porque relativamente à intervenção na rua da Ermida, que também foi vencedora no orçamento participativo, provavelmente só conseguiremos lançar o procedimento no final do próximo ano ou no início do seguinte. De qualquer das formas existe também outro projeto, que temos candidatado ao programa Valorizar que é a ligação da Ciclovia entre Chaves e Vidago, ficando a faltar o troço entre Vidago e as Pedras Salgadas. Embora faça todo o sentido a ligação dessa ciclovia, trata-se de um investimento que exige naturalmente um esforço financeiro muito significativo e o compromisso de outro tipo de fundos, neste caso, fundos comunitários ligados ao turismo, ao programa Valorizar, onde temos duas candidaturas. Esperamos que possam ser vencedoras, já fizemos uma abordagem ao turismo de Portugal, através do Dr. Carlos Abade, vogal do Turismo de Portugal, que esteve em Chaves há pouco tempo. Foi-nos transmitido, ainda que de forma não muito consistente nem técnica, que seria dada prioridade às ciclovias promovidas por vários municípios. Isso levantou-nos uma questão que é a candidatura relativa à ciclovia entre Chaves e Vidago, com os dois troços de Vidago até ligar às Pedras, que são promovidos apenas pelo município de Chaves. -----

Quanto à análise do diagnóstico organizacional e ao nível dos recursos humanos, que foi aqui deixado, em traços breves, pela deputada Ana Coelho, eu não diria melhor, pois estamos a falar do balanço social de 2017 que, na minha perspetiva, é uma fotografia a nível dos recursos humanos no que diz respeito às qualificações, à idade, ao género, às áreas profissionais, isso é a tradução do que foram os 16 anos da governação do Partido Social Democrata. Registo daquilo que foi o nosso ponto de partida que tem, e nós dissemo-lo aqui no passado, algumas contradições, algum desequilíbrio, entre aquilo que são funções mais técnicas e funções que são mais operacionais porque, apesar de nós olharmos para o mapa de pessoal e percebemos que há um número significativo de assistentes operacionais, a verdade é que muitos desses assistentes operacionais, há muitos anos, desempenham funções não operacionais e, se calhar, uma parte significativa dos assistentes operacionais que deviam estar a fazer funções ligadas ao setor da limpeza, ao sector dos jardins, aos setores das obras municipais, e aos setores dos resíduos, a verdade é que aí temos uma carência absolutamente extrema. Posso dizer que há serviços designadamente de limpeza urbana, de jardins e do sector de abastecimento de água que estão em situação de rotura absoluta, e só têm funcionado por duas razões: primeiro com um grande voluntarismo, uma grande entrega dos trabalhadores e, segundo, porque temos pago trabalho extraordinário, isto é preciso reconhecê-lo e vão perceber, em momento próprio, que este ano o trabalho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

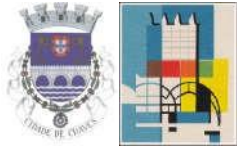
Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA N°04/AM/2018

extraordinário cresceu. Entendemos que não seria justo, nem aceitável, que os trabalhadores que auferem uma remuneração mais baixa, se lhes tivesse exigido mais trabalho, e que esse trabalho fosse pago em tempo, quando efetivamente se trata de trabalhadores com menor autonomia financeira. Portanto decidimos que relativamente aos trabalhadores que prestam trabalho extraordinário, em áreas absolutamente essenciais, sempre que o fizerem, é-lhes pago em dinheiro e não em tempo, por uma questão de justiça social. Mas o desequilíbrio organizacional não se verifica apenas a nível de recursos humanos, mas também nos equipamentos e máquinas. Precisamos de mais equipamentos na limpeza urbana, na manutenção dos sistemas de água e saneamento, e mais recursos humanos e equipamentos numa área que nem sempre é referida e que tem a ver com a estrutura de apoio aos eventos, às iniciativas, à parte cultural que carece de muitos recursos, mais do que nós imaginamos. Portanto, o desafio é grande e o ponto de partida, na nossa perspetiva, é negativo, porque por um lado há um desequilíbrio entre aquilo que são o número de técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais. Por outro lado, muitos desses profissionais estão, há alguns anos, a fazer tarefas que, pese embora algumas delas possam ser integráveis no conteúdo funcional de assistentes operacionais, a verdade é que não estão nos sectores mais críticos, pois muitos dos assistentes operacionais estão no Museu de Arte Contemporânea, no posto de turismo e noutros serviços que, na nossa perspetiva, devem ser desenvolvidos por outros profissionais, com outras competências. Sendo certo que analisámos todas essas situações e temos esse mapeamento feito, com a categoria profissional de cada um e as funções que estão a desempenhar, entendemos que nalguns casos ou na sua maioria, devemos atuar com contenção, porque efetivamente primeiro se sentiriam desmotivados; segundo provavelmente já não teriam as competências físicas necessárias para desenvolver novas missões. Dizer também que entendemos não ser justo nem aceitável, que depois de muitos anos em determinada função, sobretudo pessoas com mais de 50-55 anos, afetá-los a outros serviços, poderá ser entendido quase como uma sanção, uma perseguição, uma decisão que não teria em atenção, digamos assim, o desempenho e o esforço que tinham feito globalmente, no passado. -----

No orçamento para o ano em curso (2018) tínhamos identificado já essa situação e percebido essa realidade, por isso fizemos constar no mapa de pessoal a possibilidade de contratação de mais 10 trabalhadores, 5 para os jardins e 5 para a limpeza urbana. A verdade é que o processo não aconteceu quando era expectável, só vai ocorrer no mês de outubro porque havia processos de natureza administrativa que tinham que ser finalizados e garantir que efetivamente não havia questões processuais e jurídicas, que pudessem contaminar esses processos. A nossa política a curto e médio prazo é fazer a contratação de mais recursos humanos na área operacional, à ordem de dez por ano, se a capacidade financeira o permitir. Fazer também alguma renovação daquilo que serão os nossos equipamentos e as nossas viaturas e no intervalo que medeia entre o presente e esse futuro, vamos provavelmente proceder à aquisição de serviços, no sentido de podermos alocar alguns recursos, sobretudo recursos provenientes da EHATB, para fazer limpeza urbana. Já perceberam que fizemos alguma limpeza urbana no centro da cidade, sobretudo no núcleo mais histórico e continuaremos com esforços para que tenhamos uma cidade mais limpa, mais aprazível, e depois para que possamos convidar os cidadãos todos, a associarem-se a este compromisso de termos uma cidade cada vez mais atrativa para todos, enfim, uma comunidade mais feliz. ----

Depois o Dr. Manuel Cunha fez algumas considerações de cariz ideológico que não vou comentar, embora com algumas eu esteja de acordo, nomeadamente sobre a questão que tem a ver com o enfraquecimento do setor público, em particular do serviço

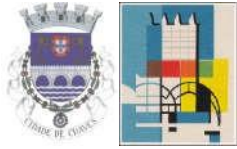


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

nacional de saúde. Também sou daqueles que defende que o serviço nacional de saúde deve ser cada vez mais forte e, sobretudo, deve ser mais forte nas comunidades mais fracas, pois entendemos que nos territórios do interior, todo o Trás-os-Montes, todos os territórios do interior que vão desde o Algarve até Bragança, exigem e precisam, em nome da dignidade humana, da coesão social e da segurança em termos de saúde, precisam de um SNS mais forte. A questão é como é que se faz esse SNS mais forte. Pessoalmente, tenho algumas ideias que não escondo: precisa naturalmente mais investimento público, é verdade; precisa de maior capacidade financeira para que os serviços públicos e em particular a unidade Hospitalar de Chaves, não possa ter problemas relacionados com falta de limpeza, porque os assistentes operacionais não estão no número adequado; precisa de capacidade para contratar assistentes técnicos e assistentes clínicos, o que muitas vezes compromete alguns serviços de saúde; precisa de naturalmente melhorar e de renovar o hospital, porque o hospital iniciou a sua laboração em 86, ou 87; precisa de ser requalificado sob o ponto vista físico; precisa que as obras do bloco operatório sejam uma realidade porque enfim, já ouvimos isto há não sei quanto tempo. Portanto acho que já é conversa há tempo demais, precisamos de mais recursos. Na minha perspetiva, ao contrário do meu Partido, defendo uma separação clara entre aquilo que são os profissionais que trabalham no serviço nacional de saúde e aqueles que prestam serviço no sector privado. Só acredito que o serviço nacional de saúde será forte, quando for determinada a exclusividade do exercício das suas funções, médicos, enfermeiros, todos e, ao mesmo tempo, aconteça uma coisa muito importante, que não haja concorrência desleal, isto é, que não seja depois o próprio estado a financiar subsistemas e, por esta via, esteja a garantir a sustentabilidade das entidades privadas. Porque nós temos que dizer, de forma clara, que os hospitais privados subsistem e são rentáveis, apenas porque há um conjunto de subsistemas que têm contratos com essas entidades. Invista-se e capacitem-se os hospitais públicos, porque estes, depois, podem prestar os serviços de saúde a todos os funcionários públicos, àqueles que estão na ADSE, mas também aos subsistemas, enfim, militares e de outra natureza. Portanto é isso que defendo, tão essencial, ou se calhar, mais essencial do que esse investimento financeiro que é necessário e todos nós já percebemos que existe um condicionamento financeiro que vem do Ministério das Finanças, não precisamos de o esconder. Precisamos de discutir claramente que modelo de saúde queremos, isso é essencial para nós e, portanto, isso deve ser feito. Depois dizer que nós não queremos, de forma nenhuma, ser a muleta do conselho de administração, nem do ministério da saúde nesta matéria, não o seremos. Agora, não começaremos é pelo fim, não nos peçam que façamos mobilização popular, contestatária, dos cidadãos, dos profissionais e dos autarcas do Alto Tâmega. Na minha perspetiva o processo faz-se ao contrário, porque depois da contestação só resta a contestação, e depois da contestação de rua só resta mais contestação de rua, e ao fim de quatro ou cinco momentos de contestação, não nos resta mais nada. Por isso, o que nós decidimos que iríamos fazer, aliás eu expliquei-o aqui, na última Assembleia Municipal, e daí não ter percebido a pergunta, é que iria convidar como convidei já, os senhores autarcas todos do Alto Tâmega, não só a estarem presentes quando for necessário fazer a reunião com as estruturas da saúde, seja a nível da secretaria de estado seja ao nível do senhor Ministro da Saúde, mas também que eles se envolvam neste processo, verdadeiramente. Se envolvam e façam auscultação junto das respetivas comunidades, junto dos profissionais de saúde, dos utentes e das associações, para que percebam, em cada um dos concelhos, quais são os problemas de saúde, de acessibilidade, de equidade, enfim, da falta de resposta, porque os problemas que acontecem em Chaves não são exatamente os mesmos que acontecem

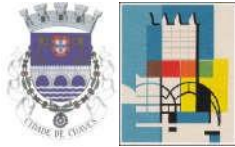


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

em Montalegre, em Vila Pouca, em Ribeira de Pena, em Boticas e em Valpaços, alguns serão comuns, outros não. E, portanto, o que eu lhes pedi foi esse desafio, espero que esse desafio esteja a ser executado, da nossa parte posso dizer que estamos a acabar com esse processo de audição, já ouvimos quase todos os representantes dos profissionais de saúde deste hospital, temos identificados os principais constrangimentos e dificuldades, alguns até muito descritivos e com pormenores elucidativos. Falta-nos agora fazer a audição dos representantes dos partidos políticos, que faremos a seguir, para que depois de recolhida toda esta informação, toda esta análise, feito o diagnóstico e também feita a proposta, porque temos que fazer uma proposta que não ocupe mais de uma página, com 5 ou 6 medidas muito concretas, que possam ser calendarizáveis e que possamos exigir ao senhor Ministro da Saúde. Se o senhor Ministro da Saúde, por incapacidade própria ou condicionamento financeiro, não tiver a capacidade de responder em tempo útil, a algumas das reivindicações, naturalmente que a fase seguinte, a fase da crítica pública na comunicação social, naquela que nos quiser ouvir naturalmente, será feita sempre em nome do Alto Tâmega, não apenas em nome de Chaves. Portanto o que nós vamos procurar é que essa crítica, censura e alerta na comunicação social seja feita desta forma, envolvendo todos os que participem, com maior ou menor convicção, mas que participem. A seguir, naturalmente, só nos resta uma via que é a via da mobilização popular, da contestação de rua, que faremos no ano das eleições legislativas e, portanto, é o partido Socialista de Chaves, o Presidente da Câmara de Chaves, que foi eleito na lista do Partido Socialista que não se vai inibir de, neste período de eleições legislativas, trazer esta discussão para a praça pública e vai fazê-lo. Se isso tem ou não consequências negativas, em termos eleitorais, eu estou mais centrado naquilo que é a qualidade de saúde dos cidadãos do Alto Tâmega, do que num ganho marginal eleitoral. Portanto, entendo que o momento oportuno até é para o ano, eu sei que isto é difícil de ser dito, mas é para o ano, porque nós não devemos nada a ninguém e, nessa perspetiva, é isso que vamos fazer, é isso que faremos. Queremos fazer isso em nome da saúde do Alto Tâmega, fazer todo o esforço e acrescentar esse esforço àquele que já foi feito no passado, para que efetivamente possamos ter respostas adequadas para um conjunto muito significativo desta população já envelhecida; uma população que tem problemas de mobilidade, porque não há rede de transportes; uma população que tem uma fraca capacidade financeira e, por esta via, não tem acesso a outras portas de saúde. Temos neste território apenas a Unidade hospitalar de Chaves e, também, naturalmente o centro hospitalar, mas queremos que verdadeiramente isto seja um centro hospitalar, uma partilha de recursos, uma partilha de competências, uma partilha de respostas e que efetivamente as unidades hospitalares possam ter alguma autonomia e, provavelmente, a autonomia que nós defendemos não é a autonomia de gestão, mas é uma autonomia clínica. Nós queremos que em Chaves as decisões clínicas sejam tomadas com alguma autonomia técnica, localmente. É claro que isso tem impacto financeiro, mas deve ser tomada essa decisão localmente, para que efetivamente não possa ser condicionada a boa prática médica no atendimento. Quanto à questão das condições, ou da falta delas, sob o ponto de vista ético do conselho de administração eu desconheço tais questões, que aqui foram suscitadas. Não sei quais são as divergências que existem, nunca me foram explicitadas, não sei se elas são inibidoras ou de alguma forma condicionadoras do desempenho do Conselho de Administração, mas se me puderem ajudar também nesta matéria particular, podemos eventualmente suscitar a questão e fá-lo-emos de forma firme e convicta, no interesse de todos os cidadãos. -----

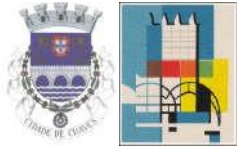


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA N°04/AM/2018

Depois dizer ao deputado Rogério Moura que o que celebrámos com as Águas do Norte, foi um acordo de princípio, um contrato-promessa, que ainda aguarda a publicação de um decreto regulamentar desde maio, e que depende da intervenção conjunta do ministério das finanças, da secretaria de estado das autarquias locais e também do Ministério do ambiente, para que efetivamente aquilo que está vertido no contrato-promessa, que são as condições contratuais, possam ser transformadas num contrato definitivo. Esta solução introduz normalidade institucional na relação com as Águas do Norte e introduz, também, outra capacidade negocial e contratual do município de Chaves. Percebo que o PSD, venha aqui, de alguma forma, querer assumir os louros desta negociação, mas se assim fosse já o podia ter feito há muito tempo, pois em 16 anos podia ter feito um contrato promessa, definindo claramente quais eram os termos da divergência existente entre as duas entidades. Mas não tendo sido capaz de chegar a um acordo com as Águas do Norte, conseguiu gerar uma dívida ao Município de 21 milhões de euros, pois não sei se se recordam que, em 2004, era este o valor que o município de Chaves devia, então, às Águas de Trás-os-Montes, hoje Águas do Norte. Imaginem o que estes 21 milhões de euros representam em termos de juros de mora, e quanto a Câmara de Chaves já pagou por essa dívida. Estamos a fazer essas contas, ainda as não posso adiantar, para sabermos quanto pagámos por causa da decisão irresponsável de não pagar a água, no momento devido. Por isso, não se venha dizer agora que este acordo foi possível porque no passado não se quis pagar a água, desculpem-me, é exatamente ao contrário. O que devia ter sido feito, e qualquer entidade credível e responsável o faria, era separar águas porque também não podemos confundir neste dossier coisas distintas. Vamos lá ver se nos entendemos, de uma vez por todas, e não voltamos a este assunto com demagogia, com falta de verdade, e muitas vezes com tentativas vãs, diga-se, de condicionar ou até de contaminar a opinião das pessoas. Nós estamos a falar que a entidade que fornece água em alta, e que também trata em alta, os esgotos era a Águas de Trás-os-Montes, hoje Águas do Norte, que prestou esse serviço ao Município de Chaves, durante muito anos. Depois o Município de Chaves, como muitos outros, contestou um dos aspetos que está presente no contrato de concessão que tem a ver com os mínimos, isto é, os vários utilizadores ficaram obrigados a consumir por ano determinados volumes de água e ficaram também obrigados a tratar determinados volumes de água residual. Os Municípios que o não fizeram, foram notificados no final do ano, nos termos do contrato, para pagarem a título de mínimos determinadas quantias. Os Municípios todos não há nenhum que tenha pago, o que é que fizeram, contestaram esse valor a meu ver bem, o Município de Chaves fê-lo bem, na minha perspetiva, porque esse valor de consumos mínimos foi determinado em função do estudo económico/financeiro que estimava um crescimento anual irrealista para a economia, assim como um aumento populacional e consumo médio, que não vieram a concretizar-se. O Município de Chaves deve 1.9 milhões de euros, os tais 1.9 milhões de euros que senhor deputado Carlos Afonso falava há pouco, que continuam em contencioso e nós sobre isso não fizemos nenhum acordo, nem vamos fazer. São 1,9 milhões de euros mais juros de mora na casa dos 600. 000 euros, em resultado de juros comerciais que se situaram entre 8% e 11%. Hoje a taxa é de 7%, ou seja, por cada 100 euros, de dívida em cada ano, devemos mais 7 euros. Dizer que o acordo só foi possível porque o anterior executivo veio pugnando pelo não pagamento da água e saneamento, na minha perspetiva é um argumento muito frágil e não tem nenhuma sustentabilidade. É necessário afirmar que o outro valor, de 6,6 milhões de euros que neste momento o Município Chaves ainda deve, e que registámos nas contas de 2017, foi razão invocada pelo PSD, para votar contra as Contas do mesmo ano. O que não



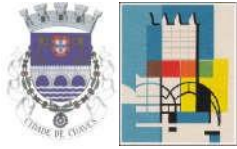
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA N°04/AM/2018

deixa de ser estranho, pelo facto de ter sido a gestão do PSD responsável no ano de 2017, quase na íntegra. Foi quem aprovou o orçamento, definiu as prioridades, executou-as e depois a seguir votou contra. Mas aqui torna-se necessário fazer uma pequena precisão: só alguns membros eleitos do PSD é que votaram contra, porque os senhores presidentes de Junta não seguiram esse sentido de voto. E esses 6.6 milhões de euros que é dívida que o Município de Chaves tem para com as Águas do Norte, não por causa dos mínimos, mas sim por causa de serviços que lhe foram prestados e faturados, mas que a Câmara de então, devolveu na íntegra as faturas, nem sequer pediu a desagregação dos valores das faturas para pagar, pontualmente, a parte não sujeita a qualquer contestação. Essa devolução fez com que nós tenhamos várias ações, neste momento, no Tribunal Fiscal e Administrativo de Mirandela. Lembrem-se também que o PSD era contra o registo destes 6.6 milhões, mas a verdade é que só por termos registado a dívida a 31 de dezembro, vai permitir-nos, este ano, fazer um acordo, porque de outra forma não o poderíamos fazer e nem sequer teríamos direito à redução direta de 360 mil euros de juros de mora, vencidos a 30 de junho de 2017. A decisão de fazer o registo desta dívida, além de permitir fazermos este acordo, vai permitir que nós possamos pagar esta dívida a 25 anos, e ainda que os créditos que as Águas do Norte, têm sobre o Município, possam ser cedidos ao BEI(Banco Europeu do Investimentos). A nossa expectativa é que a taxa de juro dessa operação não seja de 7%, mas próxima de 1 ou 1.1%, significando que se trata de uma taxa competitiva, melhor até do que aquela que se consegue para o investimento. Tivemos várias reuniões técnicas e políticas com as Águas do Norte e devo dizer, em particular, que o Conselho de Administração atual da empresa se mostrou sempre disponível, em todas as reuniões, para discutir todos os assuntos, todos os temas, até à exaustão, até ao cêntimo. Deixo também, uma nota de particular comprometimento dos serviços municipais da área financeira e jurídica, que também neste processo foram totalmente disponíveis e muito pró-ativos. Fizemos questão, não só de normalizar um relacionamento institucional e contratual com as Águas do Norte, mas também queríamos parar os custos com os juros, ou seja, nós não podíamos continuar a assumir fazer de conta que não existia o problema, porque isso foi o que PSD fez no passado, isto é: o que não está registado nas contas, não existe e o que não existe nós não pagamos. E, desculpem, isso não me parece sério, porque fazer de conta que o problema não existe, quando existe, é só agravar o problema, e foi o que aconteceu neste *dossier*. Já pensaram no facto de a gestão anterior proceder pontualmente à cobrança da água, junto dos consumidores e, depois não a pagar às Águas do Norte? Uma gestão responsável constituiria uma provisão com os valores que recebia dos consumidores e hoje em vez de termos zero nessa conta, podíamos ter lá 5 ou 6 milhões que permitissem pagar a água em dívida. Essa, pelo menos seria uma atitude mais responsável, pois estamos a falar de uma área em que as estruturas da rede de abastecimento precisam de intervenções urgentes, existem roturas frequentes, como foi referido há pouco pela deputada Ana Coelho. Portanto o PSD não foi solução, foi problema, porque o gerou e foi incapaz de o resolver. -----

Quanto à intervenção do Dr. António Taveira, tem a minha concordância não tenho qualquer divergência sobre aquilo foi dito. Posso ter, enfim, alguns matizes ou nuances, relativamente a outros aspetos que temos que melhorar, nomeadamente nas áreas económica e turística, mas, no essencial, enquanto àquilo que são os nossos recursos endógenos e também o nosso capital da afirmação, enfim, da natureza, do ambiente, da gastronomia, das pessoas, da cultura e do património, estão aqui presentes. Temos, naturalmente, que fazer essa pressão política, temos que a fazer quer individualmente pelos Municípios, mas sobretudo na CIM, e sobretudo noutros fóruns, nem que para



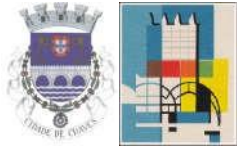
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA N°04/AM/2018

isso tenhamos que mobilizar também todos os representantes políticos para esta luta, e também para uma luta próxima que tem a ver com o processo de descentralização de competências, que é um processo que na minha perspetiva, as áreas podem ser essas e podiam ser também outras, sendo preciso concretizar primeiro dois aspetos: definir melhor as competências para que não fiquem com uma formação tão aberta porque, quando várias entidades ficam com a mesma competência, e não se sabe quem executa, se todos ou se nenhum, torna-se fonte geradora de problemas de articulação; por outro lado, um aspeto fundamental é definir os recursos que permitam concretizar essas competências. Pessoalmente entendo que, se a solução que vier a ser adotada, não for substancialmente melhorada, relativamente àquela que esteve presente em cima da mesa, sou daqueles que defendem que não deveremos aderir ao processo de descentralização de competências. Apesar do assunto não ter sido ainda discutido nos órgãos, eu pessoalmente tenho essa opinião. -----

Quanto à intervenção do membro desta Assembleia, Gonçalo Alves, lembro que Chaves não é Famalicão. Não tem uma indústria têxtil que permita fazer esse plano de colocação de trabalhadores têxteis, noutras empresas. De qualquer das formas, como sabe, a única forma que o Município tem de criar postos de trabalho é contratá-los para o seu o quadro de pessoal, mas isso não o vai fazer como perceberá. No entanto, devo dizer que já fomos lá duas vezes, em dois momentos distintos, demonstrar a nossa solidariedade com a comissão de trabalhadoras que são 30 e não 35, porque há algumas que estão com a administração. Verificámos que estas 30 trabalhadoras estão coesas, defendem de forma muito vigorosa os seus direitos e têm feito uma vigilância constante à própria fábrica, no sentido de garantir que alguns equipamentos, alguns recursos, não são retirados das instalações, para que possam garantir os seus direitos. O que foi dito às trabalhadoras, num contacto direto e pessoal, foram duas coisas: primeiro solidarizarmo-nos com a sua luta; segundo, disponibilizar todos os recursos logísticos que possamos ter, para melhorar o seu processo de luta. E depois dizer, naturalmente que teremos também neste particular uma atenção, no sentido de perceber enfim com a comunidade, com os empresários locais, se poderá haver algumas soluções de acordo com a vontade das próprias trabalhadoras, porque todas elas têm características muito diferentes. Há trabalhadoras que têm uma idade mais avançada, outras são mais novas, algumas que já lá trabalham há 10 anos e 12 e outras apenas há um, dois e três meses. De qualquer das formas, o que querem no imediato, e isso foi-nos dito, é que precisavam rapidamente que a situação fosse definida, para poderem exercer o seu direito ao desemprego, o que neste momento não é possível ainda, porque não foi tomada uma decisão formal, por parte da administração. Depois não tem sido fácil perceber quem é que, efetivamente, é a administração desta empresa. Pelo que pudemos apurar, trata-se de uma empresa gerida por uma senhora de nacionalidade Marroquina que está cá apenas há um mês e que nesta transição não houve uma cedência da exploração. Significa que existe ali alguma nublosa, nem sequer essa informação mais específica sobre as questões de natureza jurídica, estão neste momento avaliadas, mas continuamos a acompanhar a situação. Ainda lá estive ontem, a celebrar a celebrar o aniversário de uma trabalhadora jovem, que havia manifestado o interesse que lhe levasse um bolo e assim fiz com todo o gosto, fui levar-lhe o bolo que paguei do meu bolso. Considero que esta proximidade é importante e tenho a perceção que as trabalhadoras sabem que podem contar com a nossa presença, e não apenas para fazer meras declarações políticas nesta Assembleia. ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

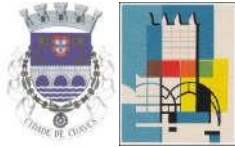
ATA N°04/AM/2018

Gonçalo André Nascimento Alves, do **CDS**. Afirmou que o senhor Presidente não entendeu a sua pergunta sobre a fábrica têxtil, uma vez que a mesma se referia à existência ou não de planos. -----

Seguidamente, referindo-se ao centro coordenador de transportes, colocou as seguintes questões: se em dezembro estava em ponderação, em setembro em que ponto é que está? Quanto tempo mais, os passageiros terão de apanhar autocarros expresso no meio da Avenida de Santo Amaro, sem qualquer conceito de interface multi - modal, sem qualquer comodidade e, acima de tudo, sem qualquer segurança? Afirmou que o CDS não faz provas de vida, tem um compromisso com os seus eleitores e tenta cumpri-lo. Referiu estar próximo o aniversário da eleição do Executivo Municipal, afirmando “volto a temas antigos, longínquos, alguns que devem estar na última gaveta da sua secretária, nomeadamente o seu programa eleitoral. Quando é que os presentes terão a honra de receber um convite para a escritura pública da aquisição dos dois imóveis no centro histórico? Que é feito da candidatura a património da humanidade e o referendo da ponte romana? E por fim, qual foi a criação líquida de emprego no concelho de Chaves, no último ano?” -----

Por último, endereçou ao Dr. Manuel Cunha, da CDU, a seguinte questão: “se o PCP, achava que o que se passa no Hospital de Chaves e no Serviço Nacional de Saúde era tão grave assim, por que razão andou a aprovar orçamentos nos últimos três anos”. ---

Carlos Afonso Moura Teixeira, do **PSD**. Referindo-se à intervenção do senhor Presidente da Câmara, disse que concordava com o apoio de fundos da EHATB para limpeza urbana e perguntou se estava a pensar alargar esse apoio, para além do centro histórico da cidade, às freguesias de Santa Maria Maior, Santa Cruz e Trindade; Madalena e Samaiões; e Vidago. E se nesse processo pensava envolver os senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Quanto aos princípios do acordo estabelecido com as Águas do Norte, teceu as seguintes considerações: “aquilo que agora nos foi dado a entender é que o que está a fazer, em defesa dos interesses do Município, é gerir o serviço de dívida, portanto está a negociar o pagamento da dívida com recurso a um crédito com condições mais favoráveis, para pagar a 25 anos. Portanto haverá um pagamento com recurso a um crédito, que será amortizado a 25 anos com uma taxa de juros mais favorável, penso que esse esclarecimento era importante. Senhor Presidente, realmente, fiz a intervenção e está depois no ponto 8, de 1.9 milhões de euros que o Município tem em contencioso com as Águas do Norte, antigas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e se, nós estamos em tribunal com as Águas do Norte relativamente ao pagamento de mínimos, e se esse contencioso é para continuar? Depois, pensava que esse era o valor que nos seria descontado neste acordo, ou seja, aproximadamente 2 milhões de euros. Aquilo que percebi é que no processo as Águas do Norte, o que fazem é abdicar ou ceder o que estava também em contencioso, os créditos de passagem no solo ou no subsolo, se é assim é importante matizar aquilo que nós estamos a fazer, é abdicar de ações em tribunal contra as Águas do Norte? Aquilo que cá vim dizer, foi reforçado pelo senhor Presidente, também o que estava em causa neste crédito de 2 milhões de euros, grosso modo para não estarmos aqui a fechar contas, é também o resultado de uma iniciativa que o Executivo municipal colocou, ou melhor uma iniciativa judicial de contencioso entre o Município e as Águas do Norte e, portanto, o que as Águas do Norte estão a fazer, é reconhecer que efetivamente o Município tinha razão também, e é um princípio de boa-fé, digo eu, entre as duas partes, que o Município teve alguma razão em questionar esse valor. Mas perguntamos e era importante que o senhor Presidente esclarecesse esta Assembleia, se relativamente ao acordo, aquilo que aqui o senhor Presidente nos esclareceu e bem,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

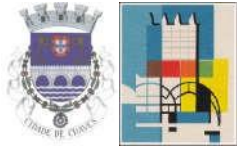
Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

que está a tratar dos assuntos de interesse geral do Município, o facto de ficar em clausulado, não os consumos mínimos, ou melhor tabelar o consumo de água, o volume de água residual tratada, isso vem de encontro a uma reivindicação antiga, do anterior Executivo que, de algum modo, alegava e contestava junto das Águas do Norte, que nós estávamos a pagar água da chuva nas nossas estações de tratamento de águas, e se o senhor Presidente não quis ver inscrito nesse princípio de acordo, essa razão que o anterior executivo defendia. O senhor Presidente, e bem a meu ver, finalmente faz constar nesse princípio de acordo essa limitação no tratamento do saneamento que, durante anos, como já referi, estávamos a pagar água da chuva. Era importante que o senhor Presidente esclarecesse e fizesse constar neste princípio de acordo, esse clausulado que, uma vez que não tendo acesso a ele, era importante reforçar aqui essas questões”. -----

Manuel Justino Matos Cunha, da CDU. No uso do direito de resposta, disse: “Telegraficamente, o Orçamento de Estado votado ou não votado pelos partidos, aprova as Leis do Orçamento de Estado, não estou a ver o que é que isso tem a ver diretamente com a Unidade Hospitalar de Chaves. O que sei é que o PCP se orgulha da necessidade de, para o orçamento de estado ser aprovado, serem necessários os votos do PCP, permitindo que nas reformas houvesse atualizações extraordinárias que durante muito tempo só foram reivindicadas pelo PCP; que os manuais escolares fossem gratuitos; que houvesse uma reposição mais rápida da eliminação das sobretaxas do IRS e de todo um conjunto de aspetos que foram a moeda negociada do PCP até agora, para aprovar o Orçamento de Estado. Sempre dissemos aqui que a questão principal da Unidade Hospitalar de Chaves não passa por questões orçamentais, passa pelo empenhamento do governo no Serviço Nacional de Saúde Público, e passa pelo modelo organizacional dos hospitais da região. Percebo que possam fazer outras críticas, correr a crítica, que é um trabalho que o CDS e o PSD têm feito regularmente, o PCP aprovou o orçamento, veremos se aprova o próximo ou não. Seguramente que se o aprovar, haverá um conjunto de melhorias para os Portugueses, e penso que de uma forma geral as populações têm identificado que só existem, porque o orçamento para ser aprovado precisa dos votos do PCP”. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----
Antes de começar a responder às interpelações que foram feitas, pediu aos senhores e senhoras Presidentes de Junta, presentes na sala, a quem foi distribuída uma pequena folha que gostaria que preenchessem porque é necessária para fazer o mapeamento de todo o património municipal, incluindo também aquele que está nas freguesias. Trata-se apenas de formalizar as situações, para podermos ter um conhecimento mais aprofundado e maior capacidade de fazer gestão patrimonial, que muitas vezes não é feita nas organizações. Portanto pedimos para identificarem, designadamente antigas escolas, polidesportivos, parques infantis enfim para nós percebermos depois se a responsabilidade é nossa se é da Junta de Freguesia. Veremos depois como se pode gerir e articular melhor, para que as decisões sejam mais úteis para as respetivas populações locais e, portanto, pedimos a vossa colaboração. Relativamente ao senhor deputado membro desta Assembleia Gonçalo Alves, dizer que não nos compete a nós fazer qualquer plano relativamente ao problema em questão. Se conhece a legislação e ler com atenção a Lei 75, chegará a essa conclusão. Eu até perceberia que essa questão pudesse ser colocada pelo Bloco de Esquerda ou pelo PCP, porque normalmente são mais sensíveis a estas questões das falências, agora pelo CDS de



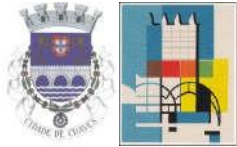
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

facto surpreende, porque muitas das decisões que toma são exatamente no sentido de fazer com que algumas empresas possam deixar de laborar, condicionando muitas vezes as suas decisões. Normalmente o CDS é conhecido por estar do lado dos patrões e não do lado dos trabalhadores, mas enfim temos um deputado nesta Assembleia do CDS, que se posiciona de forma diferente, é possível eu também já o fiz algumas vezes e, portanto, somente aqui uma palavra de atenção. Depois, dizer que não fizemos nenhum plano, mas daremos toda a atenção no sentido de encontrar as melhores soluções, seja na via do emprego junto do Instituto de Emprego e Formação Profissional, com os empresários e, também, com os serviços sociais da Câmara, nas dimensões que pudermos naturalmente acautelar. E fá-lo-emos com certeza, mas sem demagogias, sem presenças na rádio, sem fotografias para o *facebook*, porque é assim que questões desta natureza devem ser tratadas. Sobre o centro coordenador dos transportes referiu que esse assunto está em equação e assim vai continuar, porque embora se trate de um assunto importante, não é dos mais prioritários. Fazer um centro coordenador de transportes implica primeira capacidade financeira; segundo implica uma questão particular que é garantir que a principal empresa de transportes, como é a Autoviação do Tâmega, vai para lá. Como até ao momento não está garantida essa presença, o que nós temos neste momento é um centro coordenador de transportes ainda em projeto que, vindo a reunir a condição essencial referida, exigirá um esforço financeiro acima de 1,2 milhões de euros. Relativamente a essa questão, o que estamos a fazer é revisitar o projeto, porque teremos obrigação de o concretizar, na medida em que se trata de uma obrigação que consta do plano de pormenor da Fonte do Leite, que está no contrato de financiamento celebrado e, portanto, é uma obrigação do município, porque senão ficavam sem fundamento as expropriações que estavam em curso, e pelas quais já fomos condenados em milhares de euros. Vamos ter que encontrar uma solução adequada às nossas necessidades e não um centro coordenador de transportes que, eventualmente venha a ser um espaço abandonado como existem muitos no país. Concluindo, estamos a revisitar o projeto, a envolver as pessoas para fazermos novamente essa discussão, para perceber efetivamente que necessidades existem, porque o centro coordenador de transportes não é apenas para deslocar a paragem de uma avenida para outra, é sobretudo para garantir a relação intermodal entre vários serviços de transportes. -----

Depois dizer ao professor Carlos Afonso uma coisa muito simples. Este esforço de que há pouco falei, no sentido de dotar os serviços municipais de mais recursos humanos, fazer o que não foi feito em 16 anos, não é depauperar nem retirar capacidade. É contratar pessoas para efetivamente as colocar nos serviços adequados onde são necessárias, e não uma porta de entrada para as funções administrativas. Não vamos contratar assistentes operacionais com a promessa que depois vão fazer funções de assistentes administrativas. Depois devemos ter em conta que este esforço intermédio com contratualização de serviços, naturalmente, não será suficiente para abranger um espaço significativo do concelho e, portanto, faremos gradualmente um processo do centro para a periferia, ou seja, a nossa intenção é começar a limpar cada vez melhor o centro, e estender essa ação para a periferia, abrangendo progressivamente as freguesias urbanas: Santa Cruz, Madalena e Santa Maria Maior. Naturalmente a ideia é de crescimento, mas agora se me perguntarem quando isso vai começar, não lhes sei responder verdadeiramente, porque não estão estimados os custos, que serão muitos milhares de euros e não teremos capacidade para o fazer de uma vez. De qualquer das formas, temos que dizer que existem algumas competências nesta matéria que são



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

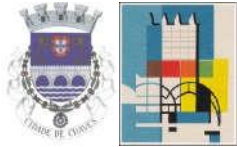
Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

competências das freguesias, se lerem a Lei 75 percebem que a limpeza das respetivas freguesias é da sua competência, mas haverá aqui um compromisso baseado em contratos com algumas freguesias no sentido de nós podermos apoiar essas funções, nomeadamente com Vidago e Santa Maria Maior. Estamos disponíveis naturalmente para com as outras freguesias encontrar soluções contratuais, num princípio do equilíbrio e, também de sustentabilidade financeira, para que possamos cada vez mais ter uma cidade mais limpa, agora não nos peçam tudo de uma vez, porque não nos pode ser exigido fazer em 11 meses, o que não fizeram em 16 anos. De qualquer forma, pensei que hoje vinham aqui falar sobre o Museu das Termas Romanas, uma vez que não estiveram presentes na sessão pública que tratou este assunto, à exceção do líder da bancada. Pensei que todos queriam falar sobre este assunto, por terem ficado dúvidas ou outras dificuldades; pensei que seria aquele equipamento um dos problemas principais que a cidade tinha e que seria aqui questionado sobre o mesmo, razão porque trouxe comigo um *dossier* com muita informação. Pensei também que ia ser questionado sobre o jardim do bacalhau, se já está pronto o projeto, se vai abrir concurso, se há ou não financiamento. Fico surpreendido como, em tão pouco tempo, os problemas centrais deixaram de ser relevantes e foram esquecidos, porque fazer política também é abordar todas as questões sem exceção, estas e outras, mas parece que ouve para aí uma amnésia e só voltando um bocadinho atrás, ao senhor deputado Gonçalo Alves, sabe que isto é um recordatório, anda sempre comigo, para dizer-lhe que os compromissos que nós assumimos estão aqui, conhecemo-los bem, e haverá alguns que naturalmente vamos ter mais dificuldade em cumprir. Se tal acontecer, não vamos arranjar subterfúgios, diremos: não cumprimos este ano, mas isso não significa que não prossigamos com esse objetivo que para nós é muito importante, e agora queremos naturalmente, concretizar esse objetivo. Outro assunto sobre o qual esperava ser questionado era sobre a Escola Superior de Enfermagem, mas enfim sobre um assunto tão relevante, ninguém fez uma pergunta, ninguém tem dúvidas, ainda bem que somos uma Assembleia Municipal esclarecida, e isso é bom porque certamente as decisões serão mais informadas. -----

Depois voltando à questão do Professor Carlos Afonso, eu acho que fui claro sobre o acordo, que não deixei nenhuma dúvida, se ler depois a minha intervenção vai perceber que tudo aquilo que questionou já foi respondido, mas eu esclareço: primeiro 1.9 milhões de euros, são de mínimos. Consta neste relatório, vai constar nos próximos e é algo que está em contencioso; não é uma ação, são várias ações; não representa 1.9 milhões, já representa aproximadamente 2.5 ou 2.6 milhões de euros. Se virem na informação financeira, relativa a responsabilidades contingentes, que não existia no passado e que foi algo pelo qual sempre me bati, já lá está expresso, é uma questão de ler o documento. Relativamente a todas as outras questões, o facto de neste acordo se terem reconhecido os créditos da ocupação do subsolo, eu entendo que foi uma decisão, de mérito, mas isso não tinha nada a ver com a água, mas com a gestão do território. Este reconhecimento por parte das Águas do Norte é também uma boa notícia por até então estarem a contestá-la nos tribunais. Até nesta matéria o acordo é uma boa solução para o Município de Chaves que só agora foi possível alcançar. -----

Relativamente a essa dívida de 6,6 milhões de euros, o que se devia ter feito era uma coisa muito simples, devia ter sido pago tudo, à exceção daquilo que se entendia ter legitimidade para discutir, ainda que contratual e juridicamente houvesse algumas fragilidades, que têm a ver com a fatura. Relativamente ao tratamento de efluentes do excesso resultante das chuvas, isso devia-se ter discutido judicialmente e pago todo o



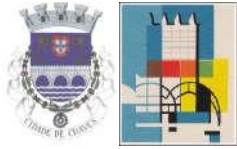
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA N°04/AM/2018

resto. Agora a verdade é que essa posição foi assumida pelo Arquiteto António Cabeleira, esta Assembleia concordou com ela, tomámos aqui uma deliberação sobre essa estratégia, a qual contou também com os votos a favor do PS. Mas o que nós pretendíamos é que se fizesse mais, ou seja, se resolvesse o problema e não se empurrasse com a barriga porque perdoem-me, mas vou dizer uma coisa que não disse antes: é que queriam apresentar os números limpinhos em 2017, como era ano de eleições; queriam apresentar os números de 2017 como execução financeira ótima, com uma dívida mínima e com bom desempenho. O que o Arquiteto António Cabeleira e o PSD local tinham para apresentar, em 2017, era apenas o bom desempenho financeiro e, portanto, apresentava uma execução financeira com uma diminuição da dívida total. Só que escondia o que? Não tinha lá os 6,6 milhões de euros às Águas do Norte; não tinha os 3,2 ou 3,3 de dívida relativamente ao MARC; não tinha 700, 800, 900 mil euros que já fomos condenados a pagar e estamos a pagar, por causa das expropriações do Museu de Arte Contemporânea; não tinha lá mais 500 mil euros, relativos à expropriação da Fonte do Leite de uma família que pôs uma ação ao Município, a família Marracho. Portanto, se repararem na conta de 2017 que nos queriam apresentar, esqueciam-se de doze milhões ou 11 milhões e meio que não estavam lá, quando já eram dívida, nem sequer se devia discutir e, portanto, foi isso que se pretendeu fazer. Eu percebo essa iniciativa, mas essa má decisão custou aos flavienses milhões de euros, o não pagar a água custou milhões de euros porque, repito, se nós não queríamos pagar a água, se não era possível pagar a água na íntegra, e o saneamento, o que se devia ter feito era ter uma conta provisionada com esse valor para a pagar. O que nós temos feito, desde o início do mandato, é pagar em tempo a fatura da água e do saneamento, não temos nenhuma dívida vencida com as Águas do Norte e, ao mesmo tempo, pagar já o valor que resulta daquilo que é o compromisso para o futuro e, portanto, vamos fazer não só um esforço de cumprir o presente, mas também um esforço para cumprir o que não foi cumprido no passado”. -----

Carlos Afonso Moura Teixeira, do PSD. Invocando o direito de resposta, disse: “Em primeiro lugar queria apresentar desculpas ao Dr. Manuel Cunha, pelo facto de o ter interrompido na sua intervenção. Todavia, temos de dizer-lhe que o facto de ser uma pessoa estimada na sociedade flaviense, às vezes coloca-se num patamar que nós não podemos deixar que sempre aconteça. Referiu aqui vocês PPD e PS, ora o Partido Comunista Português, embora não o queira admitir e pagou um preço eleitoral nas últimas autárquicas por isso, integra de uma forma mais ou menos encoberta este governo, e apoia as decisões. Referiu que os trabalhadores viram alguns direitos reforçados, digamos uma menor hostilidade do que teria havido num governo neoliberal de má memória, que era contra os trabalhadores, de viver acima das possibilidades e outras conversas, e, ainda bem, que a normalidade em alguns aspetos, regressou. Todavia é também este governo que tem falhas gravíssimas no investimento e nos transportes. Este governo, com o apoio do Partido Comunista Português, tem falhas de investimento na saúde, nos transportes, na educação e nas escolas. É importante, também, integrar os méritos e deméritos do PCP, que não pode pensar que está sempre à parte, pela consideração que a sociedade flaviense tem por si. Portanto, esta situação de chamá-lo à atenção que, realmente, o PCP nos últimos três anos, vai para quatro, viabilizou os orçamentos deste governo. Relativamente às questões referidas pelo senhor Presidente, nós sabemos qual é o nosso lugar, é na oposição e não vamos querer qualquer troca de papéis. Os temas que trazemos à Assembleia Municipal, são aqueles que o PPD/PSD entende serem os temas e as questões, que aqui deveremos



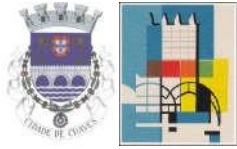
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA N°04/AM/2018

colocar. Relativamente ao facto de o senhor Presidente, enquanto gestor dos recursos a quem os flavienses confiaram os destinos da autarquia nos próximos três anos, ainda bem, se conseguiu com uma solução técnica do LNEC, reduzir a condensação no Museu das Termas Romanas. Seria mau se assim não fosse, pois, o senhor é que é o nosso Presidente. Queremos chamar aqui à atenção que o próximo orçamento que for aqui aprovado, certamente, e não vejo porque não, será já o primeiro orçamento da sua responsabilidade. E nós ao que temos vindo a assistir aqui é, cada vez, a uma maior dificuldade do senhor Presidente da Câmara Municipal em tomar decisões e que elas sejam claras. Relativamente aos funcionários é importante dizer, que estivemos sob resgate e, nessa situação, era impossibilitada a contratação. Qual é o Presidente da Câmara Municipal, em todo o País e de qualquer partido, que não quer contratar funcionários? E porque é que nós não os contratámos nos últimos quatro anos e agora é possível contratá-los? mais dez, ainda bem. A questão que nós aqui colocamos senhor Presidente, e colocamo-la com sentido de responsabilidade, é percebendo as fragilidades que existem nos recursos humanos do Município, muitos deles acima dos cinquenta anos, qual é a solução que o Município apresenta para ir de encontro às necessidades dos flavienses? Nós sabemos como é que está a limpeza da cidade, sabemos como é que estão as falhas de água, e o senhor Presidente é que é o Presidente da Câmara. A questão é que tem tido todo o crédito da nossa parte, na oposição, uma vez que os flavienses entenderam que o nosso desempenho merecia que estivéssemos neste lugar. Mas senhor Presidente, o tempo vai-se-lhe esgotando, o relógio começa a contar, é tempo de começar a apresentar aos flavienses quais são as suas alternativas, mediante o diagnóstico que faz, certamente herdou coisas boas, também outras certamente menos boas. Qual é ou para onde é que, enquanto Presidente da Câmara, nos está a conduzir? É isso que os flavienses esperam saber. Nós estamos a fazer o nosso trabalho, estamos a reestruturar, a repensar o nosso modelo de organização interna, estamos a trazer aqui, a esta Assembleia, os temas que nós consideramos importantes e relevantes, e vai-nos desculpar senhor Presidente, mas quem define as intervenções e as temáticas é o PPD/PSD. Assim, como nós respeitamos a sua orientação, terá que ser respeitada a nossa porque, de uma forma ou de outra, nós iremos apresentar os temas do nosso interesse. Relativamente, à questão que aqui acabou de referir, na sua ultima intervenção, acaba por também, mais uma vez, reconhecer, embora lentamente, que alguma boa gestão, sob o ponto de vista do equilíbrio financeiro, foi feita e tínhamos efetivamente como desígnio dos últimos quatro anos, o equilíbrio financeiro da Autarquia. Conseguimos dentro dos possíveis, e dentro das limitações, e pagámos um preço eleitoral por isso. Mas o senhor Presidente encontrou certamente uma autarquia em melhores condições agora, do que aquela que nós encontrámos há quatro ou cinco anos, quando tomámos posse. Essa é uma circunstância que o senhor presidente da Câmara tem, graças à nossa intervenção. É essa a questão, que nós aqui lhe queríamos trazer”. -----

Rogério Alberto Amorim Reis Moura, do PS. Começou por felicitar o senhor deputado Carlos Afonso “pelo mea-culpa que aqui nos trouxe e, também é com alguma surpresa que vejo que há uma nova diretiva no atual PPD/PSD que, entretanto, é só PSD, mas que há quatro anos era PPD/PSD. Houve aqui uma decisão qualquer que não percebi, pois se há 16 anos era PPD/PSD, parece que há quatro anos passou a ser PSD. Quanto aos temas que não foram aqui abordados senhor Presidente da Câmara, eles não foram abordados, porque são problemas resolvidos. Era só isso que queria dizer”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

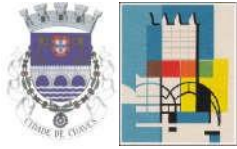
Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

Carlos Afonso Moura Teixeira, do PSD. Disse: “Quanto ao colega Rogério, a resposta é muito simples. As diretivas e as orientações são definidas internamente, dentro do nosso partido e aquilo que nós estamos aqui a admitir, é que quem lidera e quem tem as chaves da Autarquia, é o Partido Socialista. E os flavienses entenderam que o nosso lugar, nas últimas eleições, deveria ser na oposição. O que nós não poderíamos continuar, era imaginar que eramos nós que estávamos a liderar os destinos da autarquia, que não somos, é o Partido Socialista, a legitimidade popular assim o diz. O que nós temos que fazer é uma reflexão interna dos motivos pelos quais nós estamos neste lugar para, tão rapidamente quanto possível, regressarmos a esse lugar”. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Começou por referir que “neste momento estamos numa espécie de dialética política, enfim, a fazer como que um aperitivo para o almoço e, se calhar, vou deixar também aqui alguns aperitivos, pode ser que ajudem a que o almoço seja mais degustado. Dizer uma coisa muito simples: se é certo que não é o PS, nem é o Presidente da Câmara, nem é o seu executivo, a definirem os temas que a oposição traz a esta Assembleia, também não é a oposição que define, que identifica e condiciona aquilo que eu digo. Portanto significa que, se eu tiver de fazer censura às vossas intervenções, fá-las-ei da mesma forma que vocês as fizerem também. Fiz uma censura à vossa intervenção porque, na minha perspetiva, me pareceu deslocada, pouco consistente. Porque faz apenas a tradução de uma pequena parte da realidade, que alguns problemas existem efetivamente, mas também porventura poderia haver um outro tipo de intervenção politicamente mais coerente e, na minha perspetiva, com mais resultados políticos para o PSD, que é reconhecer um conjunto de problemas que não foi capaz de resolver e que estão a ser resolvidos, e, portanto, acho que isso ficava bem. Parece-me que uma nota de reconhecimento desse trabalho, daria mais coerência, mais consistência, à ação política do PSD. Mas com certeza, dizendo que vocês fazem o vosso caminho e nós faremos o nosso; vocês farão as intervenções que entenderem e nós também e, portanto, sempre que entendermos que a vossa intervenção é merecedora de censura, cá a farei, de forma correta, de forma urbana, sempre de forma respeitosa, mas fá-la-ei sempre, fi-la no passado e vou fazê-lo no futuro. Depois, dizer que se houve alguém em estado de negação, não fui eu. Eu fiquei muito feliz por ter ganho as eleições, portanto, também sei bem qual é o nosso papel, como executivo que somos e, que sou o Presidente da Câmara, não me esqueço, não tenho nenhuma dificuldade nisso. Quem estive em estado de negação, durante um longo período de meses, foi o PSD inclusivamente o seu líder, porque primeiro não percebeu porque é que perdeu as eleições e segundo não queria aceitar que tinha perdido as eleições. Portanto, muitas das intervenções a que nós assistimos eram resultantes desse estado de negação. Agora, parece evidente que essa sua observação, naturalmente, que devia ser uma autocrítica, uma auto-reflexão, e não uma crítica dirigida a mim. Sinceramente é o que eu acho, porque não tenho dúvidas absolutamente nenhuma que é meu dever explicar aos membros desta Assembleia, mas também aos cidadãos, que nós recebemos neste concelho, uma situação catastrófica em vários domínios e no domínio financeiro também. Não nos podemos esquecer que quem tem experiência profissional no público e no privado e quem assume a gestão de uma empresa ou de uma organização, não começa do zero. Às vezes começa do menos, menos, zero para baixo, foi isso que nos aconteceu a nós. Nós não nos podemos esquecer de quais são os contextos, quais são os condicionamentos, quais são os pressupostos, sabe porquê? Porque não nascemos

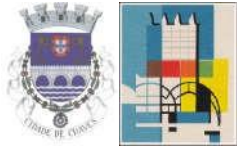


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

hoje e, portanto, significa que nós temos naturalmente que resolver situações que são absolutamente emergentes. Definimos a nossa ação política, classificando as várias situações como emergentes, urgentes e importantes e, neste momento, ainda estamos nas emergentes, senhor deputado, ainda estamos nas emergentes situações herdadas muitas delas, que nos ocuparam tempo, reflexão, motivação, deslocação, empenhamento, recursos e estamos ainda nelas não as temos ainda todas resolvidas como sabem, ainda temos alguns *dossiers* para resolver, isso leva-nos muito tempo. Depois convirá e devo aqui dizer, que só quem não tem experiência de gestão é que pode achar que num ano se põem obras no terreno, só quem não tem conhecimentos de gestão ou não tem conhecimento de implementação de projetos, que toda a gente sabe que um projeto para ser concretizado, demora 2 ou 3 anos entre o momento em que se tem a ideia, se elabora o projeto, se garante o financiamento, se executa e se põe em funcionamento. Trata-se, naturalmente, de processos complexos, demorados, mas nós sabemos qual é o sentido, qual é o caminho e qual é o destino. E estamos muito focados neles e, quanto à estratégia, não temos dúvidas. A estratégia do Alto Tâmega está definida e a do Município de Chaves, também está definida e delineada com o Alto Tâmega. A única dúvida que nós temos, é se os recursos necessários chegam, para fazermos aquilo que é essencial, aquilo que são as necessidades coletivas na água, no saneamento, no espaço público, no espaço urbano e limpeza. E não se venha aqui falar do resgate, porque quem esteve em resgate, foi a Câmara de Chaves e aqui devemos perguntar porque é que outras Câmaras vizinhas não ficaram em resgate. Os recursos eram os mesmos, os contextos eram os mesmos, os quadros comunitários eram os mesmos e as necessidades, em muitos domínios, eram idênticas. E, portanto, significa que houve má gestão, má definição das prioridades, gastou recursos onde não devia e precisava de dinheiro para o que é essencial, foi isso que foi feito nos últimos anos porque, o que nos foram vendidos durante muitos anos, foram ilusões e sonhos, que consumiram milhões e milhões de euros porque, ao mesmo tempo, íamos percebendo que o endividamento Municipal ia crescendo, não registavam a dívida às Águas do Norte, não registavam a dívida dos processos de contencioso nos tribunais, não registavam a dívida do MARC. Enfim, fazia-se de conta que alguma dívida não existia, íamos empurrando com a barriga, só que chegou um ponto em que não foi por decisão própria, não foi o PSD, não foi o Arquiteto António Cabeleira para que isso acontecesse. Foram decisões tomadas a nível europeu e nacional, designadamente a Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso e a nova Lei das Finanças Locais, que fizeram com que o anterior executivo do PSD, tomasse a decisão que tomou, não foi por vontade própria, ou seja, não foi tomando consciência da realidade difícil económico-financeira do Município que era preciso fazer a sustentação económica. Então e nos doze anos anteriores não se deram conta disso? Não foi problema? Isso não era prioridade? Só passou a ser depois de 4 anos, portanto, não se venha aqui vender o mérito quando tal mérito não existe. Na minha perspetiva têm é demérito, por omissão, por não responsabilização. Porque todos nós sabemos, claramente, que havia responsabilidades e muitos *dossiers* eram de responsabilidade coletiva. Neste atual executivo a responsabilidade é de todos, pois todos têm funções executivas, claro naturalmente com responsabilidades maiores para o Presidente, como é óbvio, mas responsabilidade partilhada. Portanto, dizer-lhe que a situação de resgate não foi resgate externo, foi interno, quem esteve sobre resgate foi a Câmara de Chaves e, por esta via, todos os flavienses, por isso, não tiveram investimento adequado no lixo, na limpeza urbana, nos jardins, nas vias municipais, estão todas degradadas e eu pergunto



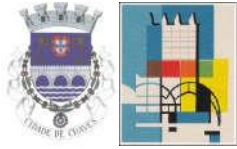
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

como é que se recuperam agora vias municipais. Se temos que pagar os compromissos que temos assumidos, significa que é preciso ter a capacidade não só de boa gestão, mas, ao mesmo tempo, a capacidade de captar novos recursos e isso não se faz em 11 meses, é absolutamente impossível. Portanto, desçamos à terra, para que possamos tomar decisões essenciais. E, depois, dizer que os Municípios do Alto Tâmega, todos contrataram pessoas, só Chaves é que não contratou porquê? E já há muito tempo que não havia qualquer limitação de contratação de pessoal. Portanto, quando se diz que havia uma limitação legal não é verdade, em 2017 já não havia tal limitação. O que aconteceu foi que se contrataram pessoas com uma inadequação, relativamente às necessidades, ou seja, nós precisávamos pessoas para limpeza e para os jardins. A Câmara de Chaves tem 446 funcionários ou trabalhadores em funções públicas, gasta mais de 9 milhões de euros e pergunta-me e agora como resolvemos este problema? Isto, porque só podemos acrescentar mais recursos, não pode naturalmente fazer o que fazem algumas empresas, que é um processo de emagrecimento de recursos humanos. Significa que os recursos humanos que temos, com as competências, enfim, têm que ser mantidos naturalmente melhorando o seu desempenho, e temos que contratar mais, que representa maior despesa, prosseguindo aquilo que é absolutamente essencial, porque o nosso compromisso é fazer o que é necessário de forma coerente, integrada, comedida e sustentável. É isso que nós queremos fazer e faremos no futuro, de forma consciente. Depois dizer outra coisa muito simples, nós para saber o que somos hoje, temos que saber o que foram os nossos antepassados, não nos podemos esquecer da história, pois quem se esquece da história, esquece-se de si próprio e esquece-se do futuro. Portanto, significa que falamos hoje sobre a herança que tivemos e falaremos amanhã e sempre que seja necessário, portanto não nos sentimos nada condicionados sobre isso porque isso é condição para o futuro. Existem sempre, seja nas organizações, seja nas famílias, alguma componente que herdamos. É uma organização, que é sempre a mesma, temos que a transformar, só que esse é um processo lento, mas é um processo em que estamos comprometidos e, naturalmente, saberemos no fim do período de 4 anos, apresentar-nos aos flavienses e dizer: cumprimos aqui, ali não cumprimos, aqui cumprimos achamos que estamos no bom caminho. Agora este mandato é só para 4 anos, dos outros 4 falaremos quando for oportuno, porque a vida é tão complexa e ainda estamos só no fim do primeiro ano. E nós não sabemos o que pode vir a acontecer, por muitas e variadas razões, vamos, mas é concentrar-nos no trabalho que temos hoje a fazer, de forma responsável, de forma séria. É isso que nos é pedido, é esse o compromisso que nós temos, e é isso que faremos, não queremos estar a olhar para daqui a 4 anos e ver se estou ali eu, ou se está ali outro alguém, isso será visto mais tarde.” -----

Carlos Afonso Moura Teixeira, do PSD. Disse agradecer ao senhor Presidente “por dar-nos a oportunidade de justificar as prioridades, nós fizemos a zona industrial, o centro escolar, o museu Nadir Afonso, o Balneário de Vidago, este edifício aonde agora nos encontramos, portanto, as nossas prioridades foram para o investimento. Podemos, agora, questionar se foram os investimentos certos, mas os investimentos estão aí e falam por nós. Mas senhor Presidente, continuo a insistir neste ponto, o senhor Presidente gasta mais tempo nesta Assembleia, e penso que até no discurso público, mas isso fica ao seu cuidado, a falar na nossa gestão, do que a apresentar esperança aos flavienses. É algo que até nem deva dizer, a nós interessa-nos que assim continue. Nós no Partido temos sentido, cada vez mais, uma maior adesão e só passaram 11 meses. De facto, após as eleições, reconhecemos que a adesão às nossas ideias e ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

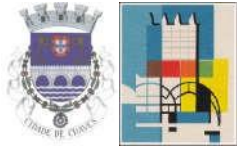
Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA N°04/AM/2018

nosso projeto diminuiu, mas, à medida que o tempo vai passando, esse reconhecimento público, e nós estamos a fazer o nosso trabalho, vai aumentando. Assumimos por inteiro os nossos dezasseis anos de governação, os bons aspetos, os maus aspetos e continuaremos a pugnar pelos interesses dos flavienses de agora e do futuro. Estamos a fazer o nosso trabalho e o senhor Presidente, continuará a falar dos nossos dezasseis anos, continuará a insistir em determinados pontos e nós vamos, cada vez mais, trazer novas ideias, novos projetos. O orçamento que for aprovado brevemente, já será o orçamento que irá definir as suas prioridades e faço aqui questão de dizer que essas prioridades, mais cedo ou mais tarde, terão que ser assumidas. Quais os funcionários que foram contratados, em que condições, para que serviço, são prioridades. Que viaturas vão recuperar em primeiro lugar, são prioridades. Em que investimentos vão investir, são prioridades. Que divisões vão fechar ou que departamentos vão criar, são prioridades. E, nós estaremos cá para acompanhar toda essa circunstância. Temos muito gosto em pertencer ao partido que pertencemos. Temos notado uma maior adesão à nossa iniciativa, nos últimos meses, e por nós pode continuar assim, a falar dos nossos dezasseis anos, está a fazer-nos um favor”. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Começou por referir: “Sabem, que estas palavras, não sei porquê, recordaram-me outras de alguém, que aqui ouvi, há uns meses atrás. Lembram-se que em setembro do ano passado, aqui, numa Assembleia Municipal, alguém disse uma coisa muito curiosa. Que tinha a certeza absoluta que afinal ia continuar. E que o PS não teria nenhuma qualquer probabilidade de ganhar. Não sei se se recordam e, curiosamente, a pessoa que proferiu estas palavras, estava sentado, nesta cadeira que agora estou eu. E dizia claramente o seguinte, recordam-se? Estava no bom caminho, agora é que era, os flavienses compreendiam a sua mensagem e ia ganhar seguramente as eleições, que ganharia até por cinco dois, porque havia uma adesão às propostas, uma grande adesão popular. Percebemos que uma coisa é o discurso, outra coisa é o autoconvencimento e outra coisa é a realidade. E, portanto, se entendem que é o bom caminho, quem sou eu para dizer que devem seguir caminho diferente. Há uma coisa que não vou fazer, senhor deputado, não o vou contratar como conselheiro. Por isso, ficará livre para fazer as considerações e insinuações políticas que entender. Agora se a vossa ação política está a ser bem ou mal-aceite, compete-vos a vocês avaliar esse grau de aceitabilidade. O que posso dizer sobre isso é uma coisa muito simples, se é verdade que esses investimentos foram feitos no nosso concelho, é verdade, também, que foram à custa de dívida, que ainda está por pagar. Portanto, se vocês acham que este executivo também deve fazer 100 milhões de euros de investimento pedindo-o à banca, compete a esta Assembleia fazer uma avaliação correta da oportunidade desse investimento. Eu, particularmente, não me sinto identificado com uma política despesista, que foi a política dos últimos anos em Chaves, que é política despesista não pelas prioridades, mas pela obra pública, porque achamos que os cidadãos valorizam a obra pública e é fácil. Vou dizer-lhe uma coisa, senhor deputado: É muito fácil fazer despesa pública, muito fácil, acredite. Nós, rapidamente conseguiremos gastar 100 ou 200 milhões de euros. O grande problema não é esse, o problema é que essa obra pública tenha utilidade, e que tenha sustentabilidade, e que tenha impactos positivos, quer em termos económicos, quer em termos sociais, quer culturais. Dou-lhe alguns exemplos. Por exemplo, a verdade é que o parque empresarial, o mercado abastecedor e a plataforma logística, em 16 anos, qual foi a grande utilidade que teve? Esta é que é

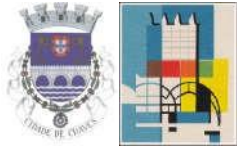


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA N°04/AM/2018

a pergunta. Não é se foi construída, mas sim como foi usada, e que mais-valias, que retorno e que *inputs* aportou à economia, isso é que é importante. A obra em si mesmo não vale nada, a obra é um instrumento de uma política e, portanto, o que nós queremos é que as obras sejam instrumentos de política. E, se nós tivermos que usar as obras que existem hoje nessa lógica, usaremos com certeza, nós não fazemos a obra pela obra. E essa política foi feita nalguns sítios, e aqui também foi seguida, portanto, a obra pela obra, não faz sentido. Na minha perspetiva, tem que ter utilidade, tem que gerar valor, valor que pode não ser meramente financeiro, pode ser de outras dimensões, pode ser de bem-estar, de qualidade de vida e noutros domínios. E, também, dizer outra coisa que é alguns equipamentos que fez, designadamente este, sabem que este espaço foi construído em património que não é do município? Este edifício em que estamos hoje não é propriedade nossa. Isto é muito preocupante, significa que fizemos investimentos e não garantimos, primeiro que a propriedade era nossa; segundo, se vier a ser nossa vamos ter que a pagar, portanto, fez investimento, não pagou a obra, nem pagou o terreno. Se quiserem ir por aí, sigam o seu caminho, não é o nosso. Depois dizer mais, quanto ao balneário Pedagógico de Vidago: primeiro, mais uma vez o património não é do município, é da antiga REFER, já estão a ver o que é fazer investimentos em propriedade de outrem. Parece-me estranho no mínimo, estranho. Significa que ainda teremos de adquirir o próprio espaço onde o investimento foi feito. Segunda questão, estamos ainda a falar de dívida, parte que não está paga. Terceira questão, fizemos um Balneário, mas não garantimos o bem prioritário, a matéria-prima, que é a água. Portanto, decisões destas não contem connosco, porque nós não nos identificamos com elas. Queremos tomar decisões de outra natureza e, sobretudo, queremos fazer outra coisa que é não esconder desta Assembleia informação relevante, porque ao que assistimos, nos últimos anos, é que sempre que questionávamos algum assunto, nunca era dada a informação rigorosa, adequada, por mais interpelações que fizéssemos, sistematicamente, era assim. E para terminar há uma coisa que não compreendo, então o PSD começou a ser executivo municipal há quatro anos? Foi há quatro anos, só? O que herdámos há quatro anos? Estamos a falar do mesmo? Que eu saiba o PSD esteve à frente dos destinos do município dezasseis anos, desde inícios de 2002, não foi? Foi. Portanto, significa se há herança, a herança é própria, não é herança de terceiros, significa que herdou aquilo que fez, só isso, mais nada. Portanto, essa estranheza, mas também, podemos comparar qual era a situação financeira a 2001, trouxe aqui um quadro e trago-o outra vez se for preciso, relativo, quer a dívida de capital, quer corrente. Por fim dizer outra coisa, até parece que nós nascemos de novo e que não temos responsabilidade nenhuma, que durante dezasseis anos, não tivemos nada a ver com esta dívida, que não tivemos nada a ver com estes funcionários, que não tivemos nada a ver com a adequação funcional existente, que não tivemos nada a ver com a degradação da água, da rodovia, dos jardins, não temos nada a ver com isso, não foi connosco, agora é tudo para ser resolvido num ano, têm que resolver tudo num ano, porque senão resolverem num ano, são uns maus gestores, não estão a cumprir, é isso que nos está ser dito. Isso não é minimamente aceitável. Não sei se ouvirem já o discurso, estão convencidos que vão ter a adesão da população, enfim, o futuro o dirá e nesse particular os flavienses são perfeitamente soberanos, nos dirão o que entenderem, como entenderem e nós, humildemente, aceitaremos qualquer decisão que tomarem num ou noutro sentido, porque no essencial somos um partido democrata, não falamos pelos outros, não temos habilidade de falar pelos outros e não o faremos. Portanto, essa é uma decisão que competirá naturalmente aos cidadãos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA N°04/AM/2018

flavienses. E, por isso, de forma tranquila, porque sabemos para onde queremos ir e não é pelas considerações do PSD, e aliás acho que até são feitas por algum nervosismo, é assim que as leio. Nós vamos continuar com este caminho, com esta forma próxima, você tem essa percepção e eu tenho outra, uma percepção completamente ao contrário, mas enfim de percepção em percepção, até ao resultado final”. -----

Carlos Afonso Moura Teixeira, do PSD. Referiu: “É só para dizer aos meus colegas de bancada e aos senhores Presidentes de Junta que nunca, por momento algum, quis ser consultor do senhor Presidente da Câmara”. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra e disse: “Pelos vistos a intervenção correu mal. Provavelmente não é consultor por não querer, mas sim por eu não querer”. -----

O senhor Presidente da Assembleia, **Altamiro da Ressurreição Claro**, interveio para dar a seguinte informação: A representante da Assembleia Municipal na CPCJ, deputada Maria Adalgisa Silva Babo, renunciou a esse lugar, por já se encontrar colocada na CPCJ, em termos profissionais, e achar que as respetivas funções, seriam incompatíveis. A representante da Assembleia Municipal na CPCJ, passou a ser o primeiro suplente da lista que foi votada nesta Assembleia, aquando da tomada dessa decisão, que é a deputada Paula Maria Morais Esteves, da CDU”. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

Ponto 1 - Aprovação da Ata da Sessão Anterior. -----

A ata número três, referente à sessão ordinária realizada no passado dia 27 de junho de 2018, foi colocada à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os membros desta Assembleia. -----

Posta à votação foi aprovada por maioria, com cinco abstenções justificadas pelo facto de os respetivos membros não terem estado presentes na referida sessão. -

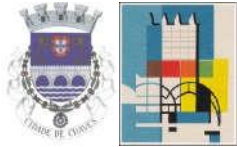
Sendo doze horas e quarenta e cinco minutos foi interrompida a sessão para o almoço. Os trabalhos foram retomados às catorze horas e trinta minutos. -----

Ponto 2 - Informação prestada pelo senhor Presidente da Câmara -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente, por escrito. ---

Intervenções: -----

Francisco António Taveira Ferreira, do PSD. Solicitou ao senhor Presidente da Câmara informações sobre o Centro Hospitalar, muito especialmente sobre o Hospital de Chaves, que precisa de ser requalificado e prestigiado, sendo fundamental que se defina a sua missão. E, para além da sua missão, se definam também por escrito, que não seja apenas uma questão da transposição legal, quais são os meios de que o Hospital vai dispor para cumprir aquela missão, nomeadamente que se concretize através de uma gestão próxima, porque a gestão à distância não trata devidamente de questões como administração de compras, oxigénio e bens que precisamos, que vêm de fora. O que nós precisamos é de uma gestão próxima, porque tem de haver algum nível de gestão que permita tomar decisões em relação ao seu funcionamento. Que se defina claramente, num prazo curto, qual a sua missão para os próximos 3 a 5 anos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

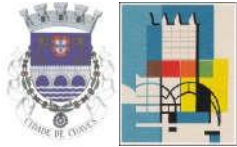
Pedi ao senhor Presidente que nos informasse, tanto quanto possível, sobre o levantamento que fez, sobre a opinião dos profissionais, e da opinião que possa ter colhido nas estruturas. Enfim, de como vamos fazer para manter a pressão política necessária, das estruturas locais sobre o poder central, e nomeadamente sobre a organização interna, de forma a obter uma clarificação do Hospital, quer do seu papel, quer dos seus meios, quer do seu futuro. -----

Manuel Justino Matos Cunha, da CDU. Começou por referir que tem necessidade de colocar duas pequenas questões prévias: a primeira, e espera não ser mal interpretado, é que no seu entender seria útil fazer o registo do tempo de intervenção do Presidente da Câmara. Não é com intenção de restringir o seu tempo, mas para que possa ter a noção, em cada Assembleia, do desequilíbrio que existe, pois fala o dobro ou o triplo de todos os outros juntos. Segundo, em relação a um comentário aqui feito, dizer que “por questão de princípio, eu peço a toda a gente que me trate sempre com o mesmo respeito, com que eu trato todas as pessoas, independentemente de serem membros da Assembleia, Funcionários, Presidentes de Junta, o que quer que seja. Portanto, da mesma maneira que eu trato toda a gente com consideração, não espero de ninguém mais do que isso. Para além disso, sempre que eu falo, é em nome da CDU e do Partido Comunista, pontualmente dou uma opinião pessoal, mas nesse caso, digo que o faço em termos pessoais”. Seguidamente referiu-se ao ponto da ordem de trabalhos, colocando várias questões: -----

- Achou estranho que tendo o Centro Hospitalar vivido um período de tanta agitação, na informação do senhor Presidente da Câmara nada esteja referido, nenhum contacto com o conselho de Administração, porque foi um período em que fecharam camas no Hospital. Numa altura em que anunciaram o encerramento de toda uma ala de internamento da cirurgia 3 e de 12 camas, seis da cirurgia e seis da medicina, será estranho que não tenha havido, da parte do Presidente da Câmara, nenhum contato oficial com o conselho de Administração, ou então não está mencionado aqui. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara, se efetivamente foi informado, pelo conselho de Administração, do encerramento das camas, porque o próprio como diretor de um Serviço, tal como os seus colegas, não foram avisados. -----

- Outra questão tem a ver com o facto do senhor Presidente ter auscultado a opinião de grupos profissionais que trabalham no hospital, e não o mencione na informação aqui presente, porque nos falou aqui disso com algum relevo e achamos perfeitamente normal que o Presidente da Câmara queira ouvir os profissionais, pois trata-se de uma opção legítima. Voltou a colocar questões sobre a área da saúde, dizendo que ainda não lhe foram respondidas: “Uma é a reflexão sobre o encerramento de uma ala do Hospital, está aqui o Dr. Taveira que pode confirmar, isto não é uma invenção do Partido Comunista, não foi um serviço encerrado, foi uma ala de internamento. Não nos refugiemos em retóricas para esconder um facto, porque tem havido trocas constantes de doentes que estão internados nos vários serviços, só quem não trabalha lá é que não sabe ou seja, não pode passar-se um pano por cima do encerramento de uma ala do Hospital. Também não me respondeu a outra questão, não lhe chamo provocação, mas queria ter a confiança que esta autarquia não irá colaborar nunca em qualquer tentativa de autonomização do Hospital de Chaves, num modelo de gestão privada. Faço a pergunta nessa perspetiva”. -----

Concluiu colocando mais duas questões: uma repetida, porque não obteve resposta, sobre a reconstrução da represa da Galinheira, se já há projeto concreto da autarquia. Outra sobre queixas que são conhecidas sobre o problema da contaminação do Rio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

Tâmega, por saneamentos, que continuam a ir para o rio e que não são tratados. “Este assunto vem de trás, houve uma Câmara do PSD durante 16 anos, que não resolveu porque também já vinha de trás, mas tem que começar a haver um plano em relação a isso. Deixamos a seguinte pergunta: É ou não é verdade, nós fomos contactados pelos munícipes de algumas aldeias, cujo saneamento não é tratado, mas pagam taxa de saneamento, concretamente Curalha. Gostaria de saber se isso é assim com todas, se é um erro, ou se quem nos contactou não nos explicou bem a situação. Não existe aqui nenhuma armadilha.” -----

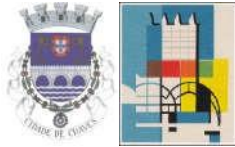
O senhor Presidente da Assembleia, **Altamiro da Ressurreição Claro**, usou da palavra para responder ao senhor Deputado Manuel Cunha, referindo: “Sobre a questão que levantou da possibilidade de registo do tempo do senhor Presidente da Câmara, a Mesa tem a dizer que se limita a cumprir o Regimento, que é omissivo sobre o assunto. Se os grupos Municipais acordarem, naturalmente que registaremos esse tempo. Fez-se a revisão do Regimento no início do mandato desta Assembleia e, como o senhor Deputado sabe, este assunto não foi levantado. A Mesa está aqui, para cumprir integralmente o Regimento aprovado por esta Assembleia”. -----

Gonçalo André Nascimento Alves, do CDS. Elencou e fez várias críticas à gestão da Autarquia e do centro Hospitalar, nomeadamente: -----

- “Não me lembro do CDS alguma vez celebrar o encerramento de qualquer empresa, mas o senhor Presidente da Câmara deve ter visto isso na bolha socialista, onde são os bons e nós somos os maus. E, relativamente à parte da manhã, se o senhor Presidente quer os louros, peça-os à sua bancada, não me peça a mim porque não serei eu a fazê-lo. -----

- Quanto ao Museu das Termas, devo salientar que se demorou mais de quatro meses a serem disponibilizados os documentos solicitados na última reunião da comissão que ocorreu no dia 15 de maio, e ainda hoje não os tenho. Se a cada pedido da comissão, a Autarquia demorar 4 meses esta comissão deverá necessitar aí à volta, de 2 ou 3 mandatos, para terminar a sua missão. Por isso era um agradecimento, que eu fazia ao senhor Presidente da Câmara, que tudo decorresse com mais celeridade. -----

- No que respeita ao debate sobre a saúde, devo dizer que no passado mês de julho, mais especificamente no dia seguinte à demissão do diretor clínico, estive presente numa reunião com o conselho de Administração do Centro Hospitalar, em representação do deputado Luís Pedro Mota Soares, na circunstância do encerramento das camas, pelo motivo das trinta e cinco horas. Ouvi as suas palavras, tal como ouço e leio as dos profissionais de saúde daquela casa, e sinto que ambas as partes vivem em mundos que não se tocam. O caricato chega quando os chefes de serviço apresentam a demissão e o Presidente do Conselho de Administração, não sabe quem são; o Diretor Clínico demite-se e o Presidente do Conselho de Administração não sabe as razões.guardo, com forte expectativa, a abertura do serviço de cuidados paliativos que o senhor Presidente do Conselho de Administração nos prometeu, dizendo que somente aguardava autorização da ARS Norte, e que a obra do bloco operatório seja efetivamente executada. No entanto preocupa-me a atitude da tutela, que não faz os mínimos olímpicos para que a instituição possua as ferramentas necessárias e indispensáveis, para salvaguardar a saúde dos cidadãos do distrito, nomeadamente no que concerne à retenção dos profissionais de saúde. Outra preocupação é o agrupamento de centros de saúde do qual o Senhor Presidente da Câmara é, por inerência, membro do conselho da Comunidade. Já agora deixem-me fazer um aparte, em tom de ironia, relativamente ao conselho da Comunidade, para alertar que o referido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

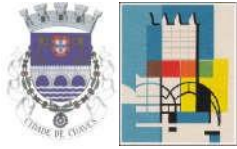
Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA N°04/AM/2018

Conselho tem sido tão ativo quanto são os vários Conselhos Municipais. Neste momento o ACES do Alto Tâmega não possui Presidente do Conselho Clínico, nem responsável da Unidade de apoio à gestão. A instituição anda à deriva e os seus associados, como a Câmara Municipal de Chaves, parecem alheados desta realidade. Aliás, neste mês de setembro até posso acrescentar que também faltava a Diretora Executiva, dado que a senhora foi de férias. Sobre isto, senhor Presidente, no âmbito das suas competências, o que fará para reverter esta situação”? -----

O Senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

Desejou uma boa tarde, a todos os membros desta Assembleia, na expectativa que o almoço tenha sido satisfatório para todos. “Relativamente às várias questões que me suscitaram, sinceramente, tenho alguma dificuldade em enquadrá-las naquilo que é o tema, no ponto da ordem, que era a informação do Presidente da Câmara. Os membros que agora fizeram intervenções, o que fizeram foi continuar a sessão do período da manhã, de antes do período da ordem do dia, focando novamente o que já se discutiu. Eu acho que ocupar uma manhã para discutir aquelas importantes temáticas, seria tempo suficiente, mas, de qualquer das formas, sem querer fugir às discussões, presumo que alguns tenham ido para o almoço e depois tenham achado que podiam ter dito mais ou menos, e que perderam ou ganharam, e que agora de tarde querem fazer um acerto de contas. Provavelmente é essa a ideia enfim tudo bem, cá estamos para continuar a discussão, sem problema nenhum, para responder às questões. Primeiro quero esclarecer que a informação do Presidente não é uma informação detalhada sobre todas as ações e iniciativas, conversas, contactos que faz o Presidente da Câmara, não deve ser, nem vai ser nunca. Portanto, se telefonei ao ministro da Saúde, se telefonei ao conselho de Administração, se falei com o presidente do Conselho Clínico e falei, se daí resultou alguma coisa ou não relevante, naturalmente que, se fosse relevante, estaria em nota. Acho que as pessoas já estão fartas de ouvirem e serem ouvidas, dos contactos de A, B ou C e, depois, o resultado final é nenhum. Posso dizer aqui que falei com o Ministro da Saúde sobre esse assunto, sobre essa questão das 35 horas, das 40 horas, da questão do encerramento, não de nenhum serviço, porque não encerrou nenhum serviço, mas de uma ala que tinha ali uma função que era uma espécie de reserva para os vários serviços, onde sempre havia a disponibilidade de camas, para poderem ser utilizadas. A taxa de ocupação daquele espaço era baixa, digamos assim, mas eu não queria entrar nessa discussão, porque se eu dissesse aqui, por exemplo, o que foi dito a um membro desta Assembleia Municipal, pelo senhor presidente do Conselho de Administração ou pelo senhor ministro da Saúde, estaria aqui a transmitir promessas que nos são feitas diariamente. E eu recuso-me a fazer mais promessas, não direi aqui nada, relativamente a matérias que eu ache que, ou que não vão acontecer, ou que tenho muitas dúvidas que aconteçam. Portanto, vir para esta Assembleia, como se fazia no passado, dizer vamos ter um serviço de paliativos, vamos ter um serviço mais estruturado, de Hospital de Dia e de serviço de cirurgia de ambulatório, vamos ter isto, vamos ter aquilo, enquanto não tivermos algum compromisso seguro, não faz sentido nós andarmos aqui a fazer propostas. Além disso, não partilho dessa visão e até posso dizer mais, na conversa com o senhor Ministro disse-lhe uma coisa muito simples que foi: o senhor quando vier ao Hospital de Chaves, não venha prometer nada, mas sim inaugurar um serviço, porque já estamos todos cansados dessa conversa. Esta conversa que estamos a ter hoje, sobre a saúde, já tem quantos anos 10, 12,14, eu já não sei quantos. Se lermos as atas da Assembleia Municipal, sobre esta matéria, veremos que invariavelmente a discussão é a mesma.

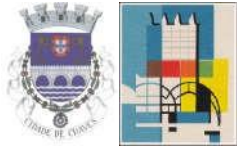


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA N°04/AM/2018

Primeiro ponto, falei com o senhor Ministro, falei com o Conselho de Administração, várias vezes ao telefone, falei antes de ser demitido o Diretor Clínico, mas no essencial os problemas mantêm-se. Se os problemas se mantêm, isso significa o que? Que não precisamos de mais interação política, nem de mais reuniões que não resolvem nada porque, em cada reunião, criamos expectativas do que possa vir a acontecer a seguir. Muitas das coisas que estão aqui a ser ditas, eu lembro-me de estar na cerimónia de aniversário da Unidade hospitalar de Chaves, e o senhor então Secretário de Estado, ter feito um conjunto de promessas. Registei-as e que é que me adianta estar aqui a replicá-las ou a repeti-las, não me adianta nada, o que nós temos que fazer sobre esta matéria é, menos política, mais cooperação e mais ação. Portanto a estratégia que proponho é simples, exatamente aquela que referi na última Assembleia Municipal: ouvir, todos os profissionais, não de forma coletiva, mas individual, para não se coibirem de dar a sua opinião, isto porque também há divergências de opinião e de posicionamento dentro da própria equipa. Como sabem, os médicos são acusados de terem uma perspetiva, os enfermeiros outra, os assistentes operacionais outra, os técnicos de diagnóstico e terapêutica outra, e, portanto, o que é que eu estou a fazer, ouvir os representantes de cada grupo profissional, naturalmente, ouvir os responsáveis adjuntos da Direção Clínica, ouvir o único Diretor de Serviços, o Dr. Pintado, que eu já também ouvi. Já ouvimos a Liga dos Amigos do Hospital, vamos ouvir os Partidos políticos e depois faremos o diagnóstico, e este não será não será difícil de fazer, pois existe a necessidade urgente de dotar esta Unidade hospitalar, de que? Para além das questões que o Dr. Taveira referiu há pouco, que também são importantes conhecer, dentro daquilo que é o plano estratégico, para cada serviço em particular, para que nós aqui, para os da sede, e para os de Lamego, conheçamos o que é que cada serviço em concreto, qual é a sua missão, como se articulam entre eles, que autonomia técnica e funcional têm? E, essa é uma discussão que tem que ser feita, chamemos-lhe missão, plano de ação, ou chamamos outra coisa qualquer. Isso é preciso ser feito e não está feito, e é algo de que nós vimos falando há muito tempo. Tudo isso é verdade, apesar de haver um documento, que é aprovado todos os anos pela administração e que tem lá algumas orientações estratégicas. E depois, dizer que é importante que relativamente a esta matéria nos possamos agregar todos e possamos perceber que o problema tem a ver com incapacidade ao nível de questões mais operacionais na área enfim, básica da higienização da limpeza, do apoio aos doentes. Estamos a falar dos assistentes operacionais, da área técnica também, da área dos recursos, dos equipamentos, mas temos que fazer esse caderno de encargos, não precisamos de um caderno encargos que tenha 100 milhões de euros. Eu proponho um caderno encargos que não supere, no próximo ano, ou em ano e meio, que não supere os dois milhões de euros e, se o cumprirmos, já ficaria muito satisfeito. Porque nós temos tido sempre a ambição de um hospital de excelência e a verdade é que temos continuado a dispor de um hospital que, na minha opinião tem tido mais recursos humanos, não podemos esquecer que tem mais cirurgiões, mais pediatras, mais médicos de medicina interna, que tem mais recursos, nomeadamente na área da anestesiologia. Isto é verdade, mas depois disso não tem tradução naquilo que é essencial, nós não queremos um hospital que seja em si mesmo uma estrutura que tenha recursos, meios, e que depois não tenha a capacidade de fazer o que é essencial, pois o que queremos é que as necessidades em saúde, sejam satisfeitas. Eu, não me importo de saber se o hospital tem 100 médicos ou se tem 200, o que quero saber é se a população tem aquilo que é as necessidades de saúde da vária natureza satisfeitas, ou não. Isso para mim é que é importante. Portanto, ponho mais a tónica na satisfação das necessidades do que nos recursos, se bem que uma coisa anda invariavelmente ligada à outra. Mas, de qualquer das formas,

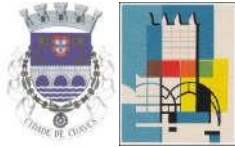


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

é preciso que nós discutamos quais são as nossas necessidades de saúde e, para satisfazer essas necessidades, de que recursos precisamos, e que são necessários para fazer os diagnósticos, enfim, e outras condições físicas e de instalações, é isso que temos que discutir, e é isso que tem que ficar num documento. Se acham que era com mais um fórum sobre a saúde na área do Alto Tâmega, como já fizemos em Vila Pouca, que seria um Fórum em Chaves, que ia resolver alguma coisa, eu acho que temos que ser mais pragmáticos, e fazer a consciencialização, entre todos os parceiros, do que é absolutamente exigente no curto e médio prazo. A seguir propor e discutir isso com a tutela, que é a Secretaria de Estado, e é também o senhor Ministro, perceber qual é o feedback e a reação. Se eventualmente nós sentirmos que aquilo é um muro, que não temos possibilidade alguma, e que a nossa capacidade de influência não tem nenhum efeito útil, temos que passar para o nível seguinte, porquê? Porque, estamos em matéria cuja competência é exclusivamente da Administração Central, as Autarquias não têm competência própria nesta matéria. Como já leram, certamente, no meu compromisso eleitoral não está nada sobre isto, porquê? Pela consciência efetiva que as competências dos municípios não existem nesta área da gestão da saúde, especialmente nesta dimensão hospitalar. E dito isto, se de facto não tivermos esse *feedback* positivo, o que nós temos que fazer, é muscular mais a nossa ação política, ser mais incisivos, mais críticos, e muito mais afirmativos, mais assertivos do que nessa primeira fase, e seguir para a contestação. Eu acho que este é o caminho, e não o caminho inverso, não é o caminho da mobilização popular e depois fazer as reuniões de diagnóstico. Esse sim, seria um processo ao contrário. Enfim, eu não me identifico muito com aquilo que é muito provavelmente a ação da CGTP, porque a CGTP, tem logo mobilização de rua, sinceramente por uma questão de respeito institucional, eu não atuarei como sindicalista e, portanto, entendo que deve ser este o caminho. Concordam comigo ou não? É este o caminho que eu estou empenhado em concretizar, a bem da nossa saúde e convencido que deve ser este o melhor caminho para o concelho. ----- Depois, quanto à questão da represa da Galinheira, é verdade que existe um problema que tem meses que foi o colapso daquela estrutura, que devia ser só uma estrutura pedonal, e não é, permitia não só passagem pedonal, mas também o trânsito sobretudo de tratores, que levou ao colapso da mesma. Numa primeira fase, após o derrube, em deslocação ao local com a divisão da APA, Agência Portuguesa do Ambiente que tem sede em Mirandela, a primeira intenção era que pudesse ser feito o reforço daquela estrutura no sentido de perceber se podia ser consolidada, para depois ser intervencionada. Mas a verdade é que aquela estrutura não tem qualquer hipótese de ser reabilitada, tanto mais porque foi construída não sei se em finais da década 80, e é só betão, não tem sapatas. A verdade é que descalçou a base mesmo à superfície e a estrutura ruiu. O problema está identificado e quanto à solução, estamos a falar de uma intervenção num rio, no regime hídrico, cuja competência é do Ministério do Ambiente, mais uma vez, tutelada pela APA. O que nós propusemos à APA, foi fazermos o projeto de reabilitação, mas não sabemos ainda quanto é que pode custar esta intervenção, porque depende do tipo de infraestrutura que seja necessária. Refazer uma infraestrutura da década de 80, hoje as regras técnicas são completamente distintas e o custo será completamente distinto também, por isso, temo que não estejamos em condições de, em tempo útil, fazer essa intervenção e, portanto, não vale a pena aqui dizer que até setembro ou outubro nós teremos a infraestrutura feita, não teremos seguramente. Estamos a contar que provavelmente, no próximo ano, possamos realizá-la e, na minha perspetiva, temos que garantir que a estrutura e as condutas que lá passam, sobretudo de energia, têm que ser salvaguardadas, ao mesmo tempo que a água. Isto tem a ver com os furos da veiga que estão a ser utilizados, eu estou a tentar

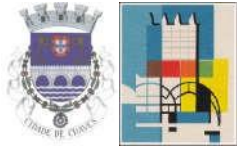


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

ser o mais claro e o mais objetivo possível sobre a situação, porque não vale a pena aqui estarmos, enfim, com paninhos quentes e, portanto, esta é que é a situação de facto. Portanto, qual é a solução? A solução é dar os passos todos, fechada já está há muito tempo, vão-me desculpar desde a sinalização que atiraram para o rio, que já recuperámos; desde a colocação lá de sinais de proibido; colocação de pedregulhos que só se conseguem colocar lá com máquinas pesadas e do mesmo modo para serem retirados, o que é que podemos fazer. Passo lá dia sim, dia não, ou cada dois dias, e apercebo-me das manobras que as pessoas fazem para passar lá, quando sabem que o não podem fazer. Existem lá sinais de trânsito e pedregulhos que o impedem. Não sei que mais podemos fazer a não ser que desmontemos aquela estrutura, mas para isso temos que ser autorizados, se não vai acontecer-nos como há pouco tempo, que pagámos 10.000 € de multa. Isto tem que ver com a questão que o Dr. Manuel Cunha aqui colocou, lembrem-se que havia reiteradamente uma crítica na comunicação social, mas sobretudo nas redes sociais, por parte de um senhor, de haver um foco de poluição em Outeiro Seco. Pois foi por causa dessa situação que nós tivemos que pagar 10.000 euros de multa já este ano, mas a infração era anterior. Neste momento a situação está efetivamente resolvida, deixo aqui esse compromisso. Se houver dúvidas, por parte de alguém, fazemos uma deslocação ao local para verificarmos *in loco* se a situação está, ou não está resolvida; os efluentes que são produzidos na zona industrial estão a ser conduzidos para a Etar, através de um coletor e depois para uma estação de transferência. Portanto, nesta matéria, só nos falta fazer a articulação com quem tem a tutela do regime hídrico, que é a APA. Estamos a fazer isso agora, não será porventura no tempo que todos gostaríamos, mas se for bem feito, já fico satisfeito. Depois dizer outra coisa, que já identificámos no espaço do concelho situações em que efetivamente temos problemas de saneamento, com 29 mini ETAR (s) a funcionar de forma deficiente. Já fizemos algumas reparações, umas são questões mais ligeiras de natureza elétrica que têm que ser corrigidas, mas outras são estruturais. Significa que precisamos de ter capacidade de investimento para fazer a substituição de algumas mini ETARs das freguesias e isso é algo que só será feito, naturalmente, com a participação de fundos comunitários. Como sabem já houve um aviso, para realização de intervenções, na rede de esgotos, neste momento não há nenhum aviso aberto, não há nenhuma possibilidade de candidatura, estamos à espera que possa surgir, ainda este ano, para podermos apresentar algumas candidaturas não no saneamento, mas na água, no âmbito da eficiência dos sistemas de abastecimento público de águas. Depois, relativamente à questão de Curalha, acontece que houve uma indefinição, quanto à condução dos efluentes, isto é, ser tratados numa ETAR, feita exclusivamente para a aldeia de Curalha, ou se os efluentes de Curalha, deviam ser transferidos para outra ETAR. Essas duas questões técnicas estiveram presentes, é verdade que já o anterior executivo tinha aberto um concurso para a construção de uma estação elevatória e, o concurso ficou deserto, ao que julgamos saber porque o valor de base estava subestimado. ----- De qualquer das formas, já está neste momento em concurso, a construção da tal estação elevatória, porque a opção de fazer uma ETAR, nem sequer é uma opção legal porque, como Chaves está no sistema multimunicipal, nós temos a obrigação de levar os efluentes para a ETAR que existe perto do local e, portanto, não podemos criar um sistema autónomo. Agora existe neste momento um problema de falta tratamento e posso dizer que a política que vinha sendo seguida no passado, relativamente a algumas pessoas, é que pagavam o saneamento, ainda que não tivessem sistema de saneamento. Isso é verdade, mas em contrapartida o município faria a recolha dos efluentes na fossa, com equipamento Municipal sem pagamento adicional. É também o que estamos a fazer, mas entendemos que não é a solução correta, porque se não têm



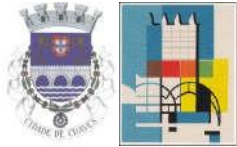
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

sistemas de saneamento, não devem pagá-lo. E, portanto, todas as situações que estão ou venham a estar sinalizadas, nós vamos corrigi-las. Mas era uma prática habitual que nós fomos dando conta dela, que não, conhecíamos e, portanto, só vamos sabendo, a partir do momento que vamos tomando conhecimento dela, portanto, é isso que estamos a fazer e penso que o assunto está clarificado. Voltando à questão da saúde, não sei se de manhã fui suficientemente assertivo, mas referi duas coisas: disse que acreditava no serviço nacional de saúde, sobretudo estruturado num pressuposto, que é os profissionais deverem estar em regime de exclusividade, e entendo que nos territórios do interior os cuidados de saúde devem ser prestados pelas unidades integradas no serviço nacional de saúde. Dito isto, defendo naturalmente um reforço e uma capacitação maior desta unidade hospitalar, agora não posso é garantir que, se houver a intenção de instalar uma unidade hospital privada em Chaves, eu posso proibi-la. Sou radicalmente contra, se isso acontecer, o meu compromisso é que estaremos na linha da frente do combate, eu não tinha percebido a questão por isso é que não respondi”. -----

E depois, dizer ao membro desta Assembleia, Gonçalo Alves, o seguinte relativamente aos cuidados primários. Como sabe, os municípios não gerem os cuidados primários, está em discussão neste momento, um dos pacotes da descentralização administrativa que têm a ver exatamente, com a possibilidade dos Municípios, virem a poder assumir, na área operacional, novas competências. Agora sobre o que é absolutamente essencial, e aproveito para dizer que nalguns pacotes de descentralização sou contra, porque o que nos estão a fazer é transferir tarefas, só tarefas, um bocadinho tipo: abrir e fechar a porta; ligar e desligar a luz, e acho que para isso não vale a pena. Qual é a capacidade de influência, em termos de política de saúde, por esta via? Nenhuma. A única coisa que nós conseguimos é assumir os custos de funcionamento que a Administração Central não quer e, portanto, por aí, não vale a pena, ou seja, se quiserem apenas transferir o pagamento das comunicações, o pagamento de transportes, da energia elétrica, das remunerações, dos combustíveis das viaturas, para isto não. Quanto àquilo que nós queremos, que é acrescentamos alterações relativamente a algumas respostas para a saúde, o que se prevê quanto a isso, é zero. E, portanto, falaremos sempre claro para que as pessoas não se sintam enganadas, e para que não nos enganemos a nós próprios. E se é efetivamente necessário mudar os órgãos executivos do Agrupamento dos Centros de Saúde do Alto Tâmega, podemos fazê-lo, mas eu acho que essa discussão não pode ser feita em praça pública sinceramente, perdoem-me, não é feita aqui e, portanto, se eventualmente, existe alguma incapacidade dos órgãos de gestão, seja da gestão propriamente dita, seja também da gestão clínica, essa discussão não deve ser feita aqui. É, verdade que sabemos que é preciso melhorar alguns aspetos de funcionamento do agrupamento dos centros saúde, de qualquer das formas é preciso ter sempre em consideração que essa é uma competência do Ministério da Saúde que, neste caso particular, está na ARS Norte, na Administração Regional de Saúde do Norte, portanto é a esta entidade que temos que fazer chegar, eventualmente, alguns contributos, mas também desde já me disponibilizo para que me façam chegar algumas sugestões concretas de mau funcionamento de questões relevantes, que possam ter interesse para que nós, com isso, possamos dizer o quê? Precisamos de mudar neste e naquele aspeto, porque se for apenas uma questão de nomes e de pessoas, acho que com isso ficamos fragilizados, não nos adiante rigorosamente nada, e deixe que lhe diga, quanto ao facto da diretora executiva estar de férias, eu acho que ela tem direito a férias como toda a gente e, portanto, eu não vou exigir a ninguém que deixe de gozar as férias a que tem direito. Portanto, nem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA N°04/AM/2018

é legítimo da minha parte, enfim, mais uma vez a minha veia socialista a fazer-me sentir que não o devo fazer”. -----

Ponto 3 - Aprovação definitiva do projeto de alteração do Regulamento do Programa Municipal de atribuição de bolsas de estudo para o ensino superior. Informação nº 101/SE Nº 58 – 2018. -----

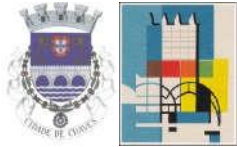
O senhor Presidente da Câmara Municipal, **Nuno Vaz Ribeiro**, apresentou a proposta. “Penso que a explicação é muito simples e o que se pretende com esta alteração a este regulamento é eventualmente ter um âmbito e um universo de potenciais interessados maior. O que se disse até hoje foi que este regulamento de concessão de bolsas aos estudantes do ensino superior, o que visou foi sobretudo premiar o mérito, mas entendemos que para além de premiar o mérito, também deve ter uma outra vocação social e, portanto, para além do mérito enfim o bom desempenho escolar, devemos também permitir que outros alunos possam também beneficiar deste apoio social, por parte do município. Por isso entendemos que, de acordo com aquilo que vínhamos defendendo na oposição, faria todo o sentido mexer naquilo que eram alguns dos pressupostos de acesso, ou requisitos de acesso, designadamente a habilitação académica e, portanto, nós propusemos que a habilitação académica mínima, passasse de catorze para doze. Isso não significa que os alunos que tenham doze, venham porventura a beneficiar deste apoio social, o que permite é, principalmente, que o número de alunos que possam concorrer a estes apoios seja substancialmente maior. Nós já tínhamos concluído no passado, que o número de bolsas não era muito relevante e o valor da dotação financeira que normalmente era afetado a este tipo de ação social, ficava muito aquém daquilo que era a dotação provisional e o que, nós pretendemos, de alguma forma, foi dar um sinal de que estamos preocupados também com a dimensão social. Por isso, fizemos esta proposta que foi aceite, de forma unânime, no órgão executivo municipal e o que propomos agora, naturalmente ao órgão que tem a competência que é a Assembleia Municipal, para que possa apreciar e votar favoravelmente o texto que aqui apresentamos”. -----

Intervenção: -----

Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, do PSD. Cumprimentou o senhor Presidente da Mesa e, na sua pessoa, todos os presentes. -----
“O grupo municipal do PSD congratula-se, pelo facto de este Executivo dar continuidade ao projeto de atribuição de bolsas de estudo para os alunos do ensino superior, iniciativa que conta com 10 anos de existência e que foi promovida por um executivo do PSD. O regulamento foi sofrendo alterações ao longo do tempo, como é natural, e vai-se adequando às diferentes realidades. Após a leitura atenta do novo regulamento, não está explícito, se os alunos dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais se poderão candidatar a essas bolsas. Assim, a minha questão é: As vagas existentes contemplam ou não os alunos dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais?” -----

O Senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder à questão que lhe foi colocada. -----

-“Não tenho aqui o texto, mas tenho memória de que a condição é frequentarem um curso de ensino superior e, se assim é, para que efetivamente possam ser beneficiários têm que ser estudantes deste grau de ensino. Isto com base no texto que está, não quer dizer que eventualmente nós não possamos equacionar a questão numa próxima



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

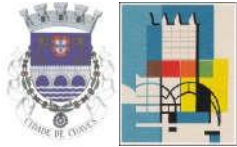
ATA Nº04/AM/2018

revisão, e façamos uma discussão aberta para percebermos se fará sentido só abranger os cursos superiores, ou abranger também outro tipo de estudantes. Mas de acordo com a informação que existe, parece-me que a resposta será negativa. Porque, porventura, a verdade é que podemos eventualmente estar a falar de uma afetação de recursos maior do que vinha sendo. De qualquer das formas, já que falou dos CTSP deixe-me aproveitar para dizer que, como sabem foram abertos sete CTSP este ano, é verdade que as expectativas é que não sejam preenchidos os sete, porque até temos um de termalismo. Neste momento posso dizer que, e pedia por isso o esforço de todos, se puderem de alguma forma, incentivar a inscrição nestes cursos CTSP, pois temos já neste momento um curso de termalismo com 33 inscrições; temos outro curso de informática com 12; defesa da floresta com 12; e turismo com 11. E, portanto, poderemos estar a falar de quatro cursos, acho que isso é importante e, se isso assim acontecer, podemos eventualmente ajudar também a afirmação destes cursos, dizendo efetivamente que nós queremos ter cursos desta natureza, de forma a promovermos outro tipo de ofertas. Porque em si mesmo, estes cursos não sendo ensino superior, muitas vezes são oportunidades de captação e de interação com outro tipo de espaço de ensino superior. E, portanto, o que nós gostaríamos é que isto fosse o primeiro passo para que nós pudéssemos crescentemente ter a ambição e o sonho de podermos eventualmente termos oferta de ensino superior, para lá daquilo que é a oferta privada que está a ser disponibilizada pela escola de enfermagem, e que nós esperamos que se transforme na escola superior de saúde, que possa oferecer também outros cursos neste domínio. E, se assim for entendido como mais uma alavanca para a afirmação desses cursos, naturalmente, que estaremos disponíveis a apreciar”. -----
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade-----

Ponto 4 - Extinção da Ecocitras – Associação de Municípios das Cidades de Trás-os-Montes. Proposta nº 64/GAP/2018. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Intervenções: -----

Manuel Justino Matos Cunha, da CDU. Começou por dizer que, arriscando alguma ingenuidade, não sabe que havia uma Ecocitras, embora já ande por aqui há muitos anos. “Mas isto é notável e reparem a quantidade de estruturas, havia uma Comunidade de Trás-os-Montes, que nunca se soube como funcionou, e depois vieram as CIM, que pareciam ter um papel que até iam extinguir as Câmaras, e nós cidadãos comuns, olhamos e temos dificuldade até em perceber o que é que a CIM faz, ao fim destes anos todos. Na altura foi a CDU que alertou que a única estruturação das autarquias em Portugal que faz falta, chama-se Regionalização, nesta zona região de Trás-os-Montes e Alto Douro, com órgãos eleitos que prestem contas aos eleitores e sejam um patamar entre as Câmaras Municipais e o poder Central. Estou certo que ninguém sabe que havia uma Ecocitras, até o nome é assim um pouco engraçado, até parece que vamos beber uma limonada, mas pronto aqui fica este registo da quantidade de instituições sobre as quais pouco sabemos. Há pouco o senhor Presidente da Assembleia Municipal falou da Associação Nacional das Assembleias Municipais que, apesar de tudo, é um órgão mais democrático, tal como as Associações de freguesias. Não sei quais são as ideias que estão por trás da Associação Nacional das Assembleias Municipais, mas estas Ecocitras e outras que tais, só mostram que não há um trabalho sério da parte dos partidos que habitualmente tomam as decisões em Portugal, PSD, PS e pontualmente o CDS, sobre o trabalho de organização das autarquias que, para além



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

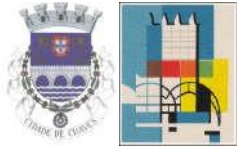
ATA N°04/AM/2018

da dimensão das Câmaras, saem coisas sempre assim”. -----

Gonçalo André Nascimento Alves, do CDS. Dirigindo-se ao senhor Presidente, referiu que “antes de se sair ou de se extinguirem associações sem qualquer interesse, relevância ou atividade, e também faço minhas as palavras do Dr. Manuel Cunha, que não conhecia tal instituição, pelo visto ninguém conhecia. Por isso, convinha primeiro verificar se os argumentos que levaram à entrada neste tipo de instituições, têm alguma, ou alguma vez tiveram pertinência para que, de futuro se evite este tipo de voluntarismos puros e inconsequentes. Do mesmo modo estão as geminações. Qual é o proveito que a autarquia retira das geminações, com as quais tem parceria? Qual é o tipo de cooperação que é estabelecida, ao nível das geminações? Não que eu esteja contra as geminações, mas gostava que, deste tipo de instituições e de parcerias, saísse alguma coisa de útil verdadeiramente para o Município e para a Autarquia, caso contrário continuaremos a fazer este tipo de pontes na Assembleia Municipal”. -----

O Senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que, sobre este assunto, lhe foram colocadas. -----
“Acho que estas considerações às vezes também pecam porque, não sendo bem informadas se permitem fazer algumas considerações pouco fundamentadas. Provavelmente foi essa a avaliação que eu fiz, quando olhei para esta questão, mas depois procurei informar-me. E, portanto, informando-me direi que esta associação que eu não conhecia, que efetivamente já há anos que não tem nenhuma atividade relevante, é verdade, que já desde 2005, o tribunal de contas tem vindo a interpelar os municípios para que prestem contas sobre a mesma. Porque o que aconteceu, foi que nós município, apercebemo-nos que havia uma associação e que não prestava contas há três anos e, portanto, como não prestava contas há três anos, este ano o presidente da Câmara Municipal de Chaves, foi notificado que incorreria em responsabilidade financeira se não prestasse contas. É claro, responsabilidade financeira é estranho, procurámos saber do que se tratava, percebemos que afinal esta era uma associação que tinha com outros municípios, aqui próximos, muito próximos, enfim, designadamente Macedo de Cavaleiros, mas mais, e tentámos depois perceber porque? O que é que esteve na *genesis* da criação desta associação? O que esteve foi, naturalmente, a apresentação de candidaturas a fundos comunitários, e a verdade é que neste processo, o município de Chaves foi um dos municípios mais beneficiados com esta associação, que permitiu, desde logo, fazer a requalificação do Balneário Termal. E, foi bom, portanto reconhecer que a participação nesta associação foi um ato inteligente e um ato de boa gestão. Provavelmente o que deveria ter acontecido era que já devia ter sido extinta há três ou quatro anos, ou seja, neste momento, não há nenhuma razão de ser para que a associação continue, por isso é que vimos aqui propor a sua extinção. Agora, nenhuma censura, na minha perspetiva, deve ser feita à sua criação, mas ao contrário, uma vez que permitiu um equipamento municipal, neste caso, o Balneário Termal de Chaves.” -----

Carlos Afonso Moura Teixeira, do PSD. Disse registar, com agrado, a intervenção do senhor Presidente da Câmara, que retirou a oportunidade e o objeto da intervenção que se propunha fazer. Mais referiu que votariam a favor da extinção da referida associação.
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

Ponto 5 - Relatório de Execução Orçamental - 1º trimestre 2018 da EHATB. Para conhecimento.

Nos termos regulamentares o relatório foi apresentado previamente por escrito. -----
Não houve intervenções. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Ponto 6 - Relatório de Execução Orçamental - 1º semestre 2018 da GEMC, S.A. Para conhecimento.

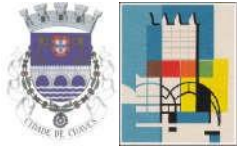
Nos termos regulamentares o relatório foi apresentado previamente por escrito. -----

Intervenções: -----

António José dos Santos, do PSD. Começou por cumprimentar o senhor Presidente da Mesa e, na sua pessoa, todos os membros desta Assembleia. Seguidamente solicitou alguns esclarecimentos, quanto ao relatório de execução orçamental do primeiro semestre: “Relativamente às vendas de mercadorias, aparece aqui um valor realizado de cerca de sete mil euros e no ano anterior, mil e quinhentos euros, isto em contas redondas. Gostaria de perguntar ao senhor Presidente a que se deve esta diferença? Depois nos tratamentos termais: valor realizado este ano, duzentos e trinta e cinco mil euros e no período homólogo do ano anterior, duzentos e vinte e um. Há aqui uma diferença, de catorze mil euros, depreendo que deve ter aqui havido um aumento de termalistas, já que aumentou catorze mil euros. E, depois, nos fornecimentos e serviços externos, em serviços especializados há uma diminuição de cento e oitenta no ano anterior, para cento e quarenta, portanto há aqui uma diferença de quarenta mil euros. A que se deve isto, uma diminuição na despesa dos serviços especializados em quarenta mil euros e provavelmente o aumento de termalistas, já que em tratamentos termais houve um aumento de catorze mil euros”. -----

António Manuel Pires de Almeida, do PS. Cumprimentou o senhor Presidente da Assembleia Municipal, e na sua pessoa, todos os elementos que constituem este órgão autárquico. “Inscrevi-me neste ponto, da ordem de trabalhos por ser uma atividade que me diz muito, a gestão e a exploração do Balneário Termal. E, naturalmente, ao analisar este relatório referente ao primeiro semestre de 2018, constato que há aqui algum benefício em relação aos números apresentados em 2017. Portanto, quero naturalmente felicitar a equipa de gestão da nossa entidade termal, e espero que o segundo semestre tenha números mais favoráveis. Analisando pormenorizadamente, há aqui dois ou três pontos referidos pelo membro desta Assembleia que me antecedeu e, naturalmente, isto tem uma explicação bastante razoável. No primeiro ponto, que é o produto acabado, há efetivamente um aumento, que será referente aos produtos de cosmética, que estão neste momento a ser fornecidos no estabelecimento termal. Depois, na outra parte de serviços que são fornecimento de serviços externos, há uma economia no setor de prestação de serviços externos de fornecedores, que era mais elevada no ano anterior. No cômputo geral as receitas são maiores e os gastos são menores, por isso mesmo eu quero felicitar a gestão. Há aqui alguns elementos que são menos conseguidos, mas que se referem à Piscina do Rebentão e naturalmente ao tempo que se fez sentir na nossa região, nomeadamente até ao fim do primeiro semestre que foi muito desfavorável à utilização deste equipamento. É só o que tenho a dizer”. -----

O Senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

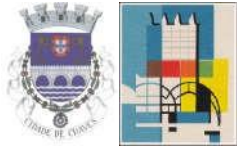


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

“Na última Assembleia Municipal, fiz a promessa, provavelmente já ninguém se lembra, de que iria mostrar aqui umas imagens sobre o Balneário Termal de Chaves, sobre o estado em que se encontrava e sobre a ação que foi lá realizada. Portanto, o compromisso é compromisso, embora me pareça que, pelos vistos, as questões logísticas estão a dificultar a questão. De qualquer das formas, isso permite-me focar aqui alguns aspetos relativamente àquilo que é o relatório de execução do primeiro semestre de 2018 da GEMC, e vamos visionar em silêncio algumas imagens que têm o antes e o depois. Primeiro dizer que enfim, a utilização naturalmente deste tipo de informação deve ficar de forma condicionada, por isso é que foi apenas visionada desta forma para que todos tenham a consciência de qual era a situação. Esta informação foi dada na reunião de Câmara aos senhores vereadores todos, do PS e do PSD, incluindo na altura o Arquiteto António Cabeleira, que também estava presente. Portanto, isto foi lá visionado, foi lá objeto de discussão e de diálogo, mas enfim eu não vou fazer comentários, porque é o que é. Ficou a promessa feita aqui na sessão anterior e, portanto, promessa cumprida. Quanto ao assunto que nos traz aqui, que é a questão da apreciação, acho que globalmente basta olhar para esta folha muito simples e perceber, globalmente, quer nas vendas, quer na prestação de serviços, há uma melhoria, globalmente. Nalguns aspetos houve uma renegociação de contratos de vária natureza, que fez com que os custos com prestação de serviços diminuíssem de forma substancial. Já, relativamente à parte das vendas, enfim, aquele valor que tão preocupado o deixou, que é a questão sobretudo dos produtos de dermo-estética, o que nós fizemos foi uma coisa muito simples, que foi aproveitar os produtos que já existiam e que nós queremos naturalmente melhorar, que foi colocá-los numa rede de vendas, designadamente em farmácias. Portanto, neste momento, significa que a expressão financeira é reduzida, mas de qualquer das formas penso que isso, também valoriza o Balneário e faz sobretudo, a identificação de que estamos a falar de serviços também de saúde, porque são vendidos em farmácias e penso que é interessante. E, por outro lado, dizer que nos tratamentos termais, os valores que estão, são valores superiores ao do período homólogo, apesar de termos começado mais tarde. Como sabem, fomos acusados na última Assembleia Municipal, de termos começado mais tarde que o ano passado, foi uma semana sensivelmente. E, depois, dizer também outra coisa que, porventura, os resultados ainda seriam melhores, se tivesse havido um verão normal. Porque provavelmente, também seriam melhores, os resultados da piscina do Rebentão. De qualquer das formas, a nossa expectativa é que ainda assim, quando as contas forem apresentadas para todo o exercício, o resultado final da piscina do Rebentão seja melhor que em 2017 e, depois vamos ficar com uma perplexidade que é: como é possível que, com tempo tão adverso, com uma utilização menor, aparentemente tenhamos mais receita, mas essa é outra discussão que podemos ter naturalmente. Por isso, para dizer que, enfim, embora isto não seja o ponto de chegada, a ideia que eu quis aqui transmitir é que o caminho está a fazer-se, que o sentido é claro, temos claro qual é o destino que queremos dar naturalmente a esta oferta, que é feita quer de bem-estar, quer curativa e, sobretudo, dizer que a nossa ideia de que isso só se fará naturalmente com todos os parceiros, e os parceiros são, os hoteleiros, os restaurantes, os operadores dos circuitos turísticos. Temos que melhorar a estruturação do produto para que nós possamos, com a envolvência das escolas, porque também queremos fazer uma coisa que nos parece que é desejável que as nossas criancinhas vão à praia, mas não conhecem o nosso Balneário Termal. Portanto, vamos também ter que fazer algum trabalho pedagógico no sentido de que as crianças, a comunidade, conheçam melhor aquilo que é o nosso potencial termal, aquilo que é a riqueza da água, não só nesta dimensão, mas também na dimensão da geotermia, e aproveitar aqui para



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

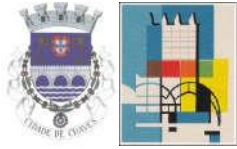
Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

dizer que estamos a preparar uma candidatura para a criação de uma mini rede de calor, portanto, aproveitamento geotérmico da água. Estamos a elaborar a candidatura, esperamos que essa candidatura possa ter sucesso, porque isso significaria que nós conseguiremos não só aproveitar melhor um recurso que está subaproveitado, que é o calor que a nossa água gera, mas também com isso diminuir a fatura energética dos edifícios municipais. Essa é a nossa expectativa, provavelmente, no final do ano ou início do próximo ano, teremos algum *feedback* para lhes dar, enfim, no momento certo reportaremos a informação mais útil e desenvolvida.” -----

António José dos Santos, do PSD. Disse, “Senhor Presidente, estas imagens que acabou de passar, em meu entender nunca deveriam passar aqui. Porque, pode ser que o feitiço se vire contra o feiticeiro. E, digo-lhe, eu tenho sido um cliente nos últimos anos, das Termas de Chaves e, por dificuldades de visão ou por outro tipo de dificuldades, nunca me apercebi das imagens que aqui passou, sempre vi um ambiente bem tratado, e nunca me apercebi realmente desta miséria que ali passou. Oxalá, estas coisas não venham a acontecer e que não venham a ser divulgadas lá para fora e, portanto, em vez de promover as Termas de Chaves, talvez esteja a dar alguns tiros nos pés. Isto de apontar sempre para os outros, pode ser que um dia dê mau resultado. Agora, só lhe queria dizer uma coisa, o que eu gostaria de lhe perguntar é o seguinte: se em relação aos tratamentos termais houve aqui um aumento de catorze mil euros, o que eu lhe pergunto é o seguinte: houve um aumento na cobrança aos utentes, ou houve um aumento de termalistas? Eu preciso saber. Ou aumentaram as pessoas para dar esta receita? Ou as pessoas diminuíram ou houve um aumento dos custos a pagar? E, depois, nos serviços especializados, onde me parece que aqui entram se calhar as despesas com o pessoal médico, com as pessoas que prestam lá serviço, alguns desses honorários devem estar aqui, eu pergunto: será que esta diminuição de quarenta mil euros não tem a ver com a diminuição de serviço prestado por essas pessoas?” ----

Francisco António Taveira Ferreira, do PSD. Disse: “Em 2001, quando ganhámos as eleições, eu fui o indivíduo que fiquei responsável pelas Termas. Eu queria, e isto toca-me bastante, ser aqui um pouco sensível e de forma nenhuma, agressivo. A condição que encontrámos nas Termas em 2001, tem uma área que não vou dizer publicamente, não posso, nem devo, que tinha a ver com a questão de estar fechada a área respiratória. Sendo esta questão de cariz absolutamente técnico, só digo que o delegado de saúde tinha encerrado a parte respiratória das Termas, por razões de segurança e de saúde pública. Na outra parte, em todo o resto do Balneário, o que encontrámos não era próximo daquilo que vimos, mas eu vou dizer o que fizemos, e depois poderão inferir do que encontrei. O que foi feito naquele momento foi o seguinte: primeiro o mundo mudou e de facto hoje a nossa linguagem é mais por imagens e por transmissões de mensagens, na altura era um pouco mais reservada. Foram feitas na altura fotografias que foram usadas para irmos a Lisboa tentar requalificar o Balneário, e resolver o problema que se resolveu, da parte respiratória que não estava em uso. Segundo: foi feito um processo de levantamento total, desde o poço, até às torneiras, ou seja, poço, depósitos, efluentes, preparação da água para banhos, etc, até às torneiras. E foi feito o levantamento do funcionamento técnico e por questão metodológica, se se recordam, primeiro parámos as Termas. Segundo, dividimos o pessoal todo que lá existia em equipas de dez. Terceiro, fechámos as portas e foi feita uma renovação total das instalações, nomeadamente, foram introduzidos tubos desde o poço, motores, vias de acesso aos depósitos, eu entrei dentro dos depósitos a lavá-los, e tomei um banho depois cá fora, nos bombeiros. Só que naquela altura ninguém publicava nada, se fosse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

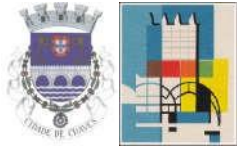
Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

hoje, o Taveira tinha aparecido em calções de banho e socos de madeira, porque foi assim que eu entrei num depósito, onde se dizia que havia uma acumulação de gás que era letal para as pessoas. Fizemos formação durante noventa dias, havia um trabalho sobre as instalações e um trabalho de formação sobre o pessoal, fez-se um marketing positivo e repôs-se a funcionar a área respiratória. Eu recorro que no ano seguinte houve dois prémios para as Termas. Um de acessibilidade e outro de qualidade. Recordo também que, desde 2001 até ao atual executivo, foram feitas duas requalificações no Balneário. E, pronto, senhor Presidente, eu vou dizer-lhe uma coisa desagradável, mas tenho que lhe dizer, o Município necessita de prestígio, de qualificação e de marketing positivo e, muito sinceramente, a última pessoa que eu alguma vez sonhei que iria ter uma atitude não conducente para este fim, seria o senhor Presidente da Câmara. O senhor, porque o merece e os munícipes merecem também, tem que ser um homem positivo e não pode participar, na minha opinião, em ações que ponham em causa a superior qualidade do Município. -----

O Senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

“Quanto ao membro desta Assembleia António Santos, eu acho que tem alguma dificuldade em ler documentos financeiros, sinceramente, parece-me que sim por uma razão muito simples. Vou tentar explicar porque a análise que fez, relativamente às várias possibilidades que esses números podem traduzir, são apenas ínfimas possibilidades daquilo que pode ter acontecido, e a resposta que lhe vou dar vai elucidá-lo, quanto a esse aspeto. Primeiro, não sei se se recorda que a GEMC fez aprovar, nesta Assembleia Municipal, um tarifário diferente com épocas baixa, média e alta, tentando captar mais utentes, alterou os preços e isso naturalmente tem influência neste resultado final. Ao mesmo tempo, também deixámos de seguir uma política, que vinha do passado que era dar descontos de 50%, de forma contínua. Faz sentido fazer promoções, em momentos muito específicos, não o ano todo, portanto, acabámos com essas promoções e se calhar esta explicação, permite-lhe compreender melhor aqueles resultados. Portanto o que acontece ali é que verdadeiramente os resultados finais são melhores, e resulta que os preços não subiram. Quanto ao número de termalistas, e estamos a falar de um documento financeiro, no final do ano quando o relatório vier, nós depois daremos a atividade e discutiremos a questão dos números, se são mais, se são menos. O que me preocupa é o impacto que a empresa tem na atividade da mesma, mas também na própria economia e, portanto, se nós este ano, conseguimos ter uma exploração neutra, que não tenhamos prejuízo, e acho que isso já não acontece há muitíssimos anos, se isso acontecer, é certamente um bom sinal. Depois dizer uma coisa muito simples, se há pessoa que é positiva, afirmativa que tem vendido este Concelho e esta terra, acho que tenho sido eu. Em tão pouco tempo acho que já fizemos esse papel, em diferentes momentos, em diferentes contextos, e esse papel agregador, de tentativa de fazer com que o projeto seja um projeto coletivo do Alto Tâmega, eu acho que já fiz mais num ano do que em muitos anos para trás, e há vários sinais de que isso possa acontecer. De qualquer das formas esse papel motivador, incentivador, de esperança, de afirmação, não me pode nunca deixar levar à mentira, já tivemos outros no passado que apenas tinham essa visão. Nós nunca podemos desligar aquilo que é a nossa vocação de promotor, de difusor, de embaixador destas terras, com uma coisa muito essencial, que é dizermos a verdade e, se por alguma razão, não demos nota pública nenhuma deste aspeto, foi porque o considerámos absolutamente reservado. E dessa informação teve conhecimento quem o deveria ter. Então não é esta Assembleia Municipal, não são os senhores Deputados que procuram saber informação,



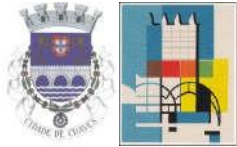
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

cada vez mais minuciosa, cada vez mais criteriosa, que me interpelam, aqui sobre tudo e nada? Se porventura mais tarde isto se soubesse, não viriam aqui dizer que afinal eu tinha escondido informação relevante? Portanto não posso esconder também que nesta Assembleia, eu tenho o dever de prestar contas e, portanto, foi uma resposta que eu fiz à senhora membro desta Assembleia Ana Coelho, que fez uma série de considerações na última Assembleia Municipal, designadamente que o Balneário esteve encerrado muito tempo, e sabe qual foi a razão para estar encerrado muito tempo? algumas das razões foram estas e, só por isso, é que trouxe este assunto aqui senão, não o traria, não era minha intenção trazê-lo. Mas depois de interpelado, de provocado, eu acho que tinha, naturalmente que o fazer, porque se nós afirmamos, temos que mostrar evidência daquilo que afirmamos. Depois dizer outra coisa, se porventura a má imagem a acontecer, só pode ser dos presentes nesta sala, e do público, mas eu acredito que os cidadãos que estão nesta sala, são tão ou mais flavienses que nós. E, portanto, não está aqui nenhum jornalista, aliás eu garanti que não estivesse, senão tinha feito isto de manhã e não o fiz. É que as verdades às vezes são tão duras, que depois não são aceites, mas enfim. Depois, dizer outra coisa, eu não estou aqui a pôr em causa o trabalho que foi feito em 2001, ou 2002, ou 2003 ou 2004 não foi essa a minha intenção, estou a dizer que as obras de qualificação não foram feitas, não estou a dizer que o trabalho de higienização, de organização não foi feito à data, não disse nada disso, aliás nem disse palavra nenhuma, só mostrei as fotografias, nem fiz considerações nenhuma, portanto, as imagens falam por si. A nossa obrigação é corrigir as situações que estão mal, é fazer melhor e, naturalmente, ter uma política proactiva, fazer mais investimento na promoção, na articulação, e conseguir que efetivamente as Termas, enquanto atividade central, que para mim é o maior recurso que nós temos, tenham efetivamente a capacidade de criar valor, nesta comunidade, é o que nós todos desejamos. Agora só em jeito de provocação, Dr. Taveira, a sua passagem pela Câmara, foi tão fugaz, que também não podia ter feito muita coisa.” -----

António Manuel Pires de Almeida, do PS. Referiu que, nos últimos 50 anos, foram vários os executivos municipais que investiram fortemente no Balneário das Termas de Chaves, não foi exclusivo de ninguém ou de um só executivo. Houve, efetivamente um projeto que foi sendo desenvolvido, tendo como projeto âncora as Termas de Chaves, as Caldas de Chaves, para o desenvolvimento da nossa cidade, isto é evidente. “Ouvi com muita atenção o Dr. Francisco Taveira e naturalmente, tive vontade de o interpelar, chamando-lhe a atenção para o período tão curto que esteve à frente do nosso Balneário Termal. Recordo-me perfeitamente que nas eleições que antecederam a vitória do PSD, a que o Dr. Francisco Taveira era candidato em terceiro lugar, o ter questionado pessoalmente dizendo, o Dr. sabe quanto é que perde na eventualidade de vir a ser o Vereador das Termas? Esta conversa tivemos-la e naturalmente, foi feita sabendo de antemão aquilo que o Dr. estava a ganhar, e o que iria ganhar na eventualidade de assumir esta responsabilidade. Respondeu-me que, naturalmente, o dinheiro não era tudo, mas é evidente que passado pouco tempo, não chegou a ser um ano, abandonou o barco. Mas não é para este tipo de insinuação, que aqui estou. Eu quero dizer que efetivamente nos 50 anos, houve investimentos de todos os executivos, cada um fez o melhor, e eu só lhe queria citar números: em 1979, havia no balneário 3.503 inscrições de termalistas clássicos, e quero lembrar-lhe que o PS ganhou as eleições em 1989, 10 anos depois; em 1989 havia 5.365 inscrições de termalistas clássicos, 10 anos depois; em 1999 havia 6.522, isto é, foi o pico mais alto de inscrições em termalismo clássico. Daí para cá apesar de todos os investimentos e todo esse empenhamento que continuou a ser efetuado, foi sempre em decréscimo de inscrições. Em 2012 houve



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

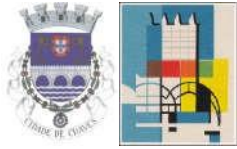
Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

apenas 3823 inscrições em termalismo clássico, e 1.047 em termalismo de bem-estar e saúde, o que dá 4.087 e já um decréscimo de mais de 2.000 inscrições em termalismo clássico. Esta é que é a realidade e para não citar 2014, em que houve zero inscrições em termalismo clássico. É natural que agora se esteja a partir do zero, tentando recuperar naturalmente, em 2017 já houve mais algumas inscrições, mas estamos longe ainda ter de atingir o apogeu que foi atingido em 1999, que foram 6.522, esta é que é a verdade. Investimentos e melhorias sempre foram feitos e o padrão de qualidade, foi sempre muito exigente naquela casa, e continuará a ser, é evidente que há sempre questões a melhorar, há que estar sempre atento a todos os pormenores e, portanto, todos os dias é preciso primar pela excelência. Só assim é que nós conseguiremos ser uma Estância Termal atrativa e atingir o segundo lugar, porque o primeiro estará muito longe de atingir, uma vez que S. Pedro do Sul se destaca permanentemente. Esta é a minha opinião e deixemo-nos de fantasias porque as fantasias não levam a lado nenhum, que cada um de nós assuma a sua responsabilidade e faça sempre o melhor possível.” -----

Neste ponto interveio o senhor Presidente da Assembleia, **Altamiro da Ressurreição Claro**, que referiu: “Eu gostava de dizer duas palavras muito breves. Tenho um pouco a ver com isto, também é verdade, procuro não me imiscuir nestas questões do debate, dentro da Assembleia, mas em 2001 eu era Presidente da Câmara e, a verdade, é que quando eu saí da Câmara o Balneário de Chaves, as Termas de Chaves, eram o segundo Balneário do País, em número de aqistas e volume financeiro. As Termas de Chaves davam lucro, os resultados eram positivos e, portanto, esse é o padrão que nós deixámos na altura. Daí para cá, como o António Pires de Almeida teve este cuidado, ele sempre foi uma pessoa muito dedicada, durante os anos 12 anos que esteve na Câmara, às Termas de Chaves. Trouxe os números que são incontestáveis, a partir daí foi sempre a perder, investiu-se mais, mas perdeu-se e o nosso Balneário bateu no fundo. Esperemos que agora se recupere. As questões da limpeza acho que eram cíclicas, eram feitas no final, no período de transição do inverno, em que o Balneário estava fechado e, portanto, é natural que o Dr. Taveira tivesse entrado nesse período de transição. De qualquer maneira, peço perdão por ter intervindo, mas acho que as coisas têm que ser colocadas no seu lugar. Muito obrigado”. -----

Francisco António Taveira Ferreira, do PSD. Disse: “Eu agradeço esta oportunidade, que eu não estou aqui a defender honra nenhuma, não fui atacado e só queria dizer três coisas muito simples: a primeira questão é agradecer aqui ao senhor deputado António Pires de Almeida, porque é verdade, nessa altura fizemos uma reunião de transição, ou seja quando mudou a governação, como ele disse aqui, é absoluta verdade, juntámo-nos para ver quais eram os problemas que existiam, como é que podiam ser melhorados, até porque eu na altura precisava muito da informação que ele tinha, e me forneceu, de quais eram os problemas que estavam efetivamente no conhecimento restrito dos responsáveis pelo funcionamento das próprias Termas, muito obrigado. Quanto à questão do ganhar, mais ou menos, recorda-me falar nisso, mas na política, vão desculpar-me, eu na política nunca ganhei nada, trabalhei na Câmara em tempo parcial, e não tinha nenhum tipo de vencimento, a não ser as senhas de presença. Quanto ao pouco tempo que lá estive só uma coisa, o tempo foi pouco, foram 8 meses, mas a ação foi muita e os resultados foram evidentes e esta discussão é um pouco estéril, de facto. Aquilo é uma água bicarbonatada sódica, quando for daqui a 4 meses pode voltar a ter pingos nas torneiras e vai voltar a ter problemas. Quanto à questão da ferrugem na área da água do *front office*, ou seja, naquilo que está para os doentes,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

provavelmente não tem existido, mas nas instalações de suporte, naquelas que não estão à vista das pessoas, a ferrugem vai aparecer, são instalações com degradação acelerada pela qualidade da água, bicarbonatada, sulfurosa e quente, e isto condiciona. Quando foi na questão dos depósitos, era preciso fazer a ligação entre os azulejos, a fogo, porque a água digeriu o cimento que se metia, entre os azulejos e digeriu o próprio ferro. Portanto, aquilo que encontra em termos de fotografias, senhor Presidente, em menos de um ano podemos lá ir fazer fotografias e mostrar-lhe a mesma coisa que o senhor agora mostrou”. -----

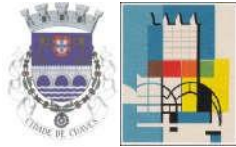
O senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. “Só duas notas, as nossas águas não são sulfurosas, são sódicas, bicarbonatadas sódicas, mas ainda assim devo declarar que não sou especialista. Eu vou dizer uma coisa, é assim, sobre matéria que não tenho informação, não faço registo, normalmente fazemos análise é da ficha técnica, não é na placa, vamos ver a informação técnica, mas enfim não era sobre isso que eu queria pronunciar-me, o que eu quero dizer é o seguinte: naturalmente, que ao fim de 1 ano de laboração, obrigatoriamente têm que fazer obras de limpeza, higienização e manutenção. É evidente isso, não haja absolutamente dúvidas. O problema era a dimensão e, portanto, quando se vem dizer que no próximo ano teremos uma situação particular, se assim for eu virei cá e dizer desculpem lá, afinal ao fim de um ano em janeiro, que vai fazer uma paragem, de janeiro a fevereiro, se assim for, faremos um novo registo fotográfico. Se a situação for idêntica e não tinha a ver nada com alguma falta de diligência, mas apenas algo que resulta da sua utilização, se assim for, cá estaremos para reconhecer essa situação e sem absolutamente problema nenhum. Virei cá e depois direi naturalmente o que tiver por conveniente dizer.”-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

Ponto 7 - Auditor Externo/emissão de relatório semestral sobre a situação económica e financeira do Município. Informação nº49/DGF/2018. -----

O Senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, procedeu à apresentação da proposta. -----

“Este é um relatório sobre o primeiro semestre, enfim uma análise mais minuciosa na dimensão económica e financeira, existem aqui uma série de considerações, nas várias dimensões, quer da gestão orçamental, quer da gestão patrimonial. Vou ler só a conclusão e depois, naturalmente teremos oportunidade de discutir alguns aspetos particulares, que possam ser suscitados. Parecer do revisor: *Não sendo objetivo primeiro da Autarquia a obtenção dos resultados líquidos positivos....* Foi sempre o que nós dissemos, não sei se se recordam nós dissemos sempre isso de forma repetida, e continuo a pensar o mesmo. *A sua consecução expressiva no período em análise permite alavancar a sua estrutura económica e financeira, contribuindo para o reforço e equilíbrio financeiro, financiamento dos seus investimentos, com uma redução significativa da dívida de terceiros, mormente dos empréstimos obtidos.* Portanto, basicamente, o que aqui se diz é que o sentido da sustentabilidade económica e financeira, está a dar resultados e que é espetável que possa ser melhorado e é essa a nossa ambição. É sobretudo melhorar os proveitos, reduzir os gastos, é essa a nossa ambição, naturalmente sem prejudicar aquilo que é a prestação de serviços à comunidade. Porque, nós estamos a falar de uma autarquia que não tem como vocação dar lucro, o que nós pretendemos é ter uma instituição saudável, sob o ponto de vista financeiro e que possa cumprir, a cada momento, aquilo que forem os desígnios da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA N°04/AM/2018

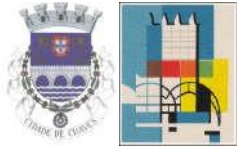
comunidade e, portanto, a satisfação das necessidades coletivas. Mas para isso não podemos necessariamente continuar num esforço de desequilíbrio. O que seria desejável, não está conseguido, vamos demorar algum tempo a conseguir, é que porventura, se nós conseguíssemos que a receita corrente líquida pudesse ser superior àquilo que é o nosso endividamento, seria fundamental. Quando falo em endividamento falo, daquilo que são empréstimos de médio e longo prazo à banca, mas também de dívida aos fornecedores. Ainda não é possível, mas seria o desejável, porque isso já era um sinal de bom caminho e de sustentabilidade económica/financeira, que ainda não está conseguido”. -----

Intervenções: -----

Carlos Afonso Moura Teixeira, do PSD. Solicitou ao senhor Presidente da Câmara alguns esclarecimentos: “Relativamente às conclusões é dito que a Câmara Municipal não reconhece, página 5 das conclusões, são várias, vou começando pela ordem, que não são reconhecidas àquela entidade, às Águas do Norte a trinta de junho, o montante de 1,9 milhões de euros, ou seja, estamos em litígio, estamos a discordar com os valores avançamos para tribunal, qual é o resultado, ou qual é o motivo pelo qual estamos em discordância de 1,9 milhões de euros com as Águas do Norte. Segunda questão, na página 7 tem a tabela nº 3, suscita-nos alguma curiosidade a relação do grau de execução dos impostos indiretos apenas 4, 22%, se há alguma explicação para esse efeito ou qual o motivo dessa taxa ser apenas desse valor? -----

E mais adiante, e por último, na página 13, embora a página 13 no início tem no 3º e 4º pontos, no início do parágrafo é dito *que embora com menos valias foram vendidos dois lotes, lote nº 4*, penso que na Zona Industrial e lote de prédio urbano A6 no Parque de Atividades, se nos pode dizer qual é o foco ou a expectativa de construção em ambos os lotes e se esses lotes o A6, confesso que não tenho a certeza, mas penso que o nº4 é na zona industrial, era esse o esclarecimento”. -----

Brigite Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, do PS. Disse: “Senhor Presidente, apenas um breve comentário e perdoem-me que o faça num sentido um pouco jocoso, designadamente para quem trabalha nestas áreas de auditoria, a verdade é que este tipo de documentos, os auditores costumam ser tudo menos fofinhos, simpáticos, e este eventualmente também. Por nós, no Partido Socialista, se calhar, nas nossas reuniões preparatórias, estarmos imbuídos de uma outra paixão que anteriormente não tínhamos, não nos recordamos de Chaves receber um documento desta ordem tão fofinho, e gostávamos de ver aqui reconhecido que este é um documento que, pela primeira vez em anos de auditoria, não regista qualquer ênfase. E agora em linguagem técnica, as ênfases são os chamados puxões de orelhas, alertas, é aquilo para o qual temos que olhar, porque o auditor nos chama a atenção, para que esse problema seja resolvido. E quando me refiro a este como um relatório fofinho é que, pela primeira vez, em muitos anos que ando por aqui, não me lembro de recebermos um relatório, sem qualquer espécie de ênfase. Também não me recordo de termos um parecer final, com um documento cujo léxico seja aquele que o senhor Presidente da Câmara acabou aqui de citar e, portanto, eu vinha preparada também para o fazer, mas poupar-me-ei a tal, como é óbvio, porque já foi lido e certamente as senhoras e os senhores deputados sabem ler tão bem quanto eu e quanto o senhor Presidente de Câmara, e tomaram nota também desse parágrafo. Não posso deixar de ler um que aqui está e que se reporta ao passivo, situação sempre tão cara e tão preocupante neste fórum, o passivo da autarquia. Quanto ao passivo o senhor auditor fofinho diz o seguinte: *o total do passivo no final do*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

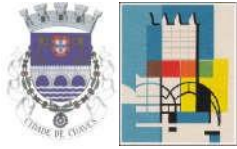
Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA N°04/AM/2018

primeiro semestre de 2018 apresenta um decréscimo de cerca de 2 milhões 386 mil euros comparativamente ao valor registado no ano anterior, é isto a que o Partido Socialista se agarra e é com isto que o Partido Socialista se congratula e perdoem-me, novamente, o tom jocoso, venham mais relatórios fofinhos”. -----

O senhor **Presidente da Câmara**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

“Eu devo dizer que o relatório foi elaborado exatamente pelo mesmo auditor que tem feito os últimos relatórios, portanto, devemos dizer que estamos em presença do mesmo revisor oficial de contas, ou seja é a mesma empresa que durante anos e anos fez o relatório dos exercícios anteriores e, portanto, não estamos a falar aqui de nenhuma outra entidade de auditoria e curiosamente, em conversas mais informais, concorda com muitas das coisas que eu vinha dizendo no passado, não sei é porque não foram escritas no relatório, mas enfim são outras considerações. Concorda também e tem vindo a fazer, abordagens de outra natureza que porventura, no próximo ano, teremos também, em nome do rigor, porque não queremos mais que isso. Certamente que este relatório também tem aqui alguns aspetos negativos, tem seguramente para nós e que são preocupação. De qualquer das formas, tentando explicar alguma coisa do que possa ser explicado é assim: eu já tive oportunidade de manhã de dizer que os 1.9 milhões de euros, não são 1.9 milhões de euros, são mais, porque acrescem os juros de mora, é o valor que está em contencioso com as Águas do Norte. Não é apenas uma ação que têm em demanda, têm várias ações, contra o Município de Chaves e, portanto, significa o que? Nós estamos a ser instados judicialmente para o pagamento de 1,9 milhões de euros mais juros de mora, cujo valor final estimamos que ande entre os 2.5 e 2.6 milhões de euros. Se repararem, esse valor está refletido na própria informação de cariz financeiro, que foi dada naquilo que são responsabilidades contingenciais, valor constante na informação financeira, disponibilizada pelo Presidente de Câmara. Portanto, o valor que está aqui é esse, algo que vai continuar em discussão em discussão judicial, se bem que esse valor está provisionado, ou seja, está nas contas como sendo um risco para o Município, é exatamente isso. Também é verdade que o valor que aqui está referido de 5.6 depois, à frente aparece como 6.6, é o registo também de juros, portanto, o valor final não é 5,6, mas superior. Faz parte do acordo que efetivamente, depois no acordo final que vier a ser celebrado, poderão ser apreciados, mas enfim, estamos a falar de 1,9 milhões que tem a ver com os mínimos, o resto tem a ver com faturação sobretudo de saneamento. A página 21 certo, mas é o que eu acabei de dizer, os 1.9 milhões não são reconhecidos, por isso é que estão em responsabilidades contingentes. Não, nós não fomos para tribunal, as Águas do Norte é que foram connosco, porque a Câmara de então, não pagou. Não se trata de crédito, mas sim de um débito nosso e, portanto, as Águas do Norte estão a instar o Município para o pagamento desse valor. Nós que entendemos que esse é discutível, esperamos a decisão final não venha a ser, no sentido de dar razão integral as Águas do Norte, pensamos que é matéria que tem que ser objeto de discussão, não sei se vai ser objeto de discussão fora dos tribunais no âmbito da tutela, ou não, mas de qualquer das formas, é algo relativamente ao qual nós entendemos que não é justo que esse valor seja reclamado, no montante que está a ser reclamado e, portanto, é um valor que vai continuar sempre aí nos relatórios, mencionado em responsabilidades contingenciais, com provimento específico e legal, nas Contas. Depois dizer, quanto à questão dos impostos indiretos, essa é a velha questão que nós sempre aqui discutimos e que tem a ver com o seguinte: com as circunstâncias de nós termos feito registar nas contas aquilo que é taxa de ocupação do subsolo, que nós estamos a liquidar ou seja, nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

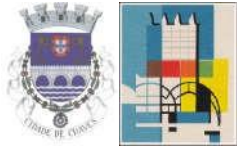
Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

estamos a imputar responsabilidades a todos os utilizadores do subsolo, às Telecomunicações, às Águas do Norte, à própria EDP enfim, e tudo isso, está em contencioso. Está em contencioso e tem havido uma série de decisões judiciais, mas a verdade é que nós ainda não conseguimos arrecadar em resultado desses processos judiciais, nenhum euro e, portanto, significa que vai sempre aparecer aqui uma taxa de execução muito baixa, mas isto resulta da necessidade de, obrigatoriamente, inscrevermos esses valores e de notificar as empresas. Voluntariamente só paga uma empresa que é a Duriensegás, mas acho que ainda há outra empresa e, portanto, a nossa receita de taxas de ocupação do subsolo no ano, pode ser na casa dos 200.000 a 300.000 euros, a nossa expectativa era que fosse de um valor muito mais relevante que seria um valor, na casa dos cinco seis ou mais milhões de euros. É verdade que os créditos globais que estamos a reclamar neste momento andam na casa dos 21 milhões de euros, agora a expectativa é que nós possamos conseguir ter um resultado final que nos seja favorável. Mas até lá a taxa de execução ficará a que está, aconteceu neste orçamento e vai acontecer no próximo. Depois quanto aos lotes é importante dizer que aquilo a que chamamos hoje Parque Empresarial é o resultado de três loteamentos: plataforma logística, mercado abastecedor e parque de atividades. O parque de atividades inclui essa designação do lote A6 que já foi adjudicado, a uma empresa que se chama EIA Portugal, Unipessoal, montagem de sistemas de estores. Foi feita a venda do lote A6, foi recebido o dinheiro mas, entretanto, agora a empresa veio desistir do lote, porque quer fazer um investimento maior e portanto quer um lote maior. Mas o lote maior que esta empresa quer, não fica no Parque de atividades porque não tem dimensão, mas vai para a plataforma logística e, portanto, este lote, que já foi objeto de distrato, ou seja, já voltou outra vez para o Município, mas ainda não aparece nesse relatório, porquê? Porque foi em data posterior ao 30 de junho, sendo certo que a esse senhor, se a memória não me atraiçoa, foi-lhe adjudicado o lote 3 da plataforma logística. Eu posso eventualmente cometer aqui alguma imprecisão, porque são muitos lotes, o que eu lhes posso dizer é que verdadeiramente na plataforma logística apenas temos dois lotes livres, relativamente àquilo que são intenções. No parque de atividades existem mais, são lotes mais pequenos, existem mais lotes disponíveis. De qualquer das formas posso dizer-vos que existem muitas intenções de aquisição. Vamos ver se estas intenções de aquisição se transformam efetivamente em proposta de aquisição e, quando assim daremos nota dessa informação. Muito provavelmente até ao final do ano, vamos fazer esse balanço e provavelmente esse será um indicador do nosso primeiro ano de mandato. Depois dizer ainda, que estes lotes que são vendidos, têm menos valia porque estamos a vendê-los a um custo muito abaixo do mercado, pelo valor que foi aqui aprovado. É esse o regulamento que está em vigor e esse regulamento valerá por todo o mandato. Este relatório, na minha perspetiva, é um relatório que se torna mais legível para quem não tem formação em gestão e economia, tem muita informação comparada com períodos homólogos E podem aqui analisar um conjunto de indicadores, quer nos gastos, quero nos rendimentos e parece-me sinceramente que o que aqui se expressa é que o caminho da sustentabilidade está a ser conseguido. O que nós esperamos é que possamos ter, já no final do ano, ainda uma informação mais interessante e que, no final de mandato, o seja ainda mais. -----

Manuel Justino Matos Cunha, da CDU. Perguntou se as taxas de ocupação do subsolo, não têm que ser assumidas como taxas, ou são impostos indiretos? -----

O senhor Presidente da Câmara respondeu dizendo que são classificadas como impostos indiretos, por exigência do POCAL, que integra um classificador de receitas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

despesas e nos diz exatamente onde deve ser introduzida cada uma delas, neste caso receita. Analisando os relatórios de anos anteriores, verificamos que a taxa de execução é sempre 2% de 3% de 3,5%, de 2,7%. -----

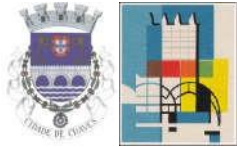
Carlos Afonso Moura Teixeira, do PSD. Referiu que “pela explicação do senhor Presidente da Câmara, esta última, manifestamos com agrado que o investimento que fizemos nos executivos anteriores no Parque Industrial, esteja a dar os seus frutos, na atratividade das empresas, e isso registamo-lo com agrado. A leitura dos resultados especialmente as conclusões no segundo parágrafo no qual é dito que os resultados se reportam a 2017, pelos quais também somos corresponsáveis, sim referente ao ano de 2017, com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento, que nos leve a concluir que a informação financeira do Município referente ao ano de 2017 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes, que afetem a conformidade com os princípios contabilísticos e, portanto, votamos a favor”. -----

O Senhor **Presidente da Câmara**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

“Foram feitas afirmações políticas relevantes, acho que vir dizer aqui que afinal o investimento e que a opção foi relevante, acho que é uma afirmação política que, se eu não disser nada, é porque concordo com ela e, portanto, não posso deixar passar em claro essa afirmação. Dizer o seguinte: já referi de manhã e repito agora de tarde, mais importante do que fazer as infraestruturas é pô-las em funcionamento isso é que é importante e, portanto, o que nós defendemos aqui, e o que eu defendo, é que fazer a obra não é difícil, qualquer empreiteiro faz uma obra, e havendo dinheiro manda-se fazer o projeto, o problema é pôr o negócio em funcionamento. Portanto, o grande desafio e não está integralmente concluído, é fazer com que efetivamente a atratividade exista e que efetivamente haja um interesse pelo investimento neste concelho, isso é que é decisivo. E eu pergunto há quanto tempo é que o parque empresarial existe? Não existe há 6 meses nem há um ano, nem há dois, nem há três, existe há muitos anos e, portanto, a avaliação deve ser a avaliação pelo resultado, pela atividade e não pela existência das infraestruturas, porque o que faz diferente é a gestão, é que com os mesmos recursos, podemos fazer mais ou fazer menos, e os recursos são os mesmos. É verdade que nós defendemos sempre que os recursos existentes designadamente as infraestruturas existentes, deviam ser mais valorizadas e, na minha perspetiva, ainda têm que ter muito mais valorizadas, esse é um trabalho que está muitíssimo longe de ser feito, está só iniciado e, portanto, significa que há um trabalho intenso que não se fará apenas num ano nem em dois nem em três, vai levar muitos anos. Ter ali um parque empresarial, com ocupação, com sucesso, esse é o desejo de todos, agora parece-me sinceramente descabido, e falta de oportunidade, vir cá granjear louros. Não faz sentido nenhum, porque o que é importante é que aí se instalem empresas e depois é preciso integrá-lo na rede, fazer a promoção e é isso que falta fazer, ainda falta fazer muito. Portanto dizer que, enfim, é um trabalho que deve ser ainda desenvolvido, que nem este executivo está ainda habilitado a granjear grandes louros dessa iniciativa e, portanto, muito menos o PSD, que não conseguiu fazer, durante anos e anos, a afirmação deste Parque Empresarial. Depois dizer que este documento reporta-se, apenas ao primeiro semestre de 2018, tão-somente, não se reporta a anos anteriores, portanto, é isso que está aqui em avaliação, melhor dito em apreciação, porque não há qualquer votação.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento -----

Ponto 8 - Autorização para a Contratação de EMLP, ao abrigo do Artº 51, nº 1, da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

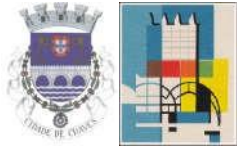
Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA N°04/AM/2018

Lei 73/2013, de 3 de setembro, para aplicação em projetos de investimento, no montante de 2.150.741,35 euros, correspondente à contrapartida nacional de investimento municipal/Relatório final de análise das propostas. Informação/Proposta nº 52/DGF/2018. -----

O Senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, efetuou a apresentação da proposta. -----

“O que nós trazemos aqui à apreciação e votação nesta Assembleia Municipal, é um empréstimo a médio e longo prazo que procura sobretudo, sobretudo não, procura exclusivamente ser um acelerador do investimento municipal. Como sabem, o quadro comunitário que está em vigor é um quadro que se desenvolve desde 2013 a 2020, tem naturalmente várias fases: fases de consciencialização, de aprovação dos regulamentos e fases de execução. Este é um quadro comunitário cuja execução material dos projetos aconteceu apenas no ano de 2017, segundo e terceiro trimestres de 2017, o que significa que todo o investimento que está neste momento contratualizado no âmbito dos fundos europeus, terá que ser naturalmente concretizado até 2020, podendo eventualmente ainda sofrer uma prorrogação de prazo. O que significa que o investimento municipal que está projetado para este período, e que estava projetado para um período de seis ou sete anos, terá que ser feito em três anos. Isso significa que, a capacidade financeira do município, a capacidade própria, neste momento, não é suficiente para garantir o cumprimento de todos os projetos que estão aprovados, por fundos comunitários. Por isso mesmo existe e foi criada pelo Governo em 2015, enfim conjuntamente uma negociação feita com o BEI, foi criada uma linha de financiamento especificamente dedicada, exclusivamente ao financiamento da participação nacional da componente própria dos municípios, no sentido de garantir que as taxas de execução dos vários programas a fundos comunitários, possam ser melhoradas. É verdade que neste momento a taxa de execução nacional, mas também a taxa de execução regional, quer dos programas nacionais, quer dos programas regionais, tem uma taxa baixa. E, é importante fazer um incremento sobretudo, para garantir que nós não somos não somos penalizados na negociação do novo quadro comunitário, portanto do 20/30 esse é um compromisso nacional, mas também um compromisso local. Mas ao mesmo tempo nós município teremos também que garantir uma taxa de execução elevada para que não sejamos penalizados no próximo quadro comunitário, mas sobretudo para nos permitir, ou pelo menos para criar a possibilidade, que nós possamos no *overbooking*, poder candidatar alguns projetos e por essa via garantir um financiamento suplementar. E, daí, o que nós trazemos aqui é um empréstimo, de médio e longo prazo, a quinze anos, a uma taxa de juro absolutamente excecional, estamos a falar de uma taxa de juro, cujo *spread* é de 0, 277 aplicando-lhe neste momento a taxa da Euribor a seis meses, que é negativa. Neste momento às taxas atuais a taxa final do empréstimo será muito próxima do zero, pelas contas que fiz será zero ponto zero nove e, portanto, um valor muito incipiente. Por outro lado, dizer que, este empréstimo vem naturalmente em contraciclo e vem em linha oposta aquilo que nós defendemos, porque já defendemos no passado que o único empréstimo que estaríamos disponíveis para fazer, era o financiamento das piscinas municipais e reitero aqui esta vontade, se assim for necessário. De qualquer das formas entendo que criadas estas condições, criada esta possibilidade de nós podermos garantir um financiamento a quinze anos a uma taxa de juro tão perto do negativo, e com a possibilidade de nós podermos vir a aproveitar financiamentos futuros, entendo que é absolutamente fundamental poder contratualizar este empréstimo. Depois diga-se que este empréstimo, é um empréstimo que está consignado tão só e apenas a uma pequena parte daquilo que é a nossa componente nacional, tendo como pressuposto que são projetos financiados por fundos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

comunitários, que já temos termos de aceitação, ou seja, já está aprovado. Também diz respeito a projetos que não estejam executados nem física nem financeiramente e apenas uma parte desse valor, que é da responsabilidade do município, será financiável. Por isso, para garantir que os projetos, os muitos projetos que existem, possam ser concretizáveis e, sobretudo, para garantir que algumas das intervenções que estão previstas, cujas necessidades de financiamento com recursos próprios atingem sessenta por cento de todas as que estão incluídas no PAMUS, que são todas as requalificações que são feitas nas vias municipais, tem uma taxa de esforço do município no que diz respeito ao investimento total cerca de sessenta por cento. Este empréstimo é um instrumento fundamental para que nós possamos nos próximos dois três anos concretizar todos os projetos e para que nós não possamos perder nenhum financiamento. E, portanto, propomos aqui a aprovação deste empréstimo, sendo certo que fica aqui o compromisso que no final do ano o endividamento total do município, será ainda assim inferior que no ano anterior”. -----

Intervenção: -----

Carlos Afonso Moura Teixeira, do PSD. Disse, “Vou ser muito breve e por questões de esclarecimento, este empréstimo vai ter interferência na margem disponível do município, por utilizar? É esse esclarecimento que precisamos obter”. -----

O Senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, usou da palavra para esclarecer e responder à questão que lhe foi colocada. -----

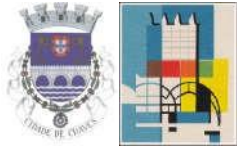
“Sim, a margem disponível da capacidade de endividamento neste momento já são mais de cinco milhões de euros, no entanto é preciso que se diga que este empréstimo não conta para a nossa capacidade de endividamento. Embora diga também que, mais importante que ter capacidade de endividamento, é ter capacidade de pagar, é verdade. De qualquer das formas, a nossa capacidade de endividamento não fica comprometida, porque estamos a falar das exceções que está na Lei das Finanças Locais como sendo um empréstimo que não conta para o cálculo da capacidade de endividamento, que tem vindo a crescer, apesar de no final do ano termos registado os 6,6 seis milhões de euros de dívida às Águas do Norte. Apesar disso a margem utilizável, porque é preciso que se diga, uma coisa é a capacidade de endividamento que é o valor máximo que de acordo com a Lei das Finanças Locais nós poderíamos contratualizar de empréstimo, outra coisa é a margem que em cada ano podemos utilizar, que é um conceito novo e, portanto, que veio de alguma forma introduzir algum comedimento na contratualização de empréstimos, porque nós não podemos, em cada ano, utilizar o máximo da capacidade de endividamento, mas apenas a capacidade de endividamento utilizável, isso está na própria ficha que foi distribuída”. -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade, de acordo com a votação abaixo discriminada: -----

Votos a favor. -----

Grupo Municipal do PS: Altamiro da Ressurreição Claro, Anselmo José Martins, Maria Aline Silva Ferreira Caetano, António Manuel Pires de Almeida; Brigitte Raquel Bazenga Vieira Tomás Gonçalves, Fernando Luíz Lopes Moreira; Fátima Liliana Fontes Correia, Júlio Eliseu dos Anjos Alves, Eduardo Júlio Alves Brás, Isabel Maria Ruivo Seixas Martins, Manuel Guerra Afonso, Domingos Moura Alves, José Francisco Resendes Carreiro, Cristina Maria Inocência Imaginário, Rogério Alberto Amorim Reis Moura, Luiz Mário Alves Carneiro e Clara Maria Pinto Dias Lopes. -----

Grupo Municipal do PSD: Francisco António Taveira Ferreira, Maria Inês Pereira Dias,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

Ana Maria Rodrigues Coelho, Nelson Paulo Gonçalves Montalvão, José Ferreira de Moura; Maria Isabel Teixeira Carvalho da Cunha, António José Santos, Francisco José Teixeira Lopes Silva Preto, Carlos Afonso de Moura Teixeira, Milena Sofia Vieira Melo; Manuel Pedro Oliveira Branco Teixeira; Pedro Miguel Vieira Miranda, Ana Maria Guedes Chaves Fernandes, André Fontoura Faria e Adelino Júlio Ramada Parada. -----

Grupo Municipal do CDS/PP: Gonçalo André Nascimento Alves. -----

Grupo Municipal da CDU: Paula Maria Morais Esteves e Manuel Justino Matos Cunha.

Presidentes de Junta de Freguesia: Arlindo Santos Costa, José Fernandes M. Serralheiro, Lígia Maria Chaves Silva, Fernando Alberto Barreira de Moura, Octávio Rodrigues Bastos, João Ramos Duro, Cecília Maria Silva Almeida Alves, João Manuel Almeida Pinto, Adriano Vieira Rodrigues; António José Lopes, António Lopes, Luís Saraiva Garcia, António Eusébio Vieira Cardoso, Carlos Alberto Batista Xavier, Gilberto Santos de Jesus; Nelson Fernandes Costa; Rui Alberto Trinta Pintor, José António de Oliveira Carreira; João Manuel Teixeira Pereira Borges, em representação do Presidente de Junta de Santa Maria Maior Júlio Romeu Santos Jesus, Alcino do Nascimento Santos; Pedro Manuel Pereira Barroco, Mário José dos Anjos, João Rua Banha; Filipe Maldonado Pinto, Jorge José Pereira de Carvalho; Rui Manuel Branco Rodrigues, Luís António Gonçalves Costa, António Carvalhal dos Reis; Paulo Nuno Jesus Pereira e Maria Natália Guerra. -----

Não estavam presentes na sala: -----

Grupo Municipal do PS: Gisela Maria Esteves Espírito Santo Maria Adalgisa P.F. Silva Babo, Carlos Alberto Soares Alves e António Jorge Sousa Pinto Barros. -----

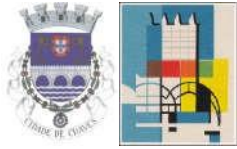
Presidentes de Junta de Freguesia; Rogério Amaro Alves de Oliveira, António Manuel Rua Reis, Alfredo Augusto Dias Gaspar, Ilídio Jorge Chaves Correia, Maria José Sena Barros; Eduardo Santos Carneiro; Pedro Miguel Rodrigues, Ramiro Figueiredo Santos. -----

Ponto 9 - Projeto de Interesse Municipal – PIM -. Contrato de concessão de benefícios tributários municipais. Beneficiária - Solar Investment Imobiliária, Lda. Informação/Proposta nº 37/GNE/2018. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. -----

Intervenção: -----

Manuel Justino Matos Cunha, da CDU. Disse: “É só para pedir alguns esclarecimentos. Todos nós gostamos que venham investimentos para a região, para a cidade, para o concelho e serão sempre bem-vindos, na medida em que contribuem e, neste caso, trata-se uma unidade hoteleira de turismo se eu bem me apercebi, para o desenvolvimento da cidade, e contribuem para nos mostrar ao mundo. Eu, gostava que fossem concretizados dois aspetos, pode ter sido incapacidade minha, não percebi dois aspetos, que gostava de ver clarificados. O primeiro é a questão da criação de postos de trabalho. O segundo, que ficássemos com uma ideia de quanto, em termos de receita, a autarquia está a abdicar. Acho que é legítimo ficarmos com uma ideia, porque isto corresponde a um conjunto de benefícios fiscais autárquicos de centenas de euros, de milhares de euros ou de quanto? Depois, por uma razão, há coisas que me fazem confusão, vem uma grande empresa e investe centenas de milhares ou milhões de euros, não sei de quanto é o investimento, mas um investimento destes seguramente que ultrapassará as centenas de milhares de euros. E, depois, se nós concedemos um benefício fiscal que seja de 2, 3 ou 4 mil euros, a minha dúvida é sempre, e é por causa disto que eles investem? Percebem o eu que quero dizer. Não queria ser mal interpretado, é só para que as coisas ficassem transparentes. Qual a receita, porque



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

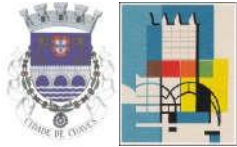
Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

isto não são, custos propriamente ditos, são receita da qual se abdica. Que postos de trabalho é que se criam? E para ficarmos com uma ideia de que essa receita, da qual a Câmara abdica, quanto significa para a empresa. Já, agora, pedia ao senhor Presidente da Câmara, a propósito disso e dos PIM, sei que não foi com este Executivo e houve aqui muitas histórias e penso que também entrava nos PIM, a questão dos cogumelos. Em que ponto ficou esta questão, se ainda há cogumelos, se não há cogumelos, porque assisti aqui a discussões, e foi a CDU que levantou a questão e até a levou a sessões públicas. Nós percebemos que às vezes as montanhas parem ratos, às vezes ratinhos, e outras vezes baratas. Portanto, gostava de ter essa informação e uma noção das dimensões, porque nós temos sempre uma predisposição e não vou aqui falar dos PIM nacionais, e de toda a confusão que esteve associada a grandes PIMs nacionais.” -----

O senhor **Presidente da Câmara**, usou da palavra para esclarecer e responder às questões que lhe foram colocadas. -----

“O que neste momento está submetido à apreciação desta Assembleia Municipal é o reconhecimento que esta empresa solicitou para este projeto, que é o reconhecimento de um projeto de interesse municipal. Isso, se for reconhecido dessa forma, naturalmente terá direito à redução sobretudo de taxas em determinadas condições, naturalmente, quer na redução do IMI, quer sobretudo, naquelas que tem mais expressão e neste caso são eventualmente, as taxas urbanísticas municipais. A informação sobre a receita que efetivamente se deixará de cobrar, essa informação será dada, porque depois disto é feito um contrato entre o Município e esta empresa que identificará toda essa informação. De qualquer das formas, isso terá relevância se efetivamente este projeto se desenvolver, e passar de projeto a obra, e a atividade, porque se assim não acontecer, não tem direito a nada. É um projeto que me parece ambicioso, que permitiria não só requalificar e dar vida aquilo que é uma parte ainda visível do antigo solar dos Montalvões, recuperando e preservando parte, enfim, da memória física que ainda existe, e nalguns casos procurando também que algumas das componentes do edifício, pudessem ser preservadas e noutros casos restauradas. Ainda assim, é um projeto, de acordo com a proposta do empresário, muito ambicioso. Estamos a falar de um projeto que se calhar andara à volta dos três a quatro milhões de euros. De qualquer das formas, é preciso que se note, que este projeto provavelmente, será desenvolvido se for apoiado pelo Turismo de Portugal, ou seja se for apoiado por investimento público ou investimento comunitário, e essa sim é que será a grande fatia de investimento, não é por esta via de concessão de PIM e desta isenção de taxas de IMI e de taxas urbanísticas, porque eu não sei qual é exatamente o valor, mas posso deixar aqui o compromisso de dar a informação, à cerca desse valor. Mas nós só saberemos esse valor quando o projeto for aprovado, em termos urbanísticos porque até lá não sabemos, porque nesta fase, ainda não há projeto apreciado. Portanto, neste momento, manifesta a intenção de considerar esta ideia, este projeto, que tem que ser naturalmente consolidado como de interesse municipal. Se de facto, em momento posterior, estes pressupostos não se verificarem, não assinaremos o contrato de concessão de benefícios municipais, e esse mesmo contrato também virá a esta Assembleia Municipal. Mas a assinatura do contrato de concessão de benefícios, na minha perspetiva, será bom sinal, significa que este projeto tem condições para ser desenvolvido e que, efetivamente, criará mais uma oferta na área hoteleira, mais uma oferta na área diferenciadora de SPA, que poderá eventualmente concorrer com as Termas de Chaves, na dimensão do bem-estar, estamos a falar que pode haver aqui concorrência, mas de qualquer das formas entendemos que é mais um equipamento, é mais um investimento importante na criação de postos de trabalho. E, depois dizer,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

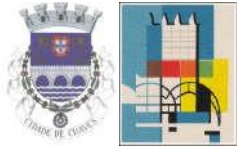
ATA Nº04/AM/2018

também que existem um conjunto de PIM, presumo que já foi dada informação a esta Assembleia Municipal, sobre quais foram os PIM que estavam aprovados e qual era o seu momento e fase em que se encontravam. Se acharem necessário, podemos procurar e coligir essa informação, trazê-la aqui para percebermos quantos PIM é que foram aprovados na Assembleia Municipal, quantos é que têm contrato, quantos é que estão a ser cumpridos nos prazos, que alterações já houve aos contratos, que empregos já foram criados, que investimento já foi realizado e, em particular, também sobre a questão do investimento dos cogumelos, que é uma empresa holandesa DFW, daremos nota. Agora presumo que esteja em risco de colapsar, ou se não colapsou já, o projeto. De qualquer das formas entendemos nós, mesmo que este projeto possa não ser concretizado, entendemos que há alguns investidores locais, quatro ou cinco investidores locais, que fizeram investimento, que pese embora aquele projeto megalómano possa não ser concretizado, ainda assim se possível for jurídica e economicamente viável, acho que devemos olhar para esses investimentos e esses investidores locais. Se percebermos que efetivamente têm condições para que possa haver produção, não em larga escala, mas enfim quatro ou cinco ou seis produtores de cogumelos, que possam eventualmente desenvolver o seu projeto. Mas ainda assim, presumo saber que essa informação não está devidamente estabilizada, e que o financiamento que foi concedido para este investimento, está a ser pedida a sua devolução. Esse projeto teve a particularidade de obter a cedência de um terreno municipal e acho que esse facto é que suscitou grande discussão, não foi a circunstância de ser PIM, foi a circunstância de nós estarmos a ceder um terreno municipal a uma empresa, com o risco desse terreno ser dissipado, isso é que foi a grande discussão nesta Assembleia. E, isso é que nos preocupa, temos que ter alguma cautela para que efetivamente não possamos ser eventualmente nós, enquanto Município, ter consequências negativas designadamente perdendo enfim algum valor patrimonial, ou perdendo o terreno. Esperamos que não, mas de qualquer das formas, existirá sempre aí algum risco. Finalmente dizer que a nossa expectativa é que este *boom* de investimento na área hoteleira seja bem-sucedido, seja bem conseguido, e que isso possa aumentar não só digamos, a empregabilidade dos jovens de toda esta região, mas também que possa ser útil e ajudar a que a própria Escola Profissional possa afirmar-se. Isto porque as situações são de dificuldade e a expectativa é que, tudo em conjunto, possa fazer com que este território possa ser mais atrativo, tenha mais dinâmica, mais atividade, gere mais valor e mais emprego, enfim, é isso que nós pretendemos. Essa dinâmica consegue-se, não só com os investidores externos, mas faz-se naturalmente também com os investidores que já cá existem, e não podemos diferenciar aqueles que vêm de fora, daqueles que cá estão, devemos olhar para todos".

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com sessenta votos a favor, duas abstenções e zero votos contra. -----

Ponto 10 - Celebração de Contratos de Comodato entre o Município de Chaves e a Junta de Freguesia de Eiras, São Julião de Montenegro e Cela. Proposta nº. 62/GAP/18. -----

O Senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a apresentação da proposta. "De acordo com a informação e nós estamos a tentar identificar todas as situações de edifícios municipais que tenham sido, ou que estejam a ser usados pelas freguesias e o princípio é muito simples. Relativamente aos edifícios que já estão a ser usados pelas freguesias, e que não existe formalização dessa relação contratual, o que estamos a fazer é identificar as situações e formalizá-las. No caso concreto destes dois edifícios há um edifício que já estava a ser usado, efetivamente, para casa mortuária, faltava



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA N°04/AM/2018

formalizar essa mesma solução de cedência temporária, e o que aqui se propõe é fazer essa mesma formalização. O que acontece, relativamente, à escola de São Lourenço é, de acordo com o que tem sido o princípio deste executivo, também já seguido pelo anterior executivo, é que se houver uma outra utilidade, com relevância social para a comunidade, desse mesmo edifício, será essa aprioridade que lhe daremos. Portanto, a Câmara Municipal proporá naturalmente a cedência para a finalidade que vierem a entender como relevante para aquela mesma comunidade, porque temos que perceber que as freguesias têm necessidades de satisfação, das próprias populações locais, e certamente encontrarão em cada momento a resposta àquilo que for a necessidade mais emergente daquela comunidade. Depois, dizer também, fugindo um pouco do tema central, que efetivamente nós sabemos que, os bens, em particular o património edificado, têm uma vocação e uma função social. Se, porventura, existirem edifícios que sejam municipais, designadamente escolas, que não tenham nenhuma utilidade neste território, que não exista qualquer projeto da comunidade para eles, nós naturalmente estaremos disponíveis para fazer alienação desse património, para que possa ter nova vida, nova utilização e nova função, nessa mesma comunidade. Com o compromisso de que, efetivamente, o resultado da venda dessas escolas será feito no investimento de uma obra prioritária nessa mesma freguesia ou localidade. De qualquer das formas, entendemos que quem está mais próximo deste tipo de equipamentos é a entidade que mais facilmente conseguirá geri-los adequadamente, e dar-lhes uma utilidade crescente da comunidade, é isto que se está a fazer. -----

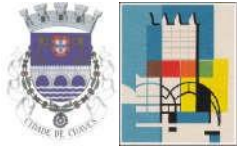
Intervenção: -----

Pedro Miguel Vieira Miranda, do PSD. Cumprimentou o senhor Presidente da Assembleia Municipal e, na sua pessoa, todos os presentes. Seguidamente referindo-se ao ponto da ordem de trabalhos, referiu: “Este ponto que é trazido a esta Assembleia Municipal para discussão, terá o voto favorável do Grupo Municipal do PPD/PSD, visto que vem em boa hora para a dinamização local e social das juntas de Freguesia. Reiteramos assim, como já foi reiterado, em Assembleias anteriores, a confiança nas juntas de Freguesia e nos seus Presidentes, para a dinamização local e social das suas juntas” -----

Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 11 - Execução do Plano de Pormenor da Fonte do Leite, 2ª Proposta de alteração do programa de execução e plano de financiamento – Informação N.º 38/SPMOT/2018 da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território da Sra. Arq.ª Ana Isabel Augusto datada de 10.09.2018. -----

O Senhor Presidente da Câmara, **Nuno Vaz Ribeiro**, fez a apresentação da proposta. “Sobre este assunto reconheço que ainda, enfim, por incapacidade e por indisponibilidade de tempo, tem aqui algumas menções que não estão absolutamente percebidas e compreendidas. Este é um processo dos mais complexos que conheço, em tramitação na autarquia, porque tem a ver com uma decisão tomada oportunamente não sei se em 2004 ou se em 2005, de aprovação de um plano de pormenor chamado Plano de Pormenor da Fonte do Leite, que identifica uma área territorial para a qual foi feito um complexo desenho urbano e tomadas várias decisões. Para que esse plano de pormenor pudesse ser executado, o que foi identificado no princípio, foi uma solução de cooperação entre os vários proprietários públicos e privados. Foi também, em momento posterior, celebrado na sequência de um procedimento concursal, um contrato de execução e um plano de financiamento, com a definição cronológica e temporal dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

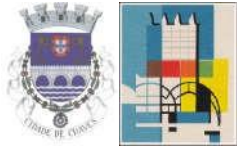
Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

vários investimentos que iriam ser feitos, quer pelo parceiro privado, neste caso a Empresa A. Santo, quer pelo próprio Município. Nesse âmbito, foram realizados um conjunto de investimentos designadamente, rotundas, que fazem parte dos vários troços dos acessos prioritários ao hospital. Foi também pago pela A. Santo, pela compra de um terreno ao Município de Chaves, mais de 2 milhões de euros, mas a verdade é que neste momento da execução deste plano, o contrato de execução e financiamento, foi objeto de várias alterações. E, portanto, de acordo com os quadros que constam nessa informação técnica, existiam naturalmente investimentos que deveriam ser feitos de curto prazo, de médio e de longo prazo. Um dos mais relevantes tem a ver com a construção de um centro comercial, cuja obrigação tinha que estar cumprida por esta empresa A Santo, até final de janeiro de 2019. Como compreenderão, existem aqui obrigações do Município no que diz respeito à execução de alguns acessos, enfim, e de outro tipo de obras públicas. E esta empresa, logo que tomámos posse, o que suscitou foi tentando justificar a incapacidade de execução, no momento certo, de alguns investimentos, justificando isso com a crise do imobiliário, da mudança do paradigma no que diz respeito aos centros comerciais, com alguma dificuldade e, portanto, o que nos propunha era que nós pudéssemos fazer alguma alteração no plano da finalidade, e até dos prazos. Numa reunião que está aqui mencionada o que foi equacionado foi a possibilidade de compreendendo, efetivamente, essas dificuldades de contexto, o que nós poderíamos fazer, era a prorrogação do prazo e propusemos que fosse por dois anos, mas que o conjunto das obrigações se mantivessem, apenas fazendo alteração do momento da sua execução, isto porque entendemos que este é um processo muito complexo, técnica e juridicamente, e que se nós tivermos aqui um comportamento pouco diligente, se não tivermos todos os cuidados, podemos ter aqui um processo que pode gerar responsabilidades financeiras para o Município, de valores relevantes. Porque, por conta deste contrato já se financiou em mais de 2 milhões e euros e, ao mesmo tempo, também a empresa, o atual investidor privado, A. Santo já adquiriu terrenos no valor superior a 2 milhões de euros, o que significa que teremos que ter todo o cuidado, toda a atenção, todo o rigor neste processo, de modo a não criar alguma situação, em que nos possa ser imputada alguma responsabilidade de quebra contratual. Estamos a ter todo o cuidado para que efetivamente as responsabilidades do Município sejam tempestivamente cumpridas e que, relativamente a alguma solicitação que esta empresa possa fazer de algum aligeiramento dos prazos, nós possamos ter isso em consideração, para não sermos acusados de inflexibilidade contratual. E, portanto, o que eu proponho é que a proposta que nós apresentamos nesta Assembleia Municipal nesta fase, possa ser aprovada, e a alteração que está aqui proposta e que depois suscita uma alteração também ao contrato de financiamento e execução, irá no momento posterior à Câmara, e virá outra vez à Assembleia Municipal, para conhecimento. De qualquer das formas, estamos a falar de um processo bastante complexo e que naturalmente neste espaço, enfim, numa Assembleia Municipal, há alguma dificuldade de explicar todas essas dimensões. No entanto, estamos disponíveis para que possamos, enfim, com todos os técnicos envolvidos neste processo, podermos fazer a abordagem que qualquer membro desta Assembleia Municipal queira conhecer melhor. Isto para que possamos, todos em conjunto, tomar uma decisão não agora, mas no futuro que possa salvaguardar os interesses do Município e desta comunidade”. ----

Intervenção: -----

Manuel Justino Matos Cunha, da CDU. Disse: “Há, pouco quando se discutiu a questão das águas, nós a CDU temos uma limitação de tempo importante, mas eu tinha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

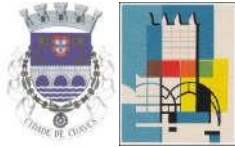
Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

quase que comichão na garganta, para dizer algumas coisas que se adaptam a esta situação. É que ninguém discute o absurdo das águas, que nós aqui já denunciámos muitas vezes, e o conflito que se cria, tudo dentro do público. A Autarquia é pública, as Águas de Trás-os-Montes são também, e parece um conflito de inimigos, em que se gasta dinheiro, juros de mora, tribunais, advogados, e parece que depois o dinheiro não é todo público. É que conseguimos criar uma situação em que, sendo tudo público, não procurando ter lucro, mas apenas prestar serviço público, a má-fé que havia de todos os lados, os consumos mínimos, as armadilhas do que dizem, agora aproveitei esta ocasião para fazer esse comentário. Neste ponto em análise, temos uma situação que é mais um exemplo de que qualquer coisa se negociou muito mal na Câmara anterior, qualquer coisa dos tempos chamados de fora da realidade, de projetos que agora no fundo, se nós bem percebemos a tal empresa A. Santo, quero ver como descalça a bota sem entrar em incumprimento e ter que indemnizar, e a Câmara, neste caso o novo Executivo, os deixa descalçar a bota sem compensar as coisas. A pergunta concreta que eu queria fazer era: isto tem alguma coisa que ver com os acessos ao hospital ou não? Porque acreditem, fora de Chaves, independentemente dos partidos, do partido ser comunista, ou ser CDS ou outro, o que as pessoas pensam quando olham para nós, é que andamos há 20 anos, a autoestrada chegou há 12 anos, e ainda não conseguimos fazer o acesso principal à cidade. Isto é o que pensa a gente de fora. A mim, como cidadão flaviense, é das coisas que me humilha, isto está ao nível de outros aspetos, como o museu das termas romanas. Como é que nós não conseguimos resolver o nosso bocadinho? Para contestar o Estado por não fazer as acessibilidades, tínhamos sempre o peito feito, mas aquele bocadinho que era nosso, pelos vistos não vai ser resolvido facilmente. Isto, porque há quantos anos nós estamos á espera da acessibilidade ao hospital! As pessoas que chegam a Chaves ficam baralhadas. Um saem em Curalha que é o meu caso, não está lá a indicação? acho que sim, porque uso sempre aquela saída. Os outros, que vão para cima têm a sensação que chegaram a um sítio surrealista, que tem umas avenidas enormes, cheias de estacionamento, aonde excepcionalmente há um carro estacionado, talvez no dia de Todos os Santos, talvez, e que depois quando pensam que estão a chegar ao centro da cidade, vão para uns quelhos, é estranho. E, portanto, eu gostava de ouvir esse esclarecimento e se há uma perspetiva de se resolver essa situação e de termos, finalmente, a acessibilidade ao centro da cidade, ou não? Ou não havendo, isto vai ter uma alternativa? Então a imagem, já está muito degradada neste aspeto, quer dizer, eu tenho vergonha, sinceramente, acho que perdemos, foi como eu me senti quanto às termas romanas, com aquela reportagem da TVI, quer dizer é uma coisa que achincalha.” -----

O Senhor **Presidente da Câmara**, usou da palavra para esclarecer e responder à questão colocada. -----

“Eu não queria transformar este assunto, numa discussão político-partidária de opções, porque é um assunto que tem uma complexidade jurídica e técnica muito grande, muitíssimo grande, e os valores envolvidos são muito relevantes. E, portanto, é verdade que esta Assembleia Municipal aprovou o plano de pormenor, é verdade que esta Assembleia Municipal aprovou o contrato de financiamento e de execução. Significa que é neste contexto contratual e regulamentar que nós temos que encontrar as soluções. E, portanto, quando estamos a falar disto foi naturalmente uma solução encontrada, num determinado momento, que foi julgada a solução adequada de financiamento daquilo que era, também, de política de gestão urbanística melhor dito, de política de ordenamento do território e desenho urbano, e, ao mesmo tempo, encontrar as condições para executar algumas infraestruturas, designadamente infraestruturas



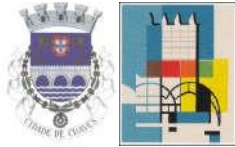
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA N°04/AM/2018

rodoviárias, foi esta a solução encontrada. Também foi uma solução encontrada que garantiu ao Município de Chaves tivesse recebido valores financeiros relevantes, é preciso que se diga. Mas, depois, também é verdade que existiu alguma incapacidade fruto do contexto, enfim, da situação económica, da situação porventura da própria empresa ter feito algum investimento noutros territórios e, ao mesmo tempo, o Município de Chaves não ter tido a capacidade para fazer muitos investimentos. Nós hoje temos uma solução que está inacabada e que vai muito para além dos acessos ao hospital. O que está aqui em causa é muito mais complexo do que os acessos ao hospital, pois estão em causa também um centro comercial e um centro de coordenação de transportes. E, portanto, financiar esses investimentos todos, o parque urbano, um conjunto de intervenções que estão aí e são de difícil financiamento. Nós hoje temos a capacidade financeira para não só executar todos os projetos que nós temos aprovados no quadro comunitário, que são muitos, e para isso precisamos do tal financiamento bancário. Ao mesmo tempo, sem nenhum financiamento externo, para fazer a conclusão de acesso ao hospital, nós precisaríamos de mais três milhões de euros. Significa que, no imediato, não temos capacidade financeira de fechar ou seja de levar o acesso diretamente ao centro da cidade, não temos condições financeiras para o fazer. Se me dizer assim, foi uma má opção? Foi. Concorda com ela? Não. Mas é essa a solução que temos, neste momento. Porventura, o que nós tínhamos que fazer, na minha opinião, era metade do investimento, em vez de ter aquela intervenção com duas faixas para cada lado, se calhar podíamos ter feito aquilo por fases: metade fazer o canal para depois fazer outra, mas no imediato fazer diretamente ao hospital, tudo, e deixar o outro canal sem ter feito a intervenção para um momento mais tarde, porque ficava operacional. Dir-me-iam assim: mas não ficava com a mesma dignidade, não, não ficava, mas de qualquer das formas nós já teríamos o acesso concluído para o hospital e hoje não temos, porque a obra que falta fazer agora é uma obra complexa, porque temos o Ribelas e daí, essa complexidade. Portanto, nós podemos continuar com esta lógica de crítica e eu fá-la-ei sempre que for interpelado, ou seja, sempre que relativamente à matéria entenda que a responsabilidade é responsabilidade alheia, di-lo-ei, mas no caso concreto também dizendo que essa opção, provavelmente, foi uma opção megalómana, pouco realista, foi uma visão igual àquela de fazer a cidade desportiva, foi uma coisa parecida e ainda falaremos um dia destes, sobre a cidade desportiva, da qual, pelos vistos, temos lá mais uma fatura para pagar. Portanto, temos aqui um problema complexo e temos que encontrar as soluções que de acordo com os condicionamentos que existem, possamos ainda assim encontrar a solução que seja mais interessante para todos. Lembrem-se que eu de manhã dizia, que nós temos assuntos emergentes, urgentes e importantes, este ainda está nos emergentes. Não é o único, há mais. E, portanto, enquanto nós não resolvermos os emergentes, não podemos estar a falar de outro tipo de investimento para o futuro, porque temos situações que temos que naturalmente resolver, e esta é uma delas. E esta é uma solução que não é uma solução definitiva, como já perceberam. De qualquer das formas este tema ainda vai ser objeto de análise, entre todos nesta Assembleia, porventura daqui a um ano ou dois e, portanto, nesse momento tomaremos uma decisão mais definitiva. Veremos se existirá, por parte da empresa A. Santo, capacidade de investimento relativamente às obrigações contratuais que assumiu e, se assim não for, veremos quais as melhores decisões que em termos contratuais podemos tomar”.-----
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por maioria com cinquenta e nove votos a favor, duas abstenções e zero votos contra. -----

Ponto 12 - Fornecimento de refeições escolares, com confeção local e refeições



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA Nº04/AM/2018

transportadas, para os alunos das Escolas do 1º ciclo e crianças dos Jardins de Infância da rede pública do Município de Chaves. Concurso Público nº4/SC/2018. Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ---- Não houve intervenções. -----
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 13 - Proposta para condicionamento do acesso automóvel, delimitação de um lugar de estacionamento de uso privativo e criação de um lugar de estacionamento destinado a cargas e descargas – Informação n.º 162/DPM/2018 – Travessa Cândido dos Reis, Freguesia de Santa Maria Maior – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Guilherme Tomaz datada de 21.06.2018. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ---- Não houve intervenções. -----
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 14 - Marcação de local de cargas e descargas – Processo n.º 391/18 – Helena Conceição Paiva Vaz – Av. General Ribeiro de Carvalho, Freguesia de Santa Maria Maior – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Bruno Rua datada de 27.05.2018. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. --- Não houve intervenções. -----
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 15. - Sinalização de rua sem saída – Processo Nº 402/18 – Junta de Freguesia de Santa Cruz Trindade e Sanjurge – Rua Quevedo Pizarro, Santa Cruz/Trindade – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Bruno Rua datada de 29.06.2018. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. --- Não houve intervenções. -----
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 16 - Ordenamento de sinalização de trânsito – Processo n.º 338/18 – União de Freguesias de Oucidres de Bobadela – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Bruno Rua datada de 14.06.2018. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ---- Não houve intervenções. -----
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 17 - Colocação de espelho parabólico e sinal de stop – Processo N.º 322/18 – cruzamento da Rua dos Codessais e Estrada Real, União de Freguesias de Madalena e Samaiões – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Bruno Rua datada de 22.05.2018. -----

Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ---- Não houve intervenções. -----
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 18 - Alteração de sinalização rodoviária – Processo N.º 194/18 – Rua João José Delgado, Ruas a e b à Avenida irmãos Rui e Garcia Lopes e Travessa de João José Delgado, Freguesia de Santa Maria Maior – Informação da Divisão de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CHAVES

Largo de Camões – 5400 - 150 Chaves
Telefone: 276340500 Fax: 276327724 – E-mail- assembleia.municipal@chaves.pt

ATA N°04/AM/2018

Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Bruno Rua datada de 26.03.2018. -----
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não houve intervenções. -----
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 19 - Colocação de passadeiras – Processo N.º 290/18 – Rua General Ferreira Montalvão, União de Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Bruno Rua datada de 09.05.2018.
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não houve intervenções. -----
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 20 - Colocação de passadeiras e sinalização vertical – Processo N.º 221/18 – Rua heróis de Mucaba, União de Freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Bruno Rua datada de 04.04.2018. -----
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não houve intervenções. -----
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 21 - Colocação de sinalização rodoviário' e redutores de velocidade – Processo N.º 289/18 – Pereira de Veiga, Sesmil e Vila Nova de Veiga - Freguesia de São Pedro de Agostém – Informação da Divisão de Projetos e Mobilidade do Sr. Eng.º Guilherme Tomaz datada de 22.05.2018. -----
Nos termos regulamentares a informação foi apresentada previamente por escrito. ----
Não houve intervenções. -----
Colocada à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Depois de esgotados os assuntos da respetiva Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada esta Sessão e agradeceu a forma elevada como decorreu, ficando assim facilitada a condução dos trabalhos, por parte da Mesa. “Obrigado a todos.” -----

Para constar foi lavrada a presente ata, assinada pelo Presidente da Mesa e subscrita por mim _____, que a redigi e também, assino. -----

O Presidente:

A funcionária: